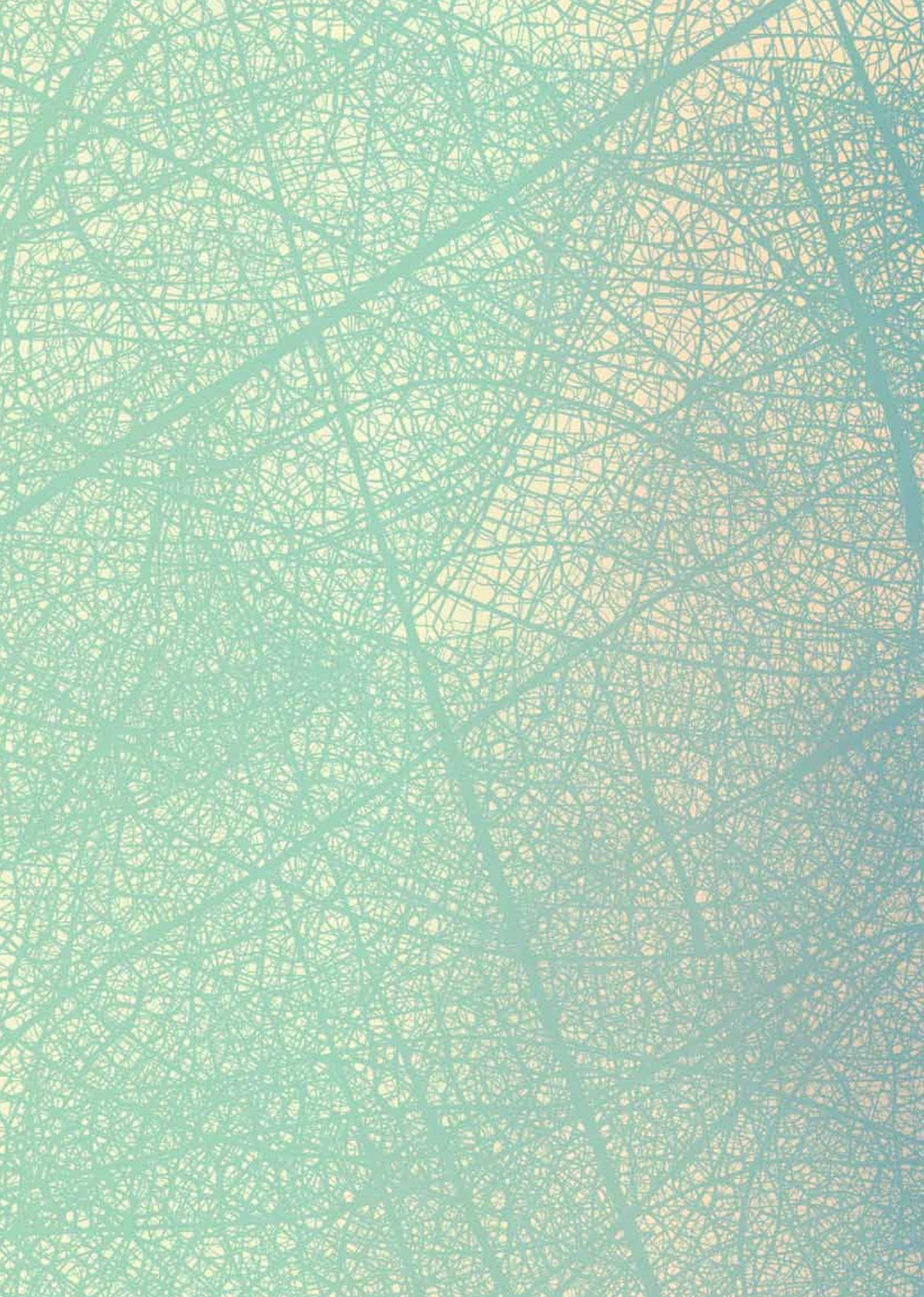
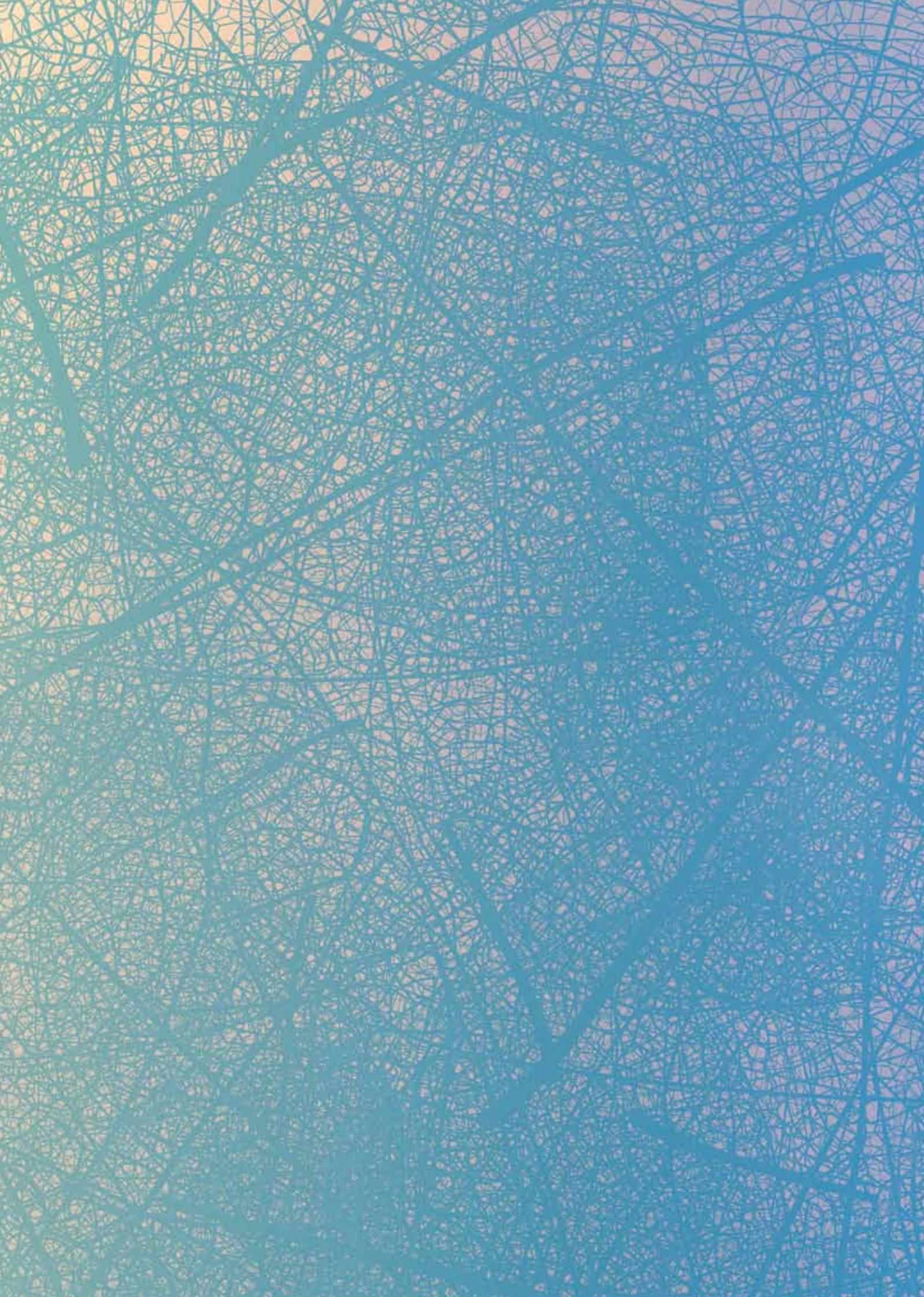


RELATÓRIO ANUAL

2010





Sumário

6 Mensagem do Ministro do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior

8 Mensagem do Presidente do BNDES

13 Apresentação

29 Governança

39 Transparência

47 Estratégia

73 Gestão de Riscos
e Controles Internos

77 Apoio à Cultura

83 Desempenho Operacional

127 Gestão de Pessoas



**Mensagem do Ministro
do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior**

Mais uma vez, o desempenho operacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES atingiu recorde histórico, contribuindo para a sua consolidação como principal agente de desenvolvimento do país, sobretudo na área de infraestrutura. Em 2010, os desembolsos somaram R\$ 168,4 bilhões. Trata-se de uma elevação de 22,6% em relação a 2009, quando as liberações ficaram em R\$ 137,4 bilhões.

Merece destaque nesse montante a expansão de mais de 7,8% nas liberações para a área de infraestrutura, que passaram de R\$ 48,7 bilhões para R\$ 52,4 bilhões. Esse resultado praticamente equipara o setor à indústria, para a qual foram destinados R\$ 54 bilhões no mesmo período.

O avanço dos financiamentos concedidos pelo BNDES está diretamente relacionado ao crescimento da economia brasileira.

Houve grande aumento também nas liberações para o setor de comércio e serviços, que desde 2008 vem apresentando forte trajetória ascendente em seus desembolsos. Em 2010, o montante atingiu R\$ 27,1 bilhões, com uma taxa de crescimento de 56,4% frente a 2009.

Os destaques setoriais da indústria, em 2010, foram os segmentos de alimentos e bebidas, material de transportes e mecânica, com desembolsos de R\$ 13,5 bilhões, R\$ 10,2 bilhões e R\$ 5,3 bilhões, respectivamente. Na infraestrutura, os setores de maior destaque foram transportes e energia elétrica – responsáveis por cerca de 28% das liberações totais do BNDES.

Esses números reforçam a vocação do Banco para o financiamento de projetos estruturantes de elevada importância para o país.

Em junho de 2009, o maior destaque foi o lançamento do Programa de Sustentação do Investimento, o BNDES-PSI, cuja finalidade era combater os efeitos da crise financeira.

Ao final de 2010, o estoque da carteira do Banco relativo ao PSI atingiu R\$ 124,5 bilhões. Mais de 75% do total da carteira foi destinado ao segmento de bens de capital, tanto no financiamento a ônibus e caminhão quanto na aquisição de demais itens de bens de capital para vários segmentos.

É importante destacar que os desembolsos para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e pessoas físicas aumentaram 91% em 2010, totalizando R\$ 45,7 bilhões. Esse valor correspondeu a 27% das liberações totais do BNDES no ano. Entre as cerca de 610 mil operações de financiamento realizadas pelo Banco em 2010, 93% foram destinadas a MPMEs.

Chama a atenção o forte aumento dos desembolsos pelo Cartão BNDES, que vem constituindo importante instrumento de democratização do crédito. O total de desembolsos pelo Cartão passou de R\$ 846 milhões, em 2008, para R\$ 4,3 bilhões, em 2010, enquanto o número de operações chegou a mais de 320 mil.

Mais uma vez, podemos verificar que a atuação do BNDES, demonstrada neste Relatório Anual, é imprescindível para a execução dos investimentos públicos e privados de que o Brasil tanto necessita.

Fernando Pimentel

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**Mensagem do
Presidente do BNDES**

Em 2010, a economia brasileira consolidou o bem-sucedido esforço de recuperação econômica, deixando para trás os efeitos recessivos da crise financeira internacional, que no fim de 2008 interrompeu o ciclo de crescimento mais vigoroso desenvolvido desde 2004.

O mercado interno – fortalecido por fundamentos macroeconômicos sólidos, pelo esforço anticíclico do governo federal e pelas políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda para as camadas mais pobres da população – foi o principal motor da retomada. Do crescimento real do PIB de 7,5% em 2010, a demanda interna contribuiu com 10,6 pontos percentuais, o que mais que compensou a queda de 3,1 pontos percentuais advinda da demanda externa. O investimento teve uma recuperação ainda mais expressiva, crescendo 21,8% de 2009 para 2010, significativamente à frente do crescimento do PIB, o que é fundamental para a sustentabilidade do crescimento econômico.

Como nos anos recentes, o BNDES teve um papel crucial no fortalecimento da confiança empresarial e do investimento. Os investimentos alavancados pelos financiamentos do Banco representaram 21% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país. Durante a implementação desses investimentos, foram criados ou mantidos, direta e indiretamente, quase 4,5 milhões de empregos.

Os desembolsos do BNDES atingiram novamente um montante recorde: R\$ 168,4 bilhões, um aumento de 22,6% em relação a 2009 e de 85,3% em relação a 2008. Merecem destaque os desembolsos de R\$ 52,4 bilhões para infraestrutura e de R\$ 54 bilhões para a indústria, aos quais devem ser acrescidos os R\$ 25 bilhões para a capitalização da Petrobras.

Para possibilitar tal desempenho, contribuíram os empréstimos anunciados do Tesouro Nacional para reforçar as captações do BNDES, que em 2010 atingiram a cifra de R\$ 105 bilhões. A parceria com o Ministério da Fazenda também se expressou na manutenção do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), programa com juros equalizados pelo Tesouro Nacional que resultou em redução significativa do custo financeiro de linhas como as de aquisição de bens de capital, de inovação e a do Procaminhoneiro, o que foi determinante para a expressiva retomada das decisões de investimento. Os desembolsos associados ao PSI foram de R\$ 67,9 bilhões em 2010, mais da metade dos quais para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Como um banco público e de desenvolvimento, o BNDES foi parte importante da estratégia anticíclica do governo federal, mas seu desempenho em 2010 também reflete suas prioridades estratégicas.

O BNDES tem dado apoio crescente às micro e pequenas empresas e pessoas físicas, cujos desembolsos em 2010 atingiram R\$ 32 bilhões, quase o dobro do montante recorde de R\$ 16,6 bilhões registrado em 2009. O Cartão BNDES mantém um crescimento vigoroso, tendo atingido no ano passado desembolsos de R\$ 4,3 bilhões (74% acima de 2009), com um total de mais de 320 mil operações (84% superior ao ano anterior). Assim como o PSI, o Cartão BNDES proporciona a ampliação da abrangência territorial do BNDES, em especial nas regiões Norte e Nordeste. Em 2006, 12% dos municípios dessas regiões foram atendidos pelo Banco. Em 2010, esse número saltou para 60%. Os desembolsos para o Norte e o Nordeste foram de R\$ 29 bilhões.

O BNDES colocou em operação no ano de 2010 o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), instrumento de complementação de garantias que, tal como o Cartão BNDES, será decisivo para ampliar o alcance do Banco em direção às micro e pequenas empresas. Em seus primeiros seis meses, foram feitas 2.737 operações com a utilização do FGI, totalizando financiamentos de R\$ 500 milhões. Mais de 97% dessas operações (90% em valor) foram realizadas com pessoas físicas ou microempresas e cerca de 65% dos beneficiários nunca tinham acessado o crédito do BNDES.

Em 2010, também foi formalizada a Política de Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) do BNDES. A RSA visa desenvolver e aperfeiçoar permanentemente produtos financeiros, metodologias e outros instrumentos que incorporem critérios socioambientais e contribuam, em especial, para o desenvolvimento local e regional sustentável. O Banco pretende ainda monitorar e avaliar os impactos e os resultados socioambientais gerados pelo próprio BNDES e pelas atividades que apoia financeiramente.

A agenda de 2011 não é menos desafiadora. As distintas Áreas Operacionais e projetos estratégicos corporativos foram mobilizados e desenhados para fazer frente a desafios como: colaborar para manter a taxa de crescimento do investimento à frente da expansão econômica, como forma de ampliar a oferta agregada; apoiar exportações de bens e serviços intensivos em engenharia para lograr uma balança comercial mais diversificada; financiar projetos complexos de infraestrutura para mitigar desequilíbrios no processo de desenvolvimento econômico; colaborar com o esforço de modernização da gestão pública; fomentar o investimento em inovação e na sustentabilidade socioambiental; e participar ativamente do fomento ao desenvolvimento local, à inclusão produtiva e da ampliação do acesso ao crédito, instrumentos essenciais do processo de erradicação da pobreza.

Para enfrentar essa agenda, o BNDES tem investido na incorporação das melhores práticas de gestão de recursos e pessoas e tem perseguido a conclusão da implantação de sistemas integrados, por meio do projeto AGIR. Em especial neste ano, o BNDES dará foco no fortalecimento de competências executivas e técnicas. Para tanto, 2011 foi definido como o “ano da gestão”.

Essa agenda não é de fácil consecução, mas em sua história o BNDES mostrou ser capaz de enfrentar desafios grandiosos. O desenvolvimento é uma missão que exige a mobilização de múltiplos esforços e atores. O BNDES seguirá atento ao seu papel e ao seu compromisso com o Brasil.

Luciano Coutinho
Presidente do BNDES

**O BNDES teve um
papel crucial no
fortalecimento da
confiança empresarial
e do investimento.**



Apresentação

Sobre este Relatório

Este Relatório Anual tem como objetivo apresentar a atuação do BNDES no ano de 2010, enfocando suas dimensões econômica, social e ambiental. O período relatado vai de janeiro a dezembro de 2010 e inclui as operações do BNDES e de suas subsidiárias BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME. As atuações do escritório de representação no Uruguai e da subsidiária em Londres (BNDES Limited) também fazem parte desta publicação (conforme o relato da Área Internacional apresentado no capítulo Desempenho Operacional).

Em 2010, foram aprovados os princípios e diretrizes da Política de Responsabilidade Social e Ambiental, a qual certamente trará novos desafios para o BNDES nos próximos anos. A Política de Responsabilidade Social e Ambiental foi desenvolvida com base no Planejamento Estratégico 2009-2014 e adotou a ISO 26000 como uma de suas referências.

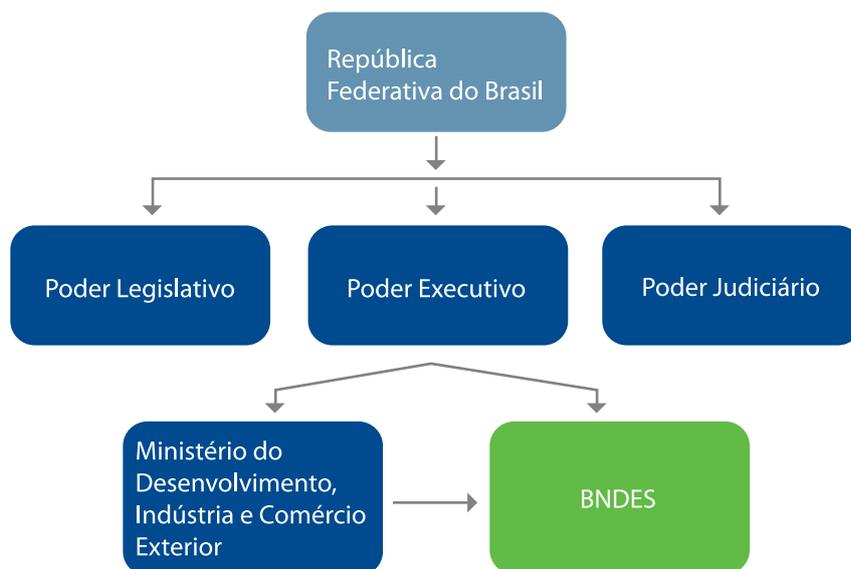
A visão da sustentabilidade está presente na própria natureza do BNDES, instituição na qual a análise e a aprovação das operações estão condicionadas à sua viabilidade econômica, social e ambiental. Este relato aborda a atuação da empresa considerando, além dos destaques operacionais, os aspectos estratégicos, de governança, transparência, gestão de riscos, apoio à cultura e gestão de pessoas.

A íntegra das Demonstrações Financeiras do BNDES e de suas subsidiárias FINAME e BNDESPAR está incluída no relatório em suporte eletrônico (CD anexo), que facilitará a navegação e as consultas para todos os interessados. O conteúdo do relatório estará disponível no Portal BNDES (www.bndes.gov.br). Este relatório será publicado nas versões em inglês e espanhol, que também poderão ser encontradas na internet.

Perfil

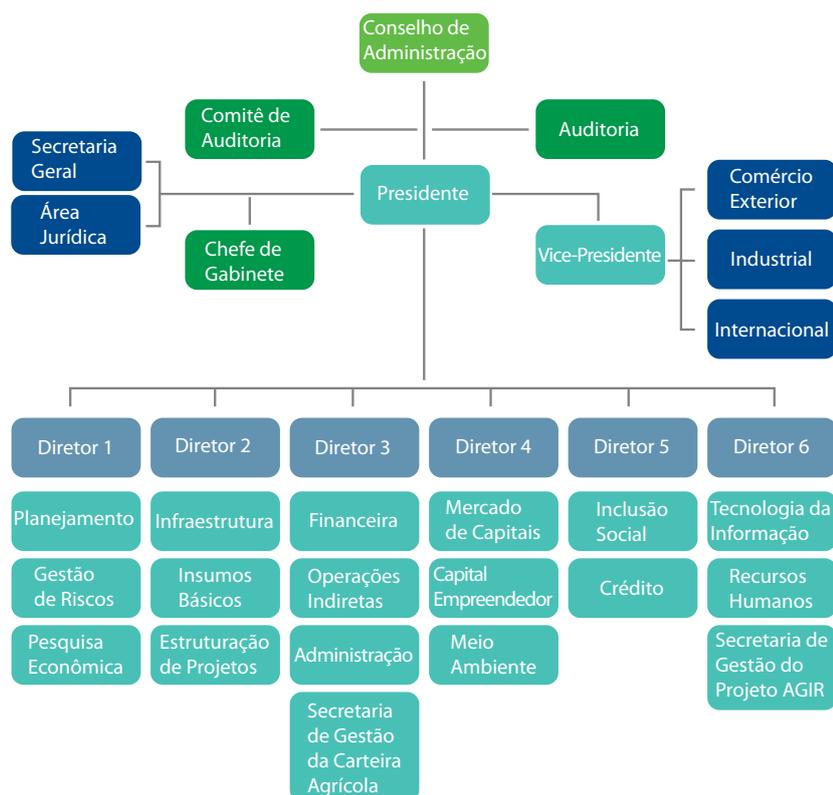
O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O BNDES na estrutura da União



De acordo com o Estatuto do BNDES, estabelecido pelo Decreto 4.418, de 11 de outubro de 2002, o BNDES é o principal instrumento de execução da política de investimento do governo federal e tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do país.

Organograma do BNDES



O Sistema BNDES é composto de quatro empresas: BNDES, FINAME, BNDESPAR e BNDES Limited, essa última criada recentemente com o objetivo de fomentar a internacionalização das empresas brasileiras e captar recursos no exterior.

O Banco conta, atualmente, com quatro instalações no Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Recife) e duas no exterior, em Montevideu e Londres.

O BNDES realiza financiamentos de longo prazo, subscrição de valores mobiliários, aplicação não reembolsável e prestação de garantia, atuando por meio de produtos e fundos, conforme a modalidade de operação. Os produtos definem as regras gerais sobre condições financeiras e procedimentos operacionais de financiamento de longo prazo, subscrição de valores mobiliários e prestação de garantia.

O BNDES concede apoio financeiro a pessoas físicas, pessoas jurídicas e entes da administração pública. Em virtude de sua atuação diversificada, tais grupos de clientes podem ser subdivididos de acordo com as características dos produtos ofertados e/ou dos setores atendidos.

A partir de cada produto, podem ser criadas linhas de financiamento e programas para estabelecer regras específicas de acordo com o beneficiário, setor e/ou empreendimento apoiado. As linhas de financiamento vinculam-se a um só produto e visam atender a demandas permanentes de apoio. Os programas podem se vincular a mais de um produto e visam atender a demandas específicas, com prazo de vigência e dotação previamente estabelecidos.

Os fundos são fontes de recursos, estatutárias ou legais, regidas por resoluções próprias, que definem condições e procedimentos operacionais específicos. Os fundos estatutários destinam-se a aplicações não reembolsáveis. A atuação do BNDES abrange todo o território nacional, e sua política busca incentivar a demanda por financiamento nas regiões menos desenvolvidas.

Principais clientes do BNDES

Grupo	Clientes	Serviço prestado	Exigências
Pessoas jurídicas	• Empresas de agropecuária, indústria, comércio ou serviço	Concessão de apoio financeiro	• Capacidade de pagamento nas operações reembolsáveis
	• Cooperativas ou associações		• Cadastro conforme os requisitos do BNDES
	• ONGs, OSCIPs ou fundações		
Pessoas físicas	• Produtores rurais	Concessão de apoio financeiro	• Em dia com as obrigações fiscais e previdenciárias
	• Transportadores autônomos de carga		• Não estar inadimplente com o BNDES nem em regime de recuperação judicial ou falência
	• Transportadores escolares		
Administração pública	• Microempreendedores	Concessão de apoio financeiro	• Dispor de garantias para cobrir o risco da operação
	• Municípios		• Cumprir a legislação ambiental
	• Estados		
	• Governo federal		

As operações realizadas pelo Banco são divididas em dois grupos principais: operações diretas e indiretas. As operações diretas são aquelas contratadas diretamente com o Banco, enquanto as indiretas são aquelas realizadas por instituições financeiras credenciadas, quando o BNDES repassa o recurso para a instituição.

Produtos e serviços oferecidos

Tipo de operação	Produto	Descrição
Direta	BNDES Finem	Financiamento de empreendimentos com valor mínimo de R\$ 10 milhões
	Limite de crédito	Crédito para clientes adimplentes
	Subscrição de valores mobiliários	Aquisição de participações acionárias de caráter minoritário e transitório, de debêntures conversíveis e de cotas de fundos fechados no âmbito de investimentos indiretos
	Internacionalização de empresas	Investimentos de empresas de capital nacional no exterior
	<i>Project finance</i>	Financiamento suportado pelo fluxo de caixa de um projeto
Indireta	BNDES Automático	Financiamento de empreendimentos de até R\$ 10 milhões
	BNDES Finame	Produção e comercialização de máquinas e equipamentos
	BNDES Finame Agrícola	Produção e comercialização de máquinas e equipamentos agrícolas
	BNDES Finame Leasing	Arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos
	BNDES Exportação	Produção nacional direcionada à exportação
	Cartão BNDES	Crédito rotativo, pré-aprovado, para aquisição de produtos, insumos e serviços

Os empregados do BNDES são selecionados por meio de concurso público e contratados em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A força de trabalho do BNDES é composta ainda de empregados temporários e estagiários.

Os empregados temporários incluem os executivos nomeados pelo presidente da República para cumprir um mandato específico (conselheiros, presidente, vice-presidente e diretores), os empregados que ocupam cargos de confiança e os cedidos de instituições públicas ao Banco.

Perfil do quadro de pessoal

Quadro de pessoal	Número de pessoas	Atuação		Escolaridade					
		Área-fim	Área-meio	Primário	Fundamental	Médio	Graduação	Mestrado	Doutorado
Empregados	2635	1230	1405	21	38	272	1977	293	34
Temporários	35	28	7	-	-	8	18	5	4
Estagiários	312	159	153	-	-	312	-	-	-

A ética é o solo sobre o qual o BNDES vem sendo construído desde a sua criação.

Missão, Visão e Valores

MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.

VISÃO

Ser o Banco do desenvolvimento do Brasil, instituição de excelência, inovadora e proativa ante os desafios da nossa sociedade.

VALORES

Ética

A ética é o solo sobre o qual o BNDES vem sendo construído desde a sua criação. Assim, o BNDES exige de seus profissionais uma conduta ética irrepreensível no exercício de suas atribuições. Tal conduta se traduz, sobretudo, em responsabilidade e honestidade. Preservamos o respeito e a confiança em nossos relacionamentos e marcamos nossos atos pela transparência. Partimos do princípio de que só há desenvolvimento com ética.

- Agimos em todas as circunstâncias com responsabilidade, retidão, integridade, honestidade e senso de justiça.
- Respeitamos a individualidade, dignidade e privacidade de todos, valorizamos a diversidade e repudiamos qualquer forma de discriminação.
- Temos compromisso vital com os direitos humanos de todos os participantes de nossa cadeia de relacionamentos.
- Construímos um ambiente de trabalho marcado por respeito, pluralidade de pensamentos, diálogo e capacidade de se pôr no lugar do outro.
- Estabelecemos e mantemos nossos relacionamentos com respeito, confiança e transparência.
- Zelamos pela discrição e pelo sigilo no tratamento das informações utilizadas nas atividades do BNDES.

Compromisso com o desenvolvimento

O desafio de ser o banco do desenvolvimento do Brasil exige de todos nós o compromisso profissional e pessoal com o fomento e o apoio ao crescimento de uma estrutura produtiva diversificada, integrada, dinâmica, inclusiva, sustentável e competitiva.

Trabalhamos pela cooperação entre os setores público e privado e pelo fortalecimento dos empreendimentos, independentemente de seu porte. A inovação é o motor desse desenvolvimento competitivo e sustentável. A promoção da sustentabilidade

socioambiental e a diminuição das desigualdades no espaço nacional e na sociedade brasileira orientam o nosso projeto de futuro.

- Apoiamos nossa atuação no conhecimento rigoroso da realidade e em uma visão de longo prazo.
- Cultivamos uma visão estratégica que norteia os resultados desejados, alinha e integra todas as nossas ações.
- Promovemos a sustentabilidade econômica e socioambiental em todas as nossas atividades.
- Agimos orientados para a redução das desigualdades sociais e regionais com geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida.
- Estimulamos a inovação e o espírito empreendedor.

Espírito público

Nossa atuação é norteada pelo espírito público, expresso pelo inarredável compromisso com os interesses da sociedade brasileira, o foco na coletividade e o zelo para com os recursos públicos.

- Atuamos em função dos interesses da sociedade brasileira, mantendo o foco na coletividade, e alinhados com as prioridades estabelecidas democraticamente pelas políticas de governo.
- Pautamos nossas decisões e ações pela impessoalidade, equidade e transparência na gestão da coisa pública.
- Zelamos pelo uso adequado dos recursos do BNDES, com atenção em custos, eficiência, eficácia dos processos e ausência de desperdício.

Excelência

Perseguimos a excelência em tudo o que fazemos, no empenho de cumprir a missão do Banco. A excelência é o resultado da combinação de competência técnica, conhecimento aplicado, foco na relevância e capacidade inovadora, impulsionados por incansável esforço de superação.

- Perseguimos permanentemente a formação técnica e a inovação.
- Valorizamos a capacidade de realização por meio da proatividade, do pragmatismo e do rigor metodológico.
- Incentivamos a produção de conhecimento norteada pelos desafios da sociedade brasileira.
- Estimulamos a vontade de aprender e a disseminação do conhecimento.
- Valorizamos o trabalho em equipe, o compartilhamento dos conhecimentos e das experiências e a cooperação.
- Perseguimos a qualidade, a consistência e a efetividade das ações por meio de discussões coletivas e decisões compartilhadas.
- Estimulamos o sentimento de realização profissional e pessoal nas equipes pelo reconhecimento de suas contribuições.

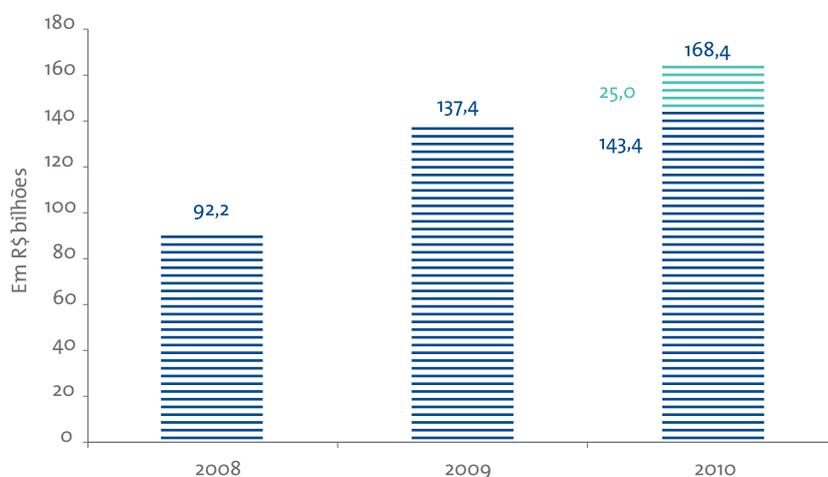
O BNDES em números

Desembolsos

O desempenho do BNDES em 2010 esteve associado a dois processos específicos: (i) à continuidade do financiamento a projetos de investimento de longo prazo, em especial na indústria e na infraestrutura, impulsionando a recuperação da formação bruta de capital fixo (FBCF) da economia; e (ii) ao processo de “democratização do crédito”, com forte aumento das liberações destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos e às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Como mostra o gráfico a seguir, os desembolsos atingiram o montante recorde de R\$ 168,4 bilhões, em 2010. Trata-se de uma elevação de 22,6% relativamente ao ano de 2009, quando as liberações ficaram em R\$ 137,4 bilhões. Mesmo sem contar a operação de capitalização da Petrobras – no valor de R\$ 25 bilhões –, houve expansão dos desembolsos, atingindo o total de R\$ 143,4 bilhões, isto é, um aumento de 4,4% *vis-à-vis* 2009.

Desembolsos do BNDES (2008-2010)



Fonte: BNDES.

Setores

Conforme mostra a tabela a seguir, a indústria e a infraestrutura responderam por mais de 63% dos desembolsos do BNDES em 2010 (excluindo-se a operação da Petrobras, que foi contabilizada em “outras operações de mercado”), perfazendo um total de R\$ 106,4 bilhões. É importante destacar também o setor de comércio/serviços, que desde 2008 vem apresentando forte trajetória ascendente em seus desembolsos. Em 2010, o montante atingiu R\$ 27,1 bilhões, com uma taxa de crescimento de 56,4% em relação a 2009.

Desembolsos do BNDES por ramos de atividade

Ramos de atividade	R\$ bilhões			Taxa de crescimento (em %)	
	2008	2009	2010	2009-2008	2010-2009
Indústria	39,0	63,5	54,0	62,8	-15,0
Infraestrutura	35,1	48,7	52,4	38,6	7,8
Comércio/serviços	11,2	17,3	27,1	55,2	56,4
Agricultura	5,6	6,9	10,1	22,5	47,7
Outras operações de mercado	1,4	1,0	24,8	-23,4	2.275,7
Total	92,2	137,4	168,4	49,0	22,6

Desembolsos do BNDES por setores

Setores	R\$ bilhões			Taxa de crescimento (em %)	
	2008	2009	2010	2009-2008	2010-2009
Indústria	39,0	63,5	54,0	62,8	-15,0
Alimento e bebida	10,1	8,8	13,5	-12,6	53,0
Material de transporte	7,5	8,8	10,2	16,9	15,6
Mecânica	3,4	4,2	5,3	23,2	26,7
Metalurgia	3,7	5,3	4,9	42,5	-7,0
Têxtil e vestuário	1,3	0,6	2,2	-52,0	232,2
Outros	12,9	35,7	17,9	176,7	-49,8
Infraestrutura	35,1	48,7	52,4	38,6	7,8
Transporte (*)	18,8	27,2	33,6	44,5	23,4
Energia elétrica	8,6	14,2	13,6	63,9	-4,0
Outros	7,6	7,3	5,3	-4,5	-27,8
Outros ramos	18,1	25,2	62,0	39,2	146,7
Total	92,2	137,4	168,4	49,0	22,6

Fonte: BNDES.

Nota: Os dados referentes aos totais foram obtidos por soma, considerando-se todas as casas decimais.

(*) Abrange transportes ferroviário e rodoviário, atividades auxiliares de transportes e outros transportes, de acordo com a classificação setorial do BNDES.

Os destaques setoriais da indústria, em 2010, foram os segmentos de alimento e bebida, material de transporte e mecânica, com desembolsos de R\$ 13,5 bilhões, R\$ 10,2 bilhões e R\$ 5,3 bilhões, respectivamente. Na infraestrutura, os setores de maior destaque foram transporte e energia elétrica – responsáveis por cerca de 28% das liberações totais do BNDES em 2010.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI)

Com a finalidade de conter a queda dos investimentos na economia brasileira, ocorrida no quarto trimestre de 2008, em decorrência do agravamento da crise financeira internacional, o governo federal lançou, no fim de junho de 2009, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI). O programa reduziu os custos dos financiamentos para os segmentos de bens de capital, inovação e exportação, bem como alongou os prazos de amortização e carência para utilização dos recursos.

A tabela a seguir mostra a carteira do Banco referente ao PSI, com distinção entre os segmentos. No fim de 2010, o estoque da carteira do Banco relativo ao PSI atingiu R\$ 124,5 bilhões. Mais de 75% do total da carteira foi destinado ao segmento de bens de capital, tanto no financiamento a ônibus e caminhão (R\$ 33,5 bilhões) quanto na aquisição de demais itens de bens de capital (R\$ 60,8 bilhões) para vários segmentos.

Carteira do PSI

	R\$ bilhões	Participação (em %)
1. Bens de capital	94,3	75,7
1.1 Bens de capital – demais itens	60,8	48,8
Agricultura e pecuária	8,8	7,0
Alimentos e bebidas	5,1	4,1
Papel e celulose	3,2	2,6
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	2,8	2,3
Química	1,3	1,0
Borracha e plástico	1,2	0,9
Minerais não metálicos	1,4	1,1
Metalurgia	2,0	1,6
Máquinas e equipamentos	1,1	0,9
Veículos	1,5	1,2
Outros equipamentos de transporte	1,4	1,1
Eletricidade e gás	8,9	7,1
Obras de infraestrutura	1,9	1,5
Serviços de construção	1,6	1,3
Comércio atacadista	1,5	1,2
Comércio varejista	1,3	1,0
Transporte terrestre	2,8	2,3
Transporte aéreo	1,1	0,9
Atividades auxiliares de transporte	1,2	1,0
Telecomunicações	2,8	2,2
Outros	8,1	6,5
1.2 Bens de capital – ônibus e caminhões	33,5	26,9
2. Inovação	0,8	0,7
3. Exportação	22,1	17,7
4. Procaminhoneiro	7,3	5,9
Total (1+2+3+4)	124,5	100,0

Fonte: BNDES.

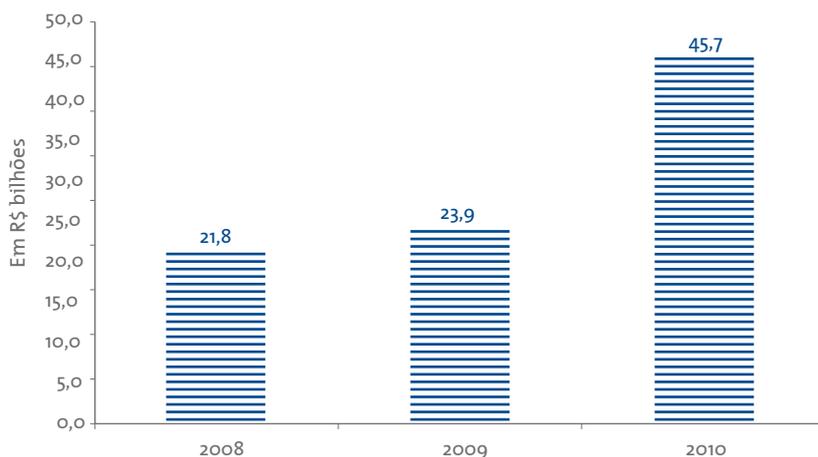
Nota: Dados da carteira do PSI até 1º de janeiro de 2011.

Os dados referentes aos totais foram obtidos por soma, considerando-se todas as casas decimais.

Micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)

Os desembolsos para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e pessoas físicas aumentaram 91% em 2010, totalizando R\$ 45,7 bilhões. Esse valor correspondeu a 27% das liberações totais do BNDES no ano. Entre as cerca de 610 mil operações de financiamento realizadas pelo Banco em 2010, 93% foram destinadas a MPMEs. Houve, portanto, um nítido movimento de ampliação do acesso ao crédito.

Desembolsos para MPMEs e pessoas físicas (2008-2010)



Fonte: BNDES.

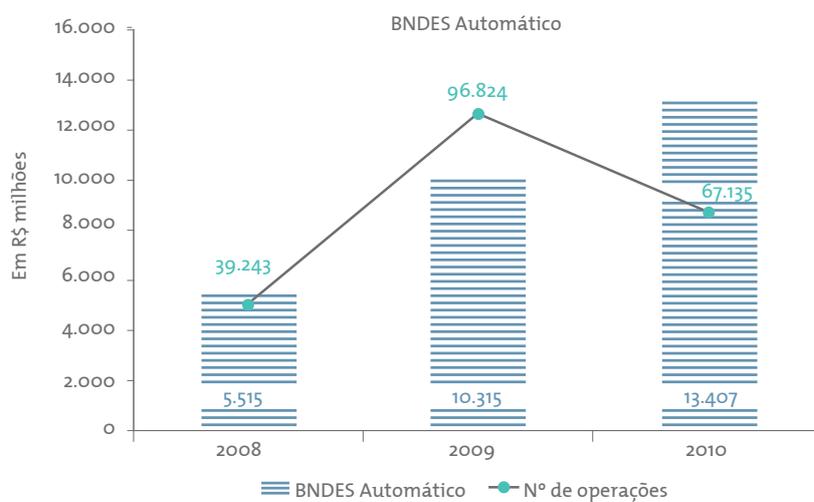
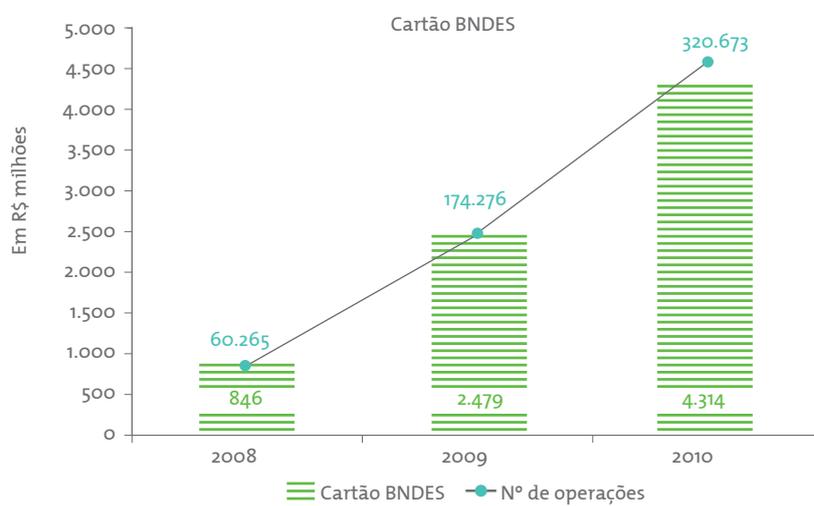
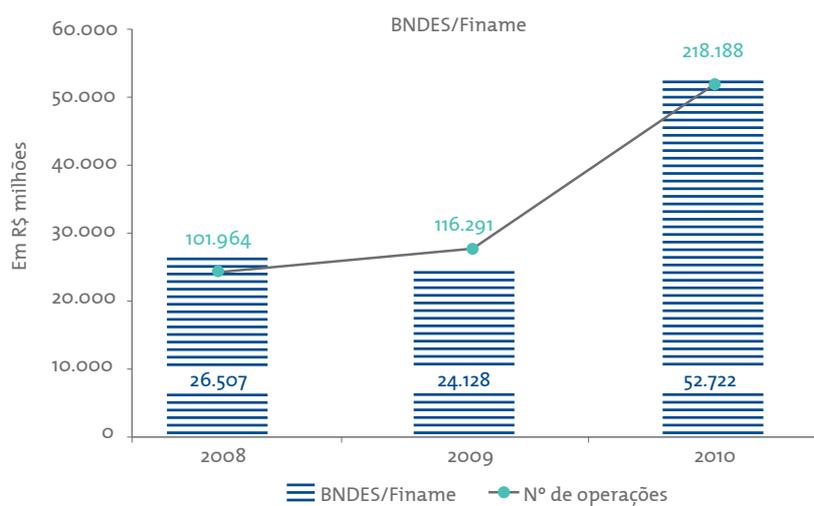
O PSI contribuiu de forma significativa para a ampliação dos financiamentos às empresas de menor porte. Em 2010, os desembolsos do PSI para MPMEs e pessoas físicas totalizaram R\$ 37,5 bilhões.

Desembolsos do BNDES Finame, BNDES Automático e Cartão BNDES

O BNDES apoia as MPMEs e pessoas físicas principalmente com auxílio dos agentes financeiros, em virtude da maior capilaridade dessas instituições, o que propicia a disseminação das operações. O financiamento é feito por meio das seguintes linhas: (i) BNDES Finame, com concessão de crédito à produção e à comercialização de máquinas e equipamentos; (ii) BNDES Automático, com financiamento a projetos de valores inferiores a R\$ 10 milhões; e (iii) Cartão BNDES, com crédito rotativo pré-aprovado para micro, pequenas e médias empresas para aquisição de bens e insumos.

O gráfico a seguir mostra os desembolsos do BNDES com essas operações, em 2010. Percebe-se com clareza a expressiva trajetória ascendente tanto no volume das liberações quanto no número de operações, à exceção do número de operações do produto BNDES Automático. Chama a atenção o forte aumento dos desembolsos pelo Cartão BNDES, de R\$ 846 milhões, em 2008, para R\$ 4,3 bilhões, em 2010. O número de operações chegou a mais de 320 mil.

Desembolsos do BNDES Finame, Cartão BNDES e BNDES Automático

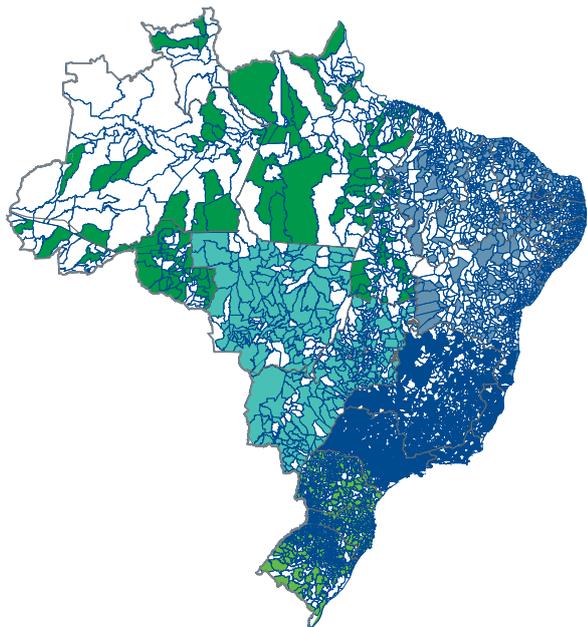


Fonte: BNDES.

O Cartão BNDES vem constituindo um importante instrumento de democratização do crédito. O gráfico a seguir mostra que, entre 2008 e 2010, seu índice de cobertura saiu de 43,9% (ou seja, 2.442 municípios) para 76% em 2010, abrangendo 4.229 municípios.

Cobertura do Cartão BNDES – Comparação entre 2008 e 2010
(número de municípios)

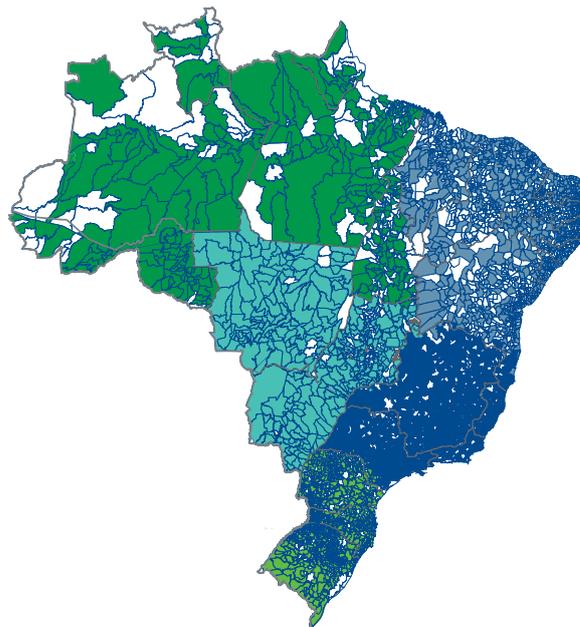
2008



Nº de municípios 2.442

% de cobertura 43,9%

2010



Nº de municípios 4.229

% de cobertura 76%

Fonte: BNDES.



**O Cartão BNDES vem
constituindo um
importante instrumento
de democratização
do crédito.**



Governança

Por ser uma empresa pública, o BNDES tem as suas operações financeiras, balanços e políticas de gestão fiscalizados por colegiados, compostos de representantes do governo, de entidades externas e da sociedade civil. Esses colegiados são o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal. As principais atribuições de cada um deles são as seguintes:

Conselho de Administração

- Opinar, por solicitação do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes do desenvolvimento econômico e social do país mais diretamente relacionadas à ação do BNDES;
- aconselhar o presidente do Banco sobre as linhas gerais orientadoras de sua ação;
- examinar e aprovar, por proposta do presidente do Banco, as políticas gerais e programas de atuação de longo prazo;
- aprovar o orçamento global de recursos e dispêndios e acompanhar sua execução, assim como examinar relatórios anuais de auditoria e informações sobre os resultados da ação do Banco; e
- aprovar os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras da instituição.

Comitê de Auditoria

- Recomendar à administração do Banco a auditoria independente a ser contratada;
- revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais;
- avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e
- recomendar à Diretoria do BNDES correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Conselho Fiscal

- Examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES; e
- exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

A Diretoria do BNDES é composta de oito membros: o presidente, o vice-presidente e seis diretores, todos nomeados pelo presidente da República.

As atividades desempenhadas pelo BNDES são organizadas em áreas, que se subdividem em operacionais – responsáveis pela atividade de concessão de crédito e acompanhamento – e de suporte – direcionadas a atividades corporativas de apoio.

Nas Áreas Operacionais, o trabalho é realizado por equipes multidisciplinares, o que visa assegurar análises abrangentes e eficazes dos projetos, utilizando a formação técnica de cada profissional. Esse caráter multidisciplinar permite que o empregado tenha conhecimento de todo o processo em que está inserido e não apenas de parte dele.

**Nas Áreas
Operacionais, o
trabalho é realizado
por equipes
multidisciplinares, o
que visa assegurar
análises abrangentes e
eficazes dos projetos.**

As principais decisões do BNDES são tomadas pela Diretoria, em consonância com as finalidades e objetivos previstos em seu Estatuto Social e a orientação superior do Conselho de Administração do BNDES, por proposta das áreas e de seus respectivos diretores, em reuniões ordinárias semanais ou extraordinárias (por convocação do presidente), na forma de decisões (de caráter específico) ou resoluções (de caráter geral). Contudo, existem outros colegiados com finalidade deliberativa que envolvem, além dos diretores, os superintendentes, conforme se observa no quadro a seguir.

Principais comitês executivos do BNDES

Comitê	Composição	Atribuições
Comitê de Planejamento	presidente; vice-presidente; diretores; chefe do Gabinete da Presidência; superintendentes.	<ul style="list-style-type: none"> • coordenar a formulação e o acompanhamento da Estratégia Corporativa e promover, anualmente, sua atualização; • avaliar os resultados alcançados e discutir a incorporação de ajustes e melhorias na Estratégia Corporativa.
Comitê Gerencial	superintendentes; chefe da Secretaria Geral do Gabinete da Presidência; chefe do Departamento de Estratégia Corporativa da Área de Planejamento.	<ul style="list-style-type: none"> • zelar pela implementação eficiente das políticas operacionais, de crédito, financeiras e corporativas; • promover o fortalecimento das relações entre as Unidades Fundamentais; • zelar pelo cumprimento das decisões e resoluções, de caráter gerencial, emanadas da Diretoria.
Comitê de Enquadramento e Crédito (CEC)	superintendentes de Planejamento, Crédito, Industrial, Infraestrutura, Insumos Básicos, Inclusão Social, Comércio Exterior, Operações Indiretas, Mercado de Capitais, Capital Empreendedor, Meio Ambiente, Financeiro, Internacional e Jurídico.	<ul style="list-style-type: none"> • apreciar os pedidos de colaboração financeira constantes das cartas-consultas; • decidir sobre seu enquadramento nas Políticas Operacionais, com comunicação à Diretoria.
Comitê de Orçamento	presidente; vice-presidente; diretores; chefe do Gabinete da Presidência;* chefe da Auditoria;* superintendentes.*	<ul style="list-style-type: none"> • fixar as diretrizes para a elaboração da proposta do orçamento; • acompanhar o desempenho orçamentário; • aprovar medidas objetivando maximizar a situação de caixa.
Comitê de Gestão de Risco (CGR)	presidente; vice-presidente; diretores; chefe do Gabinete da Presidência;* superintendente da Área de Gestão de Riscos.*	<ul style="list-style-type: none"> • propor as políticas de administração de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional; • avaliar os ambientes de riscos.
Comitê de Assuntos Financeiros (CAF)	superintendentes Financeiro, de Crédito, Planejamento, Gestão de Riscos,* Mercado de Capitais* e Internacional.*	<ul style="list-style-type: none"> • rever o modelo de determinação do <i>spread</i> básico; • sugerir cenários de metas de crescimento alvo do PL; • sugerir eventuais mudanças de política financeira e de crédito à Diretoria.
Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA)	chefe do Gabinete da Presidência; superintendentes Industrial, de Insumos Básicos, Infraestrutura, Operações Indiretas, Planejamento, Inclusão Social, Capital Empreendedor, Crédito, Financeiro, Meio Ambiente; assessor designado pelo presidente.	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar os instrumentos adotados pelo BNDES de potencial impacto em arranjos produtivos e inovativos, na inovação e no desenvolvimento local, regional e socioambiental.
Comitê Consultivo do Funtec (CCTEC)	superintendente de Planejamento; empregados de carreira; representante do governo federal; especialistas externos.	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar os pedidos de colaboração financeira constantes das consultas prévias submetidas ao BNDES no âmbito do Funtec.

* Sem direito a voto.

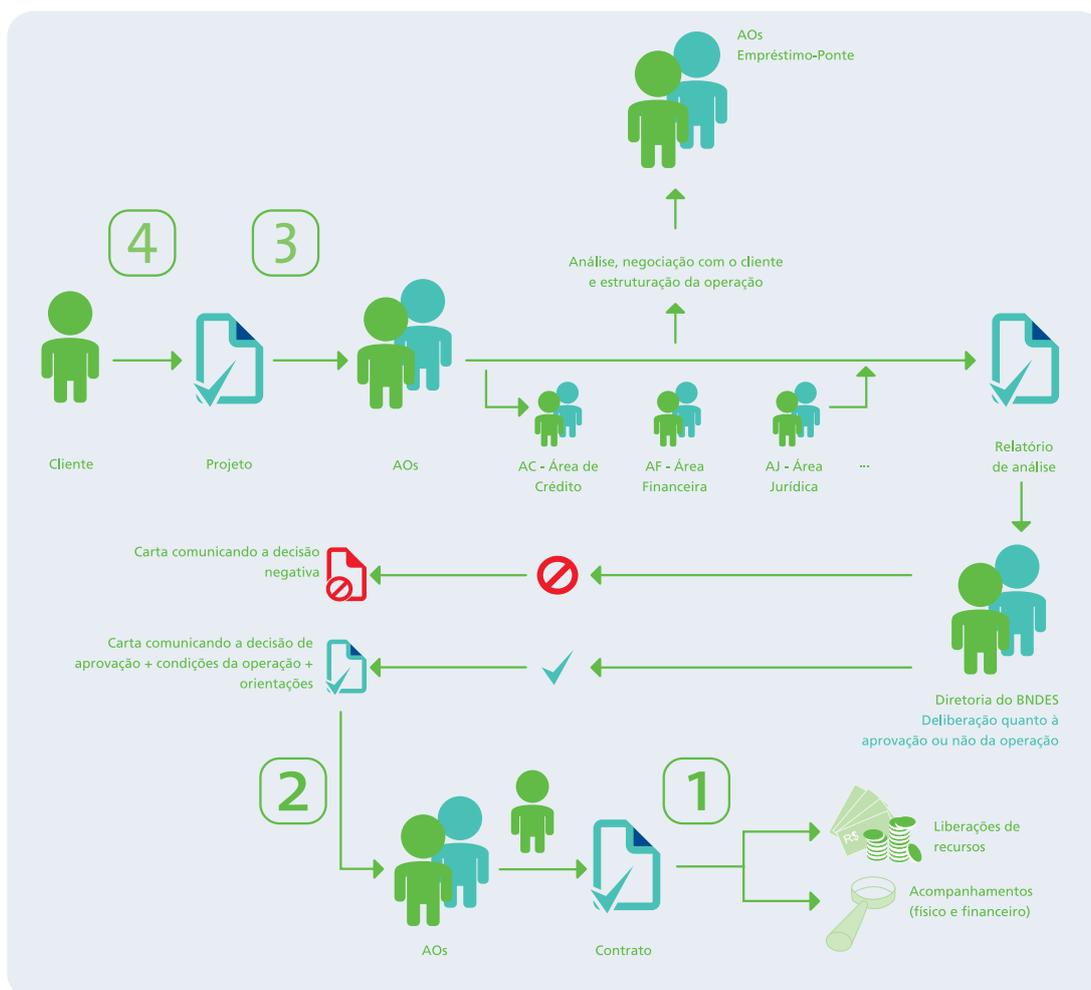
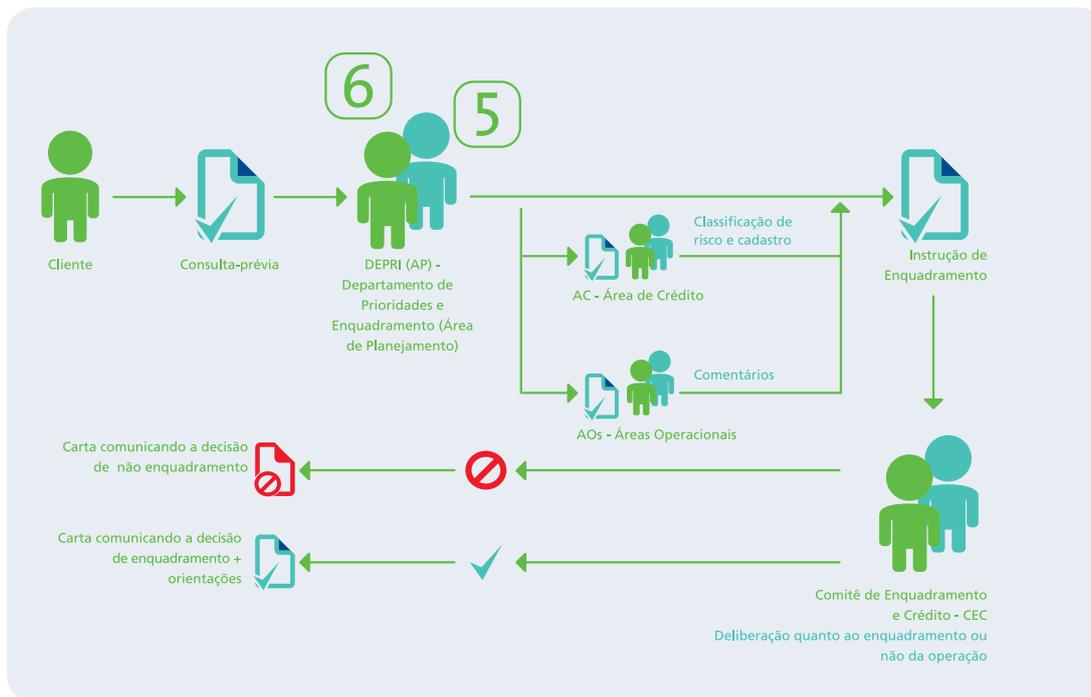
A concessão de crédito é entendida como o principal processo do BNDES. Em função das modalidades principais de concessão de crédito praticadas pelo Banco, esse processo comporta duas possibilidades: (i) concessão de crédito em operações diretas (aquelas acima de R\$ 10 milhões em que o risco de crédito é assumido pelo BNDES) e indiretas **não automáticas** (de forma geral, em operações acima de R\$ 10 milhões, em que o risco de crédito é assumido, total ou parcialmente, pelos agentes financeiros); e (ii) concessão de crédito em operações indiretas **automáticas** (operações abaixo de R\$ 10 milhões em que o risco de crédito é assumido pelos agentes financeiros).

Os principais componentes do primeiro processo são: (i) análise de consultas e enquadramento de operações; (ii) análise de projetos de operações; (iii) contratação de operações; e (iv) acompanhamento e liberação de operações. Os principais componentes do segundo processo são: (i) análise de consultas de operações; (ii) recebimento, análise e aprovação de operações; (iii) liberação de recursos para operações; e (iv) acompanhamento de operações.

O controle do processo de concessão de crédito em operações diretas e indiretas não automáticas reúne diversos atores e diversas instâncias da organização. As solicitações de apoio financeiro são apresentadas ao BNDES por meio de consultas formais, encaminhadas para uma unidade organizacional – o Departamento de Prioridades da Área de Planejamento (AP/DEPRI) –, incumbida de analisá-las e submetê-las ao Comitê de Enquadramento e Crédito (CEC). Esse comitê se reúne semanalmente para apreciar as consultas recebidas e deliberar sobre outros assuntos de crédito. Uma vez aprovado o enquadramento, a operação é encaminhada ao Departamento da Área Operacional para análise do projeto. O relatório de análise resultante é submetido à Diretoria do BNDES, que também se reúne semanalmente. Havendo aprovação da operação, esta é, então, contratada, desde que cumpridas as condições prévias. O Departamento da Área Operacional, responsável pela operação, libera recursos de acordo com o cronograma estabelecido e acompanha, periodicamente, o uso dos recursos. O pagamento dos haveres (juros e amortizações) é acompanhado até a liquidação da dívida.

O processo de acompanhamento influi na mitigação de risco de crédito das operações de financiamento realizadas pelo BNDES, bem como representa um importante papel na construção do relacionamento do Banco com seus clientes, uma vez que permite maior conhecimento setorial das empresas e dos projetos e, também, fomento de novas operações pelas Áreas Operacionais, possibilitando a identificação das necessidades de novos mecanismos e processos de apoio. A figura a seguir resume os principais passos do processo de concessão de crédito.

Fluxo do processo de concessão de crédito



Etapas do processo

Nível 6 – Perspectiva | Nível 5 – Consulta prévia | Nível 4 – Enquadrada
Nível 3 – Em análise | Nível 2 – Aprovada | Nível 1 – Contratada

As operações indiretas automáticas são submetidas a fluxos operacionais que abrangem menos atores e instâncias da organização que as operações diretas e indiretas não automáticas. As demandas por crédito de pessoas jurídicas e físicas são apresentadas diretamente aos agentes financeiros repassadores,¹ que as analisam e as modelam nos termos definidos do produto escolhido.

As propostas de crédito resultantes são encaminhadas pelos agentes financeiros diretamente aos Departamentos Operacionais da Área de Operações Indiretas (AOI) responsáveis pelo produto, que as analisam e deliberam a aprovação ou a devolução das propostas. As instâncias superiores – a Superintendência e a Diretoria da Área – endossam as aprovações ou devolvem as propostas para a instância anterior. Sendo aprovadas, as propostas de crédito são contratadas, tornando-se operações, e originam liberações dos recursos demandados. Em função do volume das operações indiretas não automáticas e das características próprias desse tipo de operação, a Área Operacional procede ao acompanhamento de amostras das carteiras para verificar a correta e efetiva aplicação dos recursos. De forma análoga ao que ocorre com as operações diretas e indiretas não automáticas, o pagamento dos haveres (juros e amortizações) é acompanhado até a liquidação da dívida.

Além das modalidades direta e indireta, os apoios financeiros concedidos pelo Sistema BNDES podem ser classificados com base nos instrumentos utilizados: renda fixa ou variável. No último caso, o Sistema BNDES, por meio de sua subsidiária integral, BNDESPAR, utiliza ferramentas usuais ao mercado de capitais no intuito de promover o crescimento e o fortalecimento de empresas nos diversos setores da economia, difundir o conceito e incentivar práticas de governança corporativa nas empresas e fortalecer o mercado de capitais brasileiro.

Gestão da ética

O Sistema BNDES está alinhado ao Decreto 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, que instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, atualizou competências e acrescentou a Secretaria Executiva na estrutura das comissões de ética, e à Resolução 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública, que estabelece as normas de funcionamento e de rito processual para as comissões de ética.

¹ Como a maioria dos bancos brasileiros faz parte dessa rede de agentes, é, portanto, credenciada a operar com as linhas de financiamento do BNDES. Nas operações indiretas, o Banco repassa os recursos financeiros a bancos comerciais, públicos ou privados, agências de fomento e cooperativas credenciadas pelo BNDES, e esses agentes são responsáveis pela análise, pela aprovação do crédito e pela definição das garantias. Os empresários, usualmente, dirigem-se às instituições em que já têm cadastro e/ou algum tipo de relacionamento bancário. O risco da operação é assumido pelos agentes financeiros que analisam o projeto.

A gestão da ética no BNDES está normatizada no Código de Ética do Sistema BNDES, aprovado pela diretoria do Banco, em 28 de abril de 2009, em substituição ao documento anterior que vigorava desde 2002. Com base nessa norma, são promovidas ações de natureza educativa, além de atualização e aperfeiçoamento de procedimentos e apuração e aplicação das penas cabíveis nos casos de infrações éticas. Cabe destacar que a apresentação desse código, nas palavras do presidente do BNDES, se inicia com a expressão “só há desenvolvimento com ética”.

Nos termos do Código de Ética do Sistema BNDES, a gestão da ética é conduzida pela Comissão de Ética, composta de três membros titulares e três suplentes, e pelo chefe da Secretaria Executiva da Comissão de Ética.

Os trabalhos de apuração de infrações éticas seguem normas definidas no Regimento Interno da Comissão de Ética, aprovado em 23 de setembro de 2008, pela diretoria do BNDES. Nesses trabalhos, são observados os princípios de proteção à honra e à imagem da pessoa investigada, de garantia do contraditório e da ampla defesa e da independência e imparcialidade dos membros da Comissão de Ética.

O resumo das atividades da gestão da ética em 2010 é apresentado a seguir.

- Procedimentos preliminares – abertos 60 procedimentos preliminares de gestão da ética, compreendendo o esclarecimento de consultas, aconselhamentos e apuração de denúncias de infração ética. Em consequência do desenvolvimento da gestão de ética, foram assinados cinco Acordos de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) com a Comissão de Ética, dos quais dois originários de procedimentos abertos em 2009, e foi convertido um procedimento em Processo de Apuração Ética (PAE), que ocorrerá em 2011. Os quadros seguintes demonstram a natureza e o desenvolvimento desses procedimentos.

Procedimentos preliminares de gestão da ética

Procedimentos preliminares em 2010	Ocorrências	Concluídos
Consultas	41	40 ⁽¹⁾
Investigação de possível infração ética	14	8 ⁽²⁾
Aconselhamentos, orientações, críticas e sugestões	5	5
Total	60	53

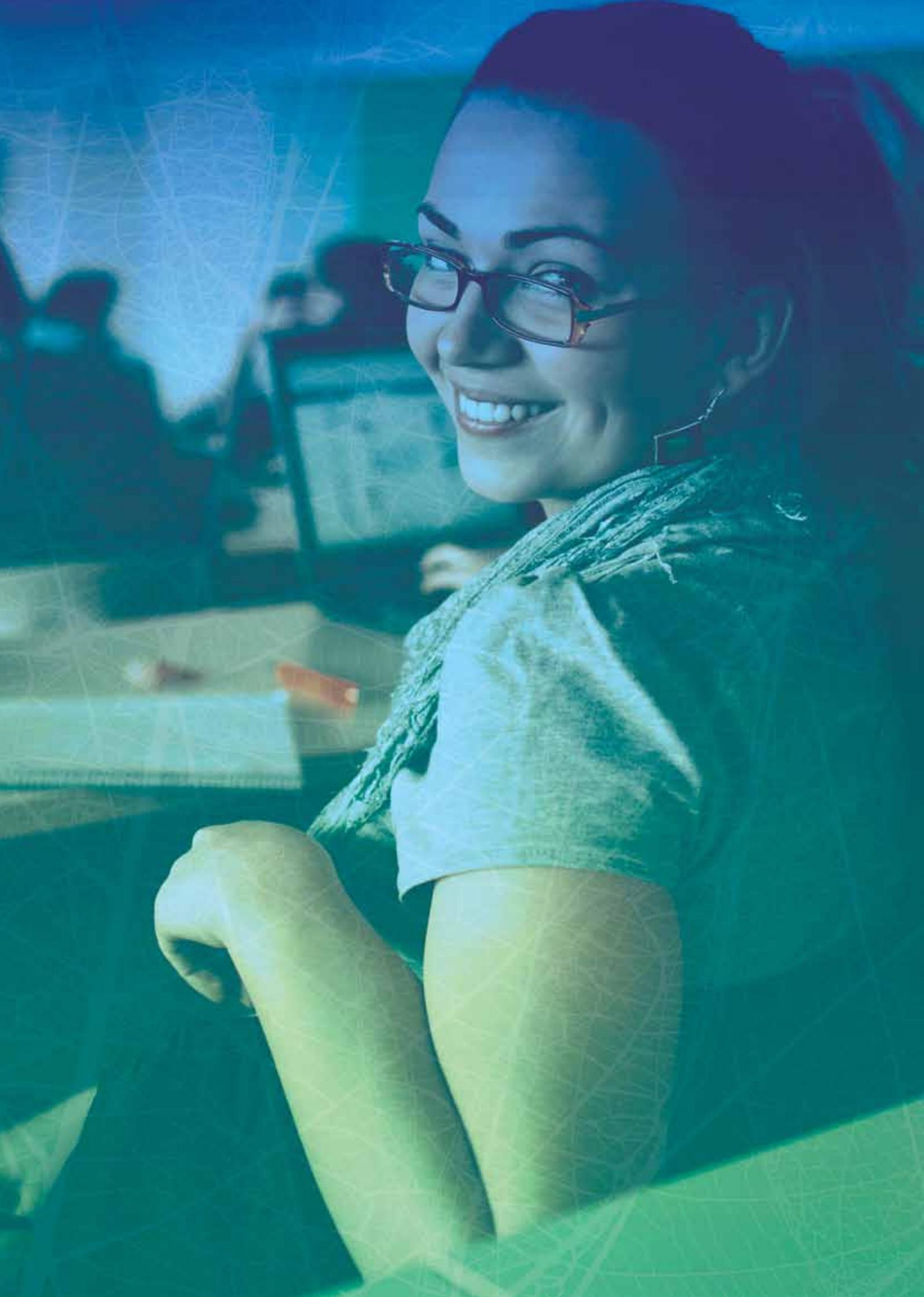
(1) Uma das consultas gerou a assinatura de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) com a Comissão de Ética.

(2) Duas investigações geraram assinatura de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) com a Comissão de Ética, cinco foram arquivadas e uma gerou a abertura de Processo de Apuração Ética (PAE).

Natureza dos temas tratados em 2010

Natureza dos temas tratados	Ocorrências
Aquisição de valores mobiliários	13
Conflitos interpessoais e profissionais	6
Distribuição de presentes e brindes	5
Conflitos de interesses público e privado	4
Participação em sociedades comerciais	4
Docência em cursos preparatórios para o BNDES	4
Exercício de atividades paralelas	2
Uso inapropriado de recursos materiais	2
Pagamento de viagens	2
Atuação de aposentados do BNDES	2
Outros temas (cada um com uma ocorrência)	16
Total	60

- Reuniões ordinárias – realizadas 34 reuniões ordinárias da Comissão de Ética, com registro do resumo dos assuntos tratados em atas disponibilizadas no *site* do BNDES, na página da gestão da ética.
- Capacitação dos membros da Comissão de Ética – participação dos quatro membros mais novos nos cursos de Apuração Ética 2010, em 30 e 31 de agosto e em 29 e 30 de novembro, oferecidos pela Comissão de Ética Pública, em Brasília (DF).
- Palestras – realizadas 12 palestras, em parceria com a Área de Recursos Humanos, para a divulgação da gestão da ética no BNDES e disseminação do código de ética e seus valores, direcionadas prioritariamente aos novos empregados.
- Contribuição às atividades internas transversais do BNDES, com participação de representantes – no Planejamento Corporativo BNDES 2009-2014; no Projeto Valores – 2010, o ano dos Valores do BNDES, em que a ética é um dos quatro princípios centrais; no Projeto Estratégico Governança e Responsabilidade Socioambiental; nos grupos de trabalho sobre equidade de gênero e sobre assédio moral.
- Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, com participação de representantes – nas 12 reuniões ordinárias mensais, realizadas na sede de cada empresa; no VI Seminário de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, organizado pelo Banco do Nordeste, em sua sede, em Fortaleza (CE), em 10 e 11 de junho; nos grupos de trabalho sobre assédio moral, riscos éticos institucionais e conflito de interesses.
- Rede de Ética do Poder Executivo Federal – participação de três membros e da chefe da Secretaria Executiva no XI Encontro de Integrantes da Rede no XI Seminário internacional Ética na Gestão – Ética, Direito e Democracia, promovido pela Comissão de Ética Pública nos dias 27 e 28 de setembro, em Brasília (DF).



Transparência

O BNDES considera o princípio da transparência um pilar no relacionamento com seu público externo. Essa dimensão é levada em conta também como uma oportunidade de informar os resultados de suas ações à sociedade brasileira.

Tal compromisso está formalmente expresso no Código de Ética do Sistema BNDES:

Art. 2º. Os participantes do Sistema BNDES comprometem-se a basear seu comportamento e sua atuação pelos seguintes princípios: (...)
XI. da transparência e visibilidade, como compromisso de atenção à sociedade civil, ao informar, prestar contas, divulgar os resultados, sempre com respeito às normas de sigilo previstas em lei.

No Portal BNDES, na internet, a seção BNDES Transparente é totalmente dedicada à divulgação de informações sobre o Banco, entre as quais, destacamos as seguintes páginas:

- Consulta às operações do BNDES, na qual são divulgadas informações não sujeitas ao sigilo bancário, relativas aos últimos projetos contratados com o BNDES, além de informações relativas aos projetos em andamento com entidades da administração pública direta;
- estatísticas operacionais, em que estão disponíveis arquivos que resumem o desempenho operacional, mensal e anual, do Sistema BNDES, em valores correntes, sem incluir as aplicações no mercado secundário, a partir de 1997; e
- processos de compra de bens e serviços realizados e a realizar pela empresa, em que estão disponíveis para consulta, por ordem cronológica, informações a respeito das compras e dos contratos firmados.

Novos sites em inglês e espanhol

Em junho, foram lançadas as novas versões dos sites institucionais do BNDES, em inglês e espanhol. O objetivo da reformulação, que abrange o conteúdo, a arquitetura da informação e o *layout*, é reforçar a presença do Banco no exterior, após a instalação do escritório em Montevideu e a constituição da subsidiária londrina BNDES Limited.

As novas páginas mantêm o foco nos públicos de interesse do Banco no exterior, buscando atender potenciais clientes e parceiros e divulgando atividades como o estímulo às exportações e a captação internacional de recursos.

Com públicos distintos dos da versão em português, os novos *sites* não se limitam à tradução do conteúdo, mas trazem seções exclusivas, como The BNDES Abroad/BNDES Internacional, focadas nas ações do Banco no exterior.

A arquitetura da informação foi planejada para privilegiar assuntos de maior interesse do público estrangeiro.

Alguns dados sobre a visitação dos *sites* em inglês e espanhol, no período de julho a dezembro de 2010, podem ser verificados a seguir.

Visitas aos *sites* em inglês e em espanhol

	Visitantes únicos	Visitas totais	Page views	Principais países de origem
Síte em inglês	3.034	13.795	664.156	EUA (37%), Reino Unido (16%), Itália (14%) e França (11%)
Síte em espanhol	842	3.122	544.495	Itália (68%), EUA (10%), Brasil (6%) e Argentina (4%)

Visitantes únicos: número de pessoas diferentes que acessaram o *site*.

Visitas totais: soma de todos os acessos, de todos os visitantes ao *site* num determinado período.

Page views: número de visualizações de páginas (envolve cada clique feito pelo internauta).

Canais de comunicação

Atendimento empresarial

O BNDES dispõe de diversos canais de atendimento que permitem o contato direto do empresariado brasileiro para recebimento de informações sobre as formas de financiamento disponíveis.

- Portal BNDES, na internet

Atualmente, o portal de uma empresa não se restringe à comunicação com seus diversos públicos, mas funciona também como um novo ambiente de negócios. Atento à crescente demanda por financiamento pelo empresariado brasileiro, o BNDES estruturou a sua página na internet de acordo com os principais perfis de visitantes: micro, pequena e média empresa e pessoa física; grande empresa; administração pública; e instituição financeira credenciada.

A página do perfil micro, pequena e média empresa e pessoa física, por sua importância estratégica, merece destaque. Essa página costuma figurar entre as cinco mais visitadas do *site*, o que reflete o movimento da constante busca por informações de crédito para esse perfil de empresários.

Em 2010, o Portal BNDES atingiu um novo patamar. Desde julho, a página recebe, por mês, mais de 200 mil visitantes únicos. Atribui-se o aumento das visitas à constante exposição do BNDES na mídia, por meio de campanhas publicitárias realizadas durante o ano.

Verificou-se ainda que o pico de visitas ao portal ocorreu no mês de maio, com 1.625 mil *page views*. Por outro lado, no mês de dezembro, com 897 mil *page views*, registrou-se a menor demanda, confirmando a tendência de sazonalidade registrada em anos anteriores.

- Fale Conosco

Com o crescente alcance da internet, a opção de contato por meio do Fale Conosco, disponível no Portal BNDES, vem se consolidando como um dos principais canais de atendimento empresarial.

A maioria dos atendimentos realizados por meio desse canal refere-se à orientação e ao esclarecimento de dúvidas quanto às formas de financiamento do Banco. Esses contatos também servem como indicador da facilidade de acesso de informações pelos internautas e possibilitam a contínua melhoria do conteúdo disponível no portal.

No ano de 2010, foram recebidos cerca de 100 mil contatos pelo Fale Conosco, considerando todas as unidades que prestam atendimento no BNDES (Departamento de Divulgação, Área de Operações Indiretas e Área Financeira).

- Atendimento presencial

O BNDES dispõe de atendimento presencial no seu escritório central localizado no Rio de Janeiro e nos seus escritórios regionais em Brasília, Recife e São Paulo.

Nesses contatos, é possível orientar o empresariado sobre as formas de financiamento mais adequadas e menos onerosas para o atendimento das suas necessidades de investimento, desde que estejam no escopo de atuação do Banco.

A equipe técnica do atendimento empresarial do Rio de Janeiro realizou 656 atendimentos no ano de 2010, com temas que foram do acesso ao microcrédito até orientação a grandes projetos de infraestrutura.

- BNDES Mais Perto de Você

No intuito de expandir o conhecimento e aproximar-se do empresariado brasileiro, o BNDES promove, anualmente, o ciclo de palestras BNDES Mais Perto de Você, orientado para as necessidades de micro, pequenas e médias empresas.

Em 2010, as equipes técnicas do BNDES realizaram 12 palestras para um público total de 1.660 pessoas, estando presente nas seguintes cidades: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Fortaleza (CE), Sobral (CE), Cuiabá (MT), Natal (RN), Aracaju (SE), Maceió (AL), Porto Velho (RO), Teresina (PI), Campinas (SP) e Blumenau (SC).

Ouvidoria

A Ouvidoria recebe e dá tratamento às mensagens enviadas por cidadãos, clientes ou não do BNDES, dirigidas aos temas e atribuições objeto de sua missão, classificadas como solicitações, dúvidas, sugestões, agradecimentos/elogios, denúncias e reclamações não solucionadas pelos demais canais de atendimento.

Em 2010, a Ouvidoria recebeu e tratou, com a participação das áreas competentes, 1.712 manifestações válidas, ou seja, direcionadas às áreas de atuação do BNDES. A análise desse conjunto de demandas permitiu classificar 50,3% delas como reclamações, 23,8% motivadas por dúvidas, 13,7% apresentando solicitações diversas, 7,9% trazendo denúncias, 2,9% agradecendo ou elogiando algum aspecto da atuação da instituição e, finalmente, 1,4% apresentando sugestões diversas.

No conjunto recebido no período, 64,2% das manifestações estão direcionadas às linhas e programas operados pelo Banco, destacando-se aquelas classificadas como reclamações oriundas de pessoas físicas ou micro e pequenas empresas relatando dificuldades no acesso aos produtos do BNDES operados por intermédio das instituições financeiras credenciadas.

Com 16,4% das manifestações, encontram-se as dúvidas a respeito da atuação do Banco em geral, destacando-se aquelas referentes às formas de apoio às micro e pequenas empresas, em especial quanto ao apoio à abertura de empresas e à existência de apoio a capital de giro.

Um terceiro conjunto de demandas (11,9% do total) constitui reclamações quanto ao atendimento ao público prestado nos canais existentes ou solicitações diversas, destacadamente com relação às publicações e estudos realizados ou dados estatísticos diversos. Um último conjunto de dúvidas ou reclamações (6,1% do total) refere-se às questões envolvidas nos processos públicos de seleção de pessoal.

Segundo as regiões do país, 57,2% das mensagens originaram-se do Sudeste, 20,3% do Sul, 10% do Nordeste, 7,1% do Centro-Oeste e 3,1% do Norte, enquanto as demais 2,5% não permitem localizar sua procedência. Tal distribuição acompanha os percentuais de participação das regiões nos desembolsos efetuados no período, exceto para a Região Norte, cujas demandas de atendimento na Ouvidoria foram sub-representadas, e para a Região Sul, onde o percentual de atendimentos realizados vem sendo superior à participação nos desembolsos.

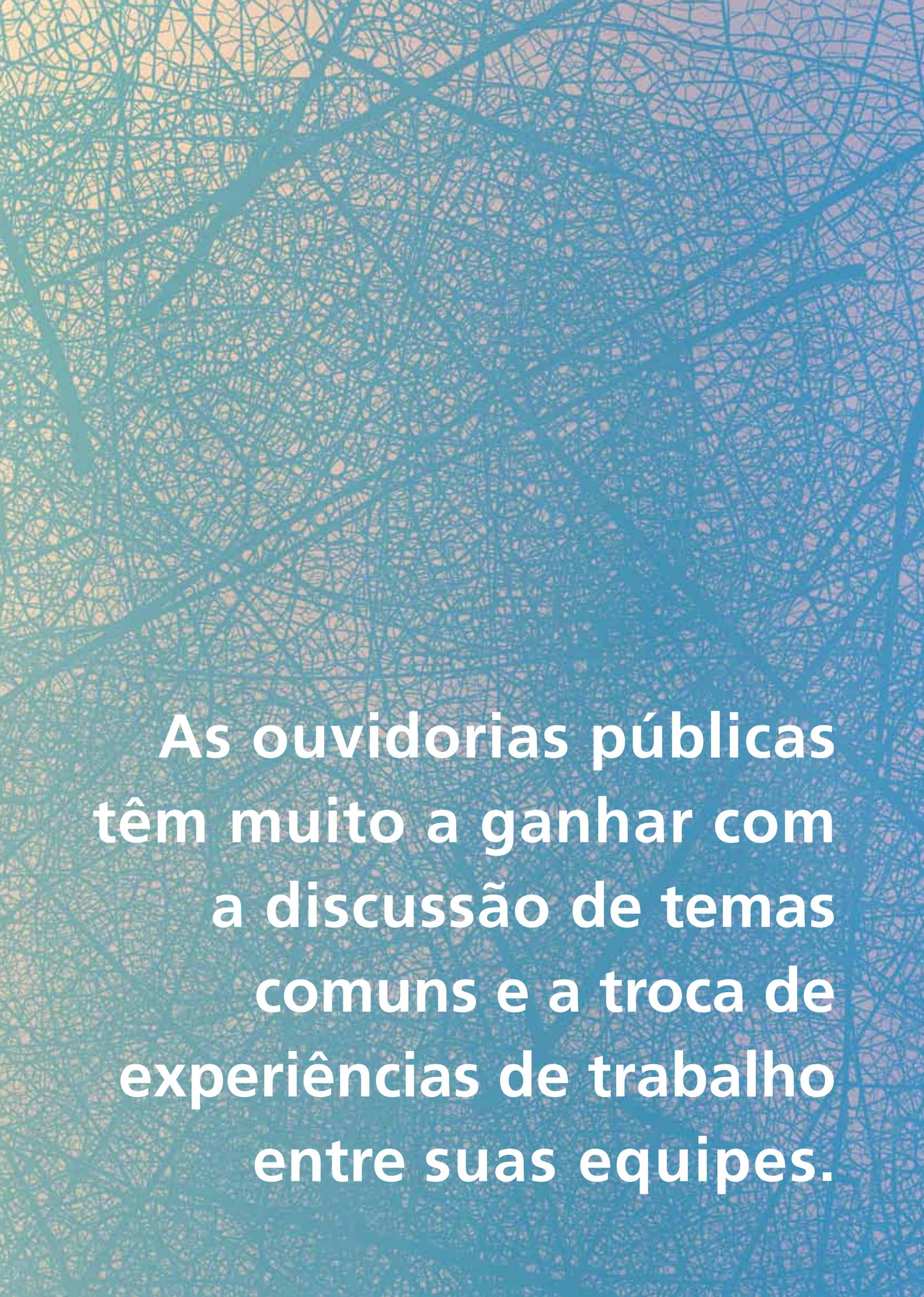
Quanto às demais atividades da equipe da Ouvidoria, destaca-se a participação em ações corporativas relacionadas aos temas de maior incidência nos atendimentos, como forma de disseminar as informações oriundas do público e avaliadas como relevantes para a discussão interna. Nesse sentido, cabe destacar:

- Planejamento Corporativo BNDES 2009-2014: em especial, nos grupos de trabalho responsáveis pelos temas “Responsabilidade Social e Ambiental” e “Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas”.
- Projeto da Central de Atendimento do BNDES.
- Avaliação conjunta com a Área de Operações Indiretas quanto à condução do tratamento de reclamações a respeito de dificuldades no relacionamento entre fornecedores cadastrados e clientes em operações realizadas por meio do Cartão BNDES.

- Tratamento com a Área de Operações Indiretas de reclamações quanto à demora no prazo de credenciamento de máquinas e equipamentos no Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI), motivada pelo aumento de demanda provocado pelo Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI).
- Projeto Integração: para as turmas de novos empregados, divulgação das funções de ouvidoria como instrumento de participação da sociedade e de mediação entre o cidadão e o BNDES, visando estimular a reflexão e a melhoria de procedimentos internos.
- Pesquisa de Clima Organizacional: participação no levantamento das dimensões abordadas na pesquisa e na elaboração e validação do questionário aplicado.
- Programa Pró-Equidade de Gênero do BNDES: participação no grupo de trabalho de coordenação e nas atividades realizadas no período, destacando-se a comemoração do Dia Internacional da Mulher, no primeiro semestre, e as atividades da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, no período de 25 de novembro de 2010 a 16 de dezembro de 2010.

As ouvidorias públicas têm muito a ganhar com a discussão de temas comuns e a troca de experiências de trabalho entre suas equipes. A Ouvidoria do BNDES integrou a comissão organizadora do seminário Ouvidoria Pública e Democracia Participativa, realizado pela Ouvidoria-Geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ouvidorias da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e do BNDES, em 10 de agosto de 2010, no Auditório Professor Manuel Maurício de Albuquerque, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. O evento teve como público principal as equipes das ouvidorias públicas do Rio de Janeiro, com a presença também de representantes de equipes de outros estados da federação.

Ressalte-se que o BNDES, preocupado com a busca do aprimoramento constante dos seus mecanismos de prestação de contas à sociedade e com a consolidação do relacionamento com as entidades associativas e reguladoras das atividades da Ouvidoria, propiciou à sua equipe diversas oportunidades de treinamento, assim como de participação em eventos relacionados aos temas importantes para o trabalho da unidade.



**As ouvidorias públicas
têm muito a ganhar com
a discussão de temas
comuns e a troca de
experiências de trabalho
entre suas equipes.**



Estratégia

Planejamento Corporativo

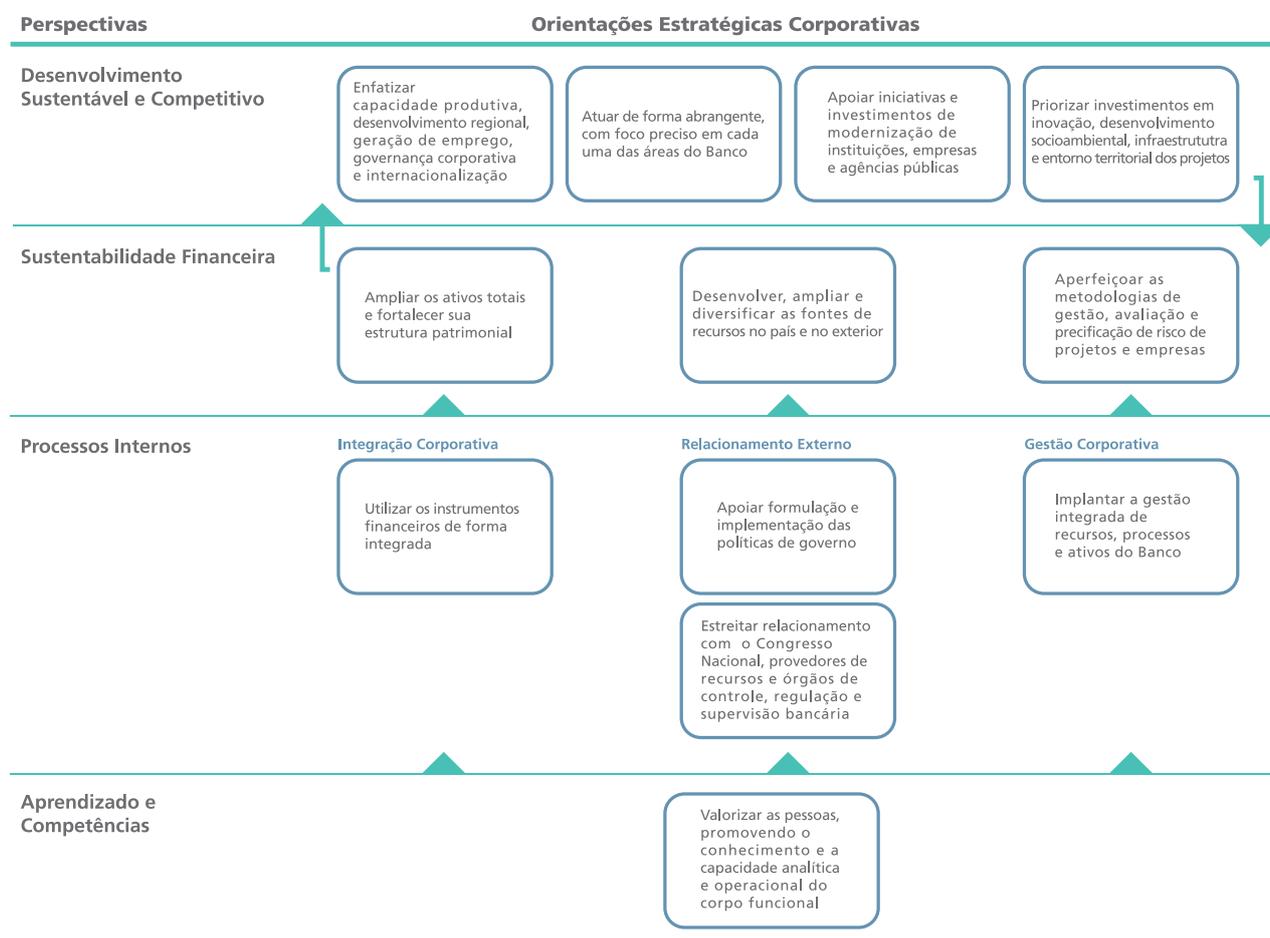
No ano de 2010, o BNDES realizou o acompanhamento do Sistema de Gestão da Estratégia (SGE), desenvolvido e implementado em 2009. Para isso, foram estruturadas planilhas de acompanhamento de indicadores para as áreas do Banco que, de acordo com a periodicidade adequada, analisaram o resultado da estratégia planejada.

Os indicadores já acompanhados em 2009 continuaram sendo avaliados trimestralmente no âmbito do Comitê de Planejamento. Integrado pelos diretores e superintendentes, esse comitê é responsável pelo acompanhamento e pela validação de todas as ações relativas ao Planejamento Corporativo do BNDES.

Destaque-se que todos os indicadores estão atrelados aos objetivos estratégicos do BNDES, sendo distribuídos pelas perspectivas do Mapa Estratégico Corporativo:

- Desenvolvimento Sustentável e Competitivo;
- Sustentabilidade Financeira;
- Processos Internos; e
- Aprendizado e Competências.

Mapa Estratégico Corporativo



Durante o ano de 2010, não houve mudanças em relação à estratégia do BNDES. Desse modo, os objetivos dispostos no mapa permaneceram os mesmos.

Além de indicadores, o SGE é composto de uma carteira de 18 Projetos Estratégicos Corporativos, que contribuem para a execução da estratégia do BNDES. Essa carteira foi validada também no âmbito do Comitê de Planejamento.

O primeiro passo para a estruturação dos projetos foi elaborar sua descrição, definindo os seguintes aspectos:

- objetivos do projeto;
- diretrizes do projeto;
- produtos (entregáveis); e
- responsáveis.

O segundo passo foi desdobrar os produtos (entregáveis) do projeto em atividades com data de início, término e responsável. Assim, foi possível acompanhar, ao longo do ano, a evolução de cada um dos projetos, permitindo que correções de eventuais desvios e mesmo pequenas reestruturações fossem efetuadas sem prejudicar o andamento das atividades principais.

Paralelamente ao processo de desdobramento da estratégia, o BNDES aproveitou a oportunidade para explicitar e reforçar seus valores organizacionais, como referenciais basilares desse processo. Assim, 2010 foi definido como o Ano dos Valores, durante o qual seus quatro valores organizacionais foram amplamente discutidos e internalizados por todo o seu corpo funcional.

Valores são raízes inspiradoras que dão sentido ao que é feito. Exercem o papel de liga entre as pessoas, estabelecem uma identidade coletiva, geram um sentimento de união e propósito compartilhado, fortalecem relacionamentos e dão vida e vigor às nossas práticas.

Desde a sua criação, em 1952, o BNDES vem praticando, moldando e consolidando um conjunto de valores que sustenta até hoje a essência do Banco e alavanca o cumprimento de sua Missão. Ao olhar para a atuação do Banco ao longo desses anos, nota-se a cristalização de quatro valores fundamentais:

- ética;
- compromisso com o desenvolvimento;
- espírito público; e
- excelência.

Ao longo de sua história, o BNDES passou por uma série de mudanças e certamente continuará a fazê-lo no futuro. São mudanças indispensáveis para adequá-lo às novas demandas da sociedade e do mercado. No entanto, o Banco sempre soube

se adaptar e garantir o cumprimento de sua Missão nos novos contextos. Por outro lado, é o comprometimento com os valores que, independentemente das circunstâncias, garantirá a preservação de sua essência.

Nota-se, dessa forma, que o ano de 2010 foi de consolidação não apenas dos Valores Organizacionais, mas de todo o trabalho realizado em 2009, no que se refere ao acompanhamento da Estratégia Corporativa e da Estratégia das Áreas.

A disseminação desses valores assume uma importância ainda maior em um momento em que o Banco está passando por intensa renovação do seu corpo funcional. Assim, a Declaração dos Valores do BNDES representa também um legado da geração de empregados que se despede para as novas gerações e afirma a convicção de que os mesmos valores continuarão a guiar a ação do Banco e de seus empregados no futuro.

Projeto AGIR

O Projeto AGIR tem como objetivo definir e implementar uma Solução de Gestão Integrada de Recursos (Solução AGIR) para o BNDES, materializada, principalmente, pela documentação, normatização, controle e otimização dos seus processos de negócio e pelo alinhamento de tecnologia da informação (TI) para suportá-los. Com isso, espera-se aperfeiçoar o modelo de negócios do Banco, buscando: visão orientada por processos; aumento da eficácia administrativa e operacional; e aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle interno.

O Projeto AGIR teve a sua execução dividida em duas etapas. A primeira, encerrada em julho de 2007, foi dedicada à definição da Solução AGIR para o BNDES. A segunda, com término previsto para o fim de 2013, representa a implementação da Solução AGIR.

Em 2010, o projeto avançou na implementação da Solução AGIR, compreendida por dez programas, dentre os quais se destacam Aplicativos de Mercado, Aplicativos Desenvolvidos e Transformação da TI, conforme o quadro a seguir.



Aplicativos de Mercado (ERP – SAP)

O programa Aplicativos de Mercado objetiva implantar um Sistema de Gestão Empresarial (ERP), desenvolvido pela empresa alemã SAP, que no BNDES atenderá, basicamente, aos processos de suporte ao negócio. Está em curso a implantação da primeira onda, que contempla parte dos macroprocessos Financeiro e da Contabilidade, com entrada em produção prevista para o último quadrimestre de 2011.

Aplicativos Desenvolvidos

Este programa objetiva a implantação de processos de negócio, apoiados por aplicativos desenvolvidos sob medida para o BNDES, o que representará a modernização e a transformação dos processos de negócio do Banco. A licitação dos serviços técnicos que compõem o programa está em fase de conclusão.

Transformação da TI

A Transformação da TI envolve estruturar um novo modelo operacional para a Área de TI do BNDES, considerando processos, ferramentas e estrutura organizacional. Para 2010, foi priorizada a implantação de 11 processos essenciais no suporte à implantação da primeira onda do SAP. Aliada aos processos, também está sendo finalizada, no início de 2011, a implantação do *software* BMC Remedy, referência no mercado de TI.

Outros programas

Destacam-se, também em 2010, a aquisição e a implantação de infraestrutura tecnológica de alta disponibilidade, o avanço nas definições de arquitetura de TI necessárias à implantação do Projeto AGIR e, fundamentalmente, a definição de diversos modelos conceituais de negócio, tais como os de planejamento e apoio à gestão, modelo integrado de informações e RH do BNDES.

Metodologia de Avaliação de Empresas (MAE)

O BNDES, ainda no ano de 2008, estabeleceu como projeto estratégico o desenvolvimento e a implementação de instrumento para avaliação dos intangíveis das empresas da sua carteira, com base em metodologia estruturada e reconhecida internacionalmente. Em 2010, foi consolidado o processo de implantação desse projeto e de sensibilização do corpo funcional para o uso do instrumento, agora denominado Metodologia de Avaliação de Empresas (MAE).

A MAE é uma metodologia que amplia o escopo analítico sobre as empresas da carteira do BNDES, ao contemplar aspectos não financeiros tais como ativos intangíveis, estratégia e competitividade, com destaque para temas como inovação, sustentabilidade e governança corporativa. Assim, a MAE supre a necessidade de um relatório estruturado para avaliação desses aspectos, de natureza qualitativa, e revela-se importante ferramenta de gestão do conhecimento, constituindo base atualizada de informações sobre as empresas apoiadas, com acompanhamento de sua evolução ao longo do tempo.

Nesse contexto, a MAE responde à crescente importância atribuída a aspectos não quantitativos nas análises de crédito do BNDES, uma vez que seu resultado dá suporte ao fluxo operacional em etapas como enquadramento, risco de crédito e análise de operações.

Até dezembro de 2010, essa metodologia foi aplicada em 58 empresas da carteira do BNDES, envolvendo mais de 150 técnicos da instituição. Para dar suporte ao início da aplicação, técnicos da instituição foram mobilizados em testes-piloto, no desenho da estratégia de implantação e nos processos de aplicação da metodologia. O resultado foi a constituição participativa de uma metodologia abrangente, associada a um processo de aplicação colegiada, em que diferentes áreas do Banco avaliam, em conjunto, uma mesma empresa.

Para o ano de 2011, o objetivo é formalizar e difundir ainda mais o uso da MAE. Com esse fim, um *software* para apoio às aplicações

da MAE está em processo final de desenvolvimento (lançamento previsto para o primeiro semestre de 2011). Essa é a primeira entrega de aplicativo na nova arquitetura de TI do BNDES, já no âmbito do Projeto AGIR. Para potencializar ainda mais os ganhos advindos dessa metodologia, também está em andamento o treinamento de técnicos da instituição para consolidar conceitos em organização industrial e estratégia empresarial, fundamentais para melhor uso da MAE. O objetivo é que, no próximo ano, 150 técnicos sejam treinados.

Políticas transversais

Desconcentração regional

Região Nordeste

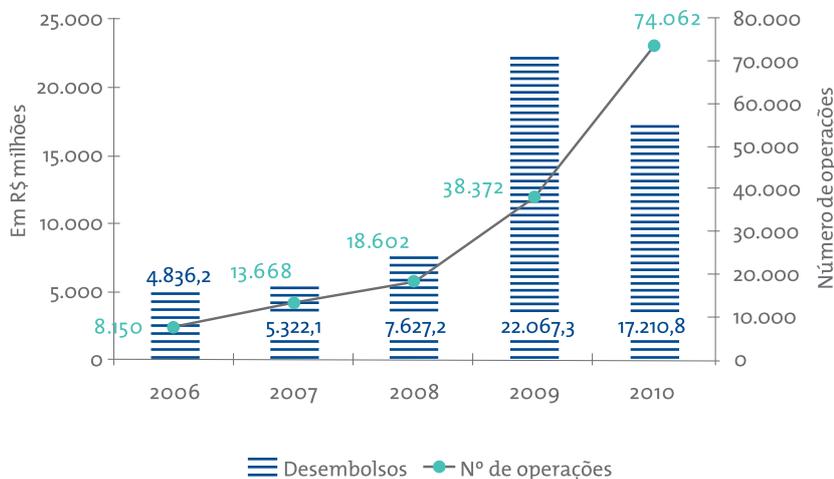
No que se refere à Região Nordeste, o BNDES registrou um desembolso de R\$ 17,2 bilhões em 2010, o que corresponde a cerca de 10,2% do total dos financiamentos realizados pelo Banco no país. O montante foi inferior em cerca de 22% ao desembolsado para a região no ano anterior. Contudo, esse declínio é explicado, em grande parte, pela operação da Refinaria Abreu e Lima, que está sendo implantada em Pernambuco e que recebera em 2009 um financiamento do BNDES de R\$ 9,9 bilhões, ou seja, cerca de 45% do volume de recursos liberados pelo Banco na região, naquele ano.

Dessa forma, deve-se considerar o desempenho de 2010 bastante significativo para o movimento de desconcentração regional dos financiamentos realizados pelo BNDES nos últimos anos, conforme destacado no gráfico a seguir. Percebe-se uma mudança de patamar no total de recursos destinados pelo Banco à região entre os anos de 2006 e 2010. Dos estados nordestinos, apenas três realizaram desembolso inferior ao de 2009. Entre eles, estão Pernambuco e Maranhão, cuja taxa negativa é justificada exatamente pelo aporte de recursos em grandes empreendimentos naquele ano.

É importante destacar o comportamento do número de operações realizadas, que cresceu mais do que em âmbito nacional, quando comparado ao número registrado em 2009. O incremento, que resultou em mais de 74 mil contratos no Nordeste, foi de 93%, enquanto no Brasil a taxa foi de 56%. Desse total de operações, aproximadamente 94% foram realizadas com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e, em valores monetários, totalizaram R\$ 5,2 bilhões, valor 111% superior ao do ano anterior. Vale ressaltar, ainda, que esse significativo aumento do apoio do BNDES a empresas nordestinas de menor porte está relacionado à estrutura econômica da região, composta, em sua maior parte, de micro e

pequenos empreendimentos, mas também ao encadeamento gerado pelos grandes projetos em implantação e à formação de uma rede de fornecedores de bens e serviços com base nas empresas-âncora localizadas no território.

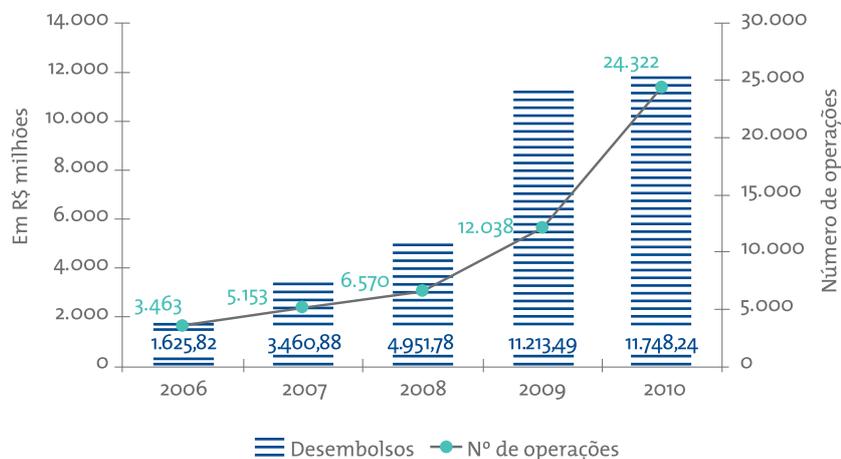
Região Nordeste: desembolsos e número de operações (2006-2010)



Região Norte

A Região Norte registrou, em 2010, um desembolso de R\$ 11,7 bilhões. Esse valor corresponde a 6,8% do total desembolsado pelo BNDES no ano e representa um crescimento de 4,8% em relação a 2009. Entretanto, deve-se registrar que, embora o crescimento em relação ao ano anterior tenha sido inferior ao crescimento do total dos desembolsos do BNDES (23,5%), o ano de 2009 já havia registrado uma mudança de patamar para a Região Norte. Entre 2008 e 2009, enquanto o desembolso total do BNDES cresceu 50%, o desembolso para a Região Norte cresceu 126,4%.

Região Norte: desembolsos e número de operações (2006-2010)

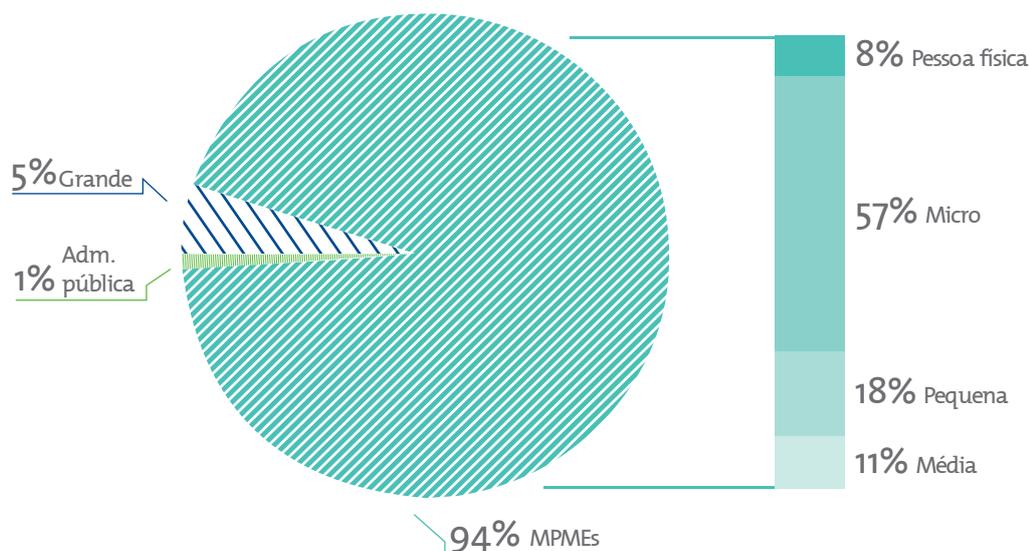


O aumento dos desembolsos em 2009 foi explicado pelos grandes projetos realizados na região, especialmente as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, e Estreito, no Tocantins, além de investimentos em mineração no Pará. No ano de 2010, o nível de liberações para grandes projetos foi mantido e dois estados da Região Norte aumentaram o valor de desembolsos em relação ao ano anterior: Amazonas e Rondônia.

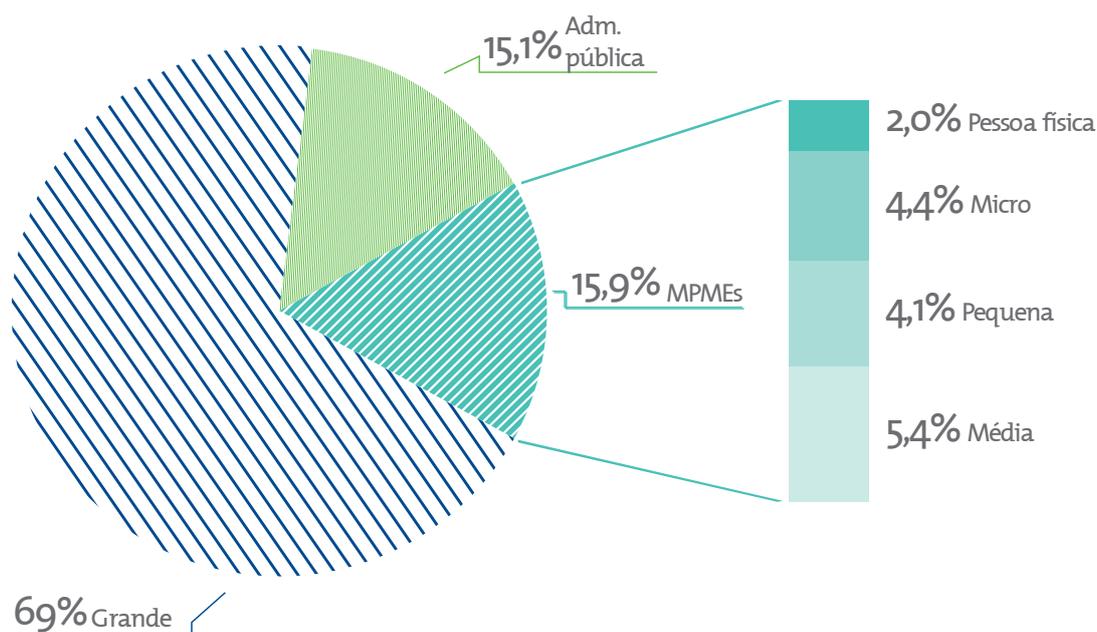
É importante ressaltar ainda que o aumento dos desembolsos tem sido acompanhado de um significativo aumento no número de operações realizadas na região. No ano de 2010, foram registradas 24.322 operações, ou seja, mais que o dobro do ano anterior. As taxas de crescimento do número de operações refletem um processo de pulverização das operações de crédito, certamente impulsionado pela presença dos grandes projetos na região.

Conforme os gráficos a seguir, do total de operações em 2010, 94% foram realizadas por pessoas físicas, micro, pequenas e médias empresas, ao passo que 69% dos desembolsos foram realizados para grandes empresas.

Região Norte: número de operações por porte (2010)



Região Norte: desembolso por porte (2010)



Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local

O Comitê de Arranjos Produtivos, Desenvolvimento Regional, Inovação e Meio Ambiente (CAR-IMA), coordenado pela Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local (SAR), ambos criados em 2007, tem como principais objetivos a disseminação da visão transectorial, sistêmica e integrada, a incorporação dos temas transversais pela estrutura operacional do BNDES e a discussão e a formulação de novas políticas do Banco.

A busca dessa atuação sistêmica e integrada materializa-se também na prioridade dada à qualidade das relações com os parceiros. Nesse sentido, a contribuição da SAR orientou-se pela intensificação de interações e estreitamento das parcerias e também pela necessidade de desenho e aperfeiçoamento de instrumentos a serem operados pelo governo federal e pelos governos estaduais e municipais, por bancos públicos, por bancos regionais de desenvolvimento e por agências de fomento. Os esforços de identificação e aprimoramento de instrumentos não reembolsáveis e reembolsáveis de apoio a atividades produtivas de empreendedores e arranjos produtivos locais (APLs) também foram contemplados em iniciativas que marcam o período.

Em 2010, foram realizadas 10 reuniões do CAR-IMA com a participação do presidente do BNDES e demais membros sobre os temas de APLs, desenvolvimento regional e socioambiental e inovação.

Foi finalizada a pesquisa Mapeamento e Análise das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Brasil, com coordenação técnica da SAR. O projeto envolveu equipes de pesquisa de universidades de 22 estados, totalizando cerca de 200 pesquisadores especializados no tema, que trabalharam sob a coordenação de professores

doutores da RedeSist. Os resultados dessa análise foram divulgados em seminários e publicados em livros e artigos, além de estarem disponibilizados na página do BNDES, inspirando o aprimoramento das políticas implementadas pelo BNDES e também por parceiros.

Nas parcerias com ministérios, salientou-se a estreita interação com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Com a função de articular as ações referentes ao apoio a APLs dos vários ministérios e outros organismos, o MDIC coordena o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APLs). Os resultados da pesquisa mencionada no parágrafo anterior foram amplamente utilizados pelo GTP/APL do MDIC. No segundo semestre de 2010, o GTP, articulado com o BNDES e com os núcleos estaduais de APLs, realizou oficinas de políticas de APLs em 13 estados: AL, AM, CE, ES, GO, MG, MS, PA, PI, PR, RJ, RS e SE. Tais oficinas visaram discutir em detalhes as informações e os resultados produzidos pelas equipes de pesquisadores estaduais que realizaram o estudo com os diferentes atores que compõem os núcleos estaduais de APLs. Na mesma ocasião, associado às oficinas de políticas, o GTP realizou oficinas sobre o acesso ao crédito nos estados, também com os núcleos estaduais de apoio a APLs e em estreita articulação com a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), visando promover debate acerca das dificuldades de acesso ao crédito por parte de empreendedores.

Para elevar a presença do BNDES em áreas tradicionalmente menos apoiadas e alcançar atores relativamente pouco contemplados, destaca-se, também, a intensificação de parcerias com bancos e agências de fomento estaduais. Em 2010, avançou-se na busca de atuação conjunta com, entre outros, a ABDE, o Banco do Brasil e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para orientação do crédito para empreendedores e APLs de forma sistêmica.

Com o objetivo de identificar formas de aprimorar e ampliar a atuação do Banco, foram realizadas oficinas sobre experiências de políticas públicas para o desenvolvimento inovativo, social e sustentável, a fim de conhecer e discutir as experiências de políticas de instituições governamentais e não governamentais do país. Em 2010, a agenda das oficinas voltou-se para a inovação tecnológica, tendo sido realizados 19 encontros. Da mesma forma, seminários nacionais e internacionais foram organizados, também visando aprofundar tais temas com a contribuição de especialistas. Alguns seminários foram realizados em parceria com organismos federais, ministérios e suas agências internacionais, assim como representações empresariais. Foram realizados os seminários “A Evolução e Dinâmica de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – ASPILs de MPEs no Brasil”, “Análise das Políticas de APLs no Brasil”, “A Nova Geração de Políticas para o Desenvolvimento Produtivo: Sustentabilidade Social e Ambiental”, além de reuniões de trabalho, como “Mudanças em Curso no Nordeste” e “Amazônia: Transformações, Dilemas e Novas Políticas de Desenvolvimento”.

A SAR participou também em 2010, no âmbito do Planejamento Corporativo 2010, do GT “Apoio a APLs com Crédito”. O objetivo desse GT foi desenhar, para os APLs, um instrumento de crédito para investimentos e capital de giro, visando beneficiar atores em regiões pouco contempladas por tais tipos de produtos. O GT originou ações de articulação com bancos e agências de fomento parceiras, além de ter sido orientador das iniciativas de ampliação dos beneficiários do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren) para MPEs nas regiões Nordeste e Norte e da proposta de criação de um programa de estímulo a compras locais.

Política de Atuação do BNDES no Entorno de Projetos

A Política de Atuação no Entorno de Projetos tem como estratégia a integração da função de financiamento das atividades econômicas com a abordagem de desenvolvimento territorial sustentável e visa promover as oportunidades de desenvolvimento econômico e social nas áreas de influência de projetos apoiados.

Essa política, formalmente aprovada em dezembro de 2009, teve em 2010 sua fase experimental de implantação. Entre os casos que vinham sendo trabalhados, destacam-se alguns resultados importantes, como o direcionamento dos investimentos sociais das empresas nos entornos de Suape, em Pernambuco, e dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio, em Rondônia, e de Estreito, no Maranhão e em Tocantins (ver quadro a seguir). Em 2010, foram incorporados ainda novos desafios, como o do entorno do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.

O BNDES avançou também no desenho dos processos internos de trabalho e no desenvolvimento de novos instrumentos, como a possibilidade do uso do Fundo Estruturador de Projetos (FEP), para apoio à elaboração de agendas de desenvolvimento para o território, por meio da mobilização e da participação dos diversos agentes ali atuantes – empreendedores, poder público e sociedade civil. Na elaboração da agenda, deve ser estabelecida a correspondência entre as questões estratégicas e as prioridades e respectivos investimentos e ações, dando origem a um conjunto pactuado de projetos e iniciativas coordenados a serem viabilizados.

Para o ano de 2011, foi estruturado um plano de trabalho interno para validação de metodologias e procedimentos de implantação da política e desenvolvimento de novos casos, visando aprimorar e expandir essa forma de atuação.

Aproveitamento Hidrelétrico de Estreito

Para a atuação dos empreendedores na área de influência do aproveitamento hidrelétrico, foi formulado o Plano de Investimento Social de Estreito (ISE), por meio da parceria entre as empresas e o alinhamento entre expectativas dos agentes do território, com base em um diagnóstico prévio. O Plano ISE tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento regional sustentável dos 12 municípios periféricos ao reservatório de Estreito, por meio da materialização de projetos que sejam:

- sustentáveis e adequados às necessidades de curto e médio prazos da região;
- em prol do desenvolvimento econômico e social;
- em prol do fortalecimento da gestão pública e das organizações da sociedade civil;
- em prol do acesso e da melhoria da qualidade da educação básica;
- em prol da ampliação e/ou da melhoria do acesso aos serviços de saúde pública;
- em prol da ampliação e/ou da melhoria dos serviços de saneamento básico;
- catalisadores de novos projetos e investimentos para a região; e
- facilitadores na interface com programas de financiamento e desenvolvimento já existentes no âmbito dos governos estaduais e do governo federal.

Assim, os investimentos, que já estão em andamento, contemplam as áreas de educação, saneamento, desenvolvimento econômico, saúde e desenvolvimento social. Deve-se destacar que a maioria dos projetos não resulta em benefícios restritos a sua respectiva área, uma vez que têm caráter de complementaridade, com resultados potencializados para a população e o desenvolvimento da região.

Os investimentos e as ações estão estruturados em duas fases. A primeira fase inclui projetos de atendimento a demandas de curto prazo e oportunidades específicas de negócios, bem como de desenvolvimento de parcerias e de aprimoramento dos mecanismos de gestão e participação, o que permitirá melhor aproximação com o território – outros agentes e iniciativas – e a definição dos investimentos para a fase seguinte, com maior e mais qualificada participação local e regional, combinada com a possibilidade de alavancagem de novas fontes de recursos, inclusive outras linhas e programas de financiamento do BNDES para outros atores (beneficiários) do território.

Responsabilidade social e ambiental

A construção e a aprovação da Política de Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) do BNDES representaram uma importante realização do ano de 2010.

A Política de RSA foi elaborada como um desdobramento do Planejamento Corporativo² e visa contribuir para o BNDES aprimorar o desempenho de sua missão e atender às Orientações Estratégicas, em especial a uma diretriz específica para o desenvolvimento socioambiental: “estabelecer e implementar política de responsabilidade social corporativa do BNDES, disseminando a cultura da sustentabilidade por todos os empregados da instituição e intensificando ações de capacitação profissional continuada”.

Com base nas referências da ISO 26000 e do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental – “Novo Protocolo Verde”, assinado pelo BNDES em 2008, a Política de RSA do BNDES incorpora duas dimensões:

- Dimensão Estratégica – refere-se ao Sistema BNDES como instituição pública financeira de fomento e suas atividades e relacionamentos para cumprir a missão de promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira; e
- Dimensão Administrativo-Organizacional – refere-se ao Sistema BNDES como instituição constituída de empresas e suas respectivas atividades administrativas e a relação com empregados e fornecedores.

A Política de RSA – transcrita no destaque a seguir – confere maior organicidade aos instrumentos relacionados à temática socioambiental e de responsabilidade social empresarial já existentes no Banco, alinhando-os a um enunciado abrangente, com um conceito definido e formalmente institucionalizado. A política passa a orientar a revisão e o desenvolvimento de práticas e de outros instrumentos e políticas corporativas, visando ao pleno exercício da responsabilidade social e ambiental do Sistema BNDES.

² No âmbito de um dos Projetos Estratégicos Corporativos da carteira de 18.

Política de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema BNDES

Para o BNDES, responsabilidade social e ambiental é valorizar e garantir a integração das dimensões social e ambiental em sua estratégia, políticas, práticas e procedimentos, em todas as suas atividades e no relacionamento com seus diversos públicos.

Princípios

A Política de Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) do BNDES, alinhada com os enunciados corporativos – Missão, Visão, Declaração de Valores e Código de Ética –, reafirma o compromisso histórico do Banco com o desenvolvimento sustentável do país. Os seguintes princípios norteiam a atuação do BNDES:

- promoção do desenvolvimento em uma concepção integrada, que inclui as dimensões econômica, social e ambiental;
- respeito aos direitos humanos e combate e repúdio a toda prática de atos que importem em qualquer tipo de discriminação ou violação de direitos;
- ética e transparência como pilares do relacionamento com todos os públicos, garantindo o diálogo e prestando contas sobre suas decisões e atividades; e
- atuação proativa e alinhada com as normas e políticas públicas brasileiras e observância de normas internacionais de comportamento.

Diretrizes

As diretrizes de responsabilidade social e ambiental a seguir relacionadas, em conjunto com outros instrumentos, orientam a atuação do BNDES na promoção da sustentabilidade. As diretrizes dizem respeito à atuação estratégica e operacional do BNDES, a suas partes interessadas e a seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente.

- Fortalecer as políticas públicas associadas à sustentabilidade e à responsabilidade social e ambiental;
- desenvolver e aperfeiçoar permanentemente produtos financeiros, metodologias e outros instrumentos que incorporem critérios socioambientais e contribuam, em especial, para o desenvolvimento local e regional sustentável;
- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos operacionais, de planejamento e de gestão;
- induzir e reconhecer as melhores práticas de responsabilidade social e ambiental em seus fornecedores, clientes, instituições financeiras credenciadas e demais parceiros, contribuindo para o avanço da sustentabilidade na sociedade brasileira;
- desenvolver e aperfeiçoar permanentemente metodologias e outros instrumentos de monitoramento e avaliação de impactos e resultados socioambientais gerados pelo próprio Banco e pelas atividades apoiadas financeiramente;

- refletir no padrão de comunicação corporativa a relevância que as ações sociais e ambientais assumem e a disposição do BNDES de compartilhar responsabilidades com transparência e diálogo;
- aprimorar permanentemente o conhecimento e disseminar a cultura da sustentabilidade e da responsabilidade social e ambiental;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações, para a promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência, do diálogo entre partes interessadas e da participação cidadã na gestão pública;
- adotar políticas de valorização dos empregados e promoção de seu desenvolvimento pessoal e profissional, com ênfase no compromisso social, ambiental e de respeito aos direitos humanos; e
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente.

Estratégia e governança

Para garantir a efetiva aplicação dos princípios e diretrizes da Política de RSA, o BNDES estabelece planos com rotinas de revisões e adequações de suas políticas e práticas corporativas e programas de sensibilização e comunicação para seus empregados e partes interessadas.

A governança é fundamental para garantir a sustentabilidade nos processos de trabalho e nos processos decisórios do BNDES, que devem ser continuamente aprimorados. O BNDES tem equipes dedicadas às temáticas social e ambiental e comitês corporativos para discussão, deliberação e acompanhamento da integração das dimensões social e ambiental em sua estratégia, políticas, práticas e procedimentos.

A Política de RSA apontou para uma agenda de trabalho, com detalhamento para o biênio 2011-2012, a qual dá continuidade às iniciativas em andamento no BNDES e coloca os desafios a serem enfrentados, entre os quais a definição de indicadores que expressem com mais clareza para as partes interessadas os resultados das ações e dos investimentos socioambientais do BNDES.

Dimensão estratégica

No contexto de aprovação da Política de RSA, também em 2010 foi efetuada uma revisão de estrutura e atualização de diretrizes e instrumentos da então Política Ambiental do BNDES, consolidando a Política Socioambiental em âmbito operacional. Essa política reforça tanto a aplicação das diretrizes socioambientais para elaboração dos produtos, linhas, programas e fundos do BNDES quanto a prática mais alinhada à incorporação das questões sociais e ambientais na principal atividade do BNDES – a concessão de apoio financeiro.

Essa primeira revisão da Política Socioambiental incluiu a consolidação dos critérios sociais³ e ambientais aplicáveis já existentes no BNDES e organizou iniciativas para avançar na prática dos compromissos propostos em suas Diretrizes Socioambientais e desenvolver e aprimorar seus instrumentos.

Entre essas iniciativas, destaca-se o desenvolvimento de novos produtos que incorporam condições financeiras diferenciadas para a sustentabilidade, como os programas ProCopa Arenas e Turismo e o Programa para Redução da Emissão de Gases do Efeito Estufa na Agricultura – Programa ABC, além de linhas e fundos específicos, como o Fundo Empresas Sustentáveis na Amazônia e o aperfeiçoamento da Linha Energias Renováveis.

Em termos de diretrizes e critérios socioambientais setoriais específicos, como exemplo do avanço da exigência de sustentabilidade por parte do BNDES, citam-se os aprovados para apoio ao setor de açúcar e álcool, que passaram a vincular o financiamento do BNDES para o setor, incluindo o cumprimento do disposto nas Resoluções 3.813 e 3.814, ambas do Conselho Monetário Nacional, que condicionam o apoio à expansão do plantio, da produção e da industrialização da cana-de-açúcar ao zoneamento agroecológico e veda o financiamento da expansão do plantio nos biomas Amazônia e Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, entre outras áreas.

Em relação ao desenvolvimento e ao aprimoramento de metodologias de suporte para tratamento das dimensões social e ambiental no processo de concessão de apoio financeiro, destaca-se a incorporação dessas dimensões em duas metodologias. A Metodologia de Avaliação de Empresas (MAE), com sua primeira fase de implantação em 2010, considera os ativos intangíveis da empresa – entre os quais sua postura, sua estratégia e a gestão de responsabilidade social e ambiental – e o posicionamento relativo da empresa no seu setor de atuação, para o qual também é definido o grau de relevância das dimensões social e ambiental. Outra metodologia em discussão, que incorpora a dimensão socioambiental, é a de monitoramento e avaliação.

³ Quanto aos critérios sociais, o BNDES já observa e explicita em sua política aqueles que dizem respeito às condições de emprego, saúde e segurança do trabalhador (obrigações legais) e de direitos humanos, em especial a proteção de pessoas com deficiência e a inexistência legal de práticas de atos que importem em: discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo e atos que caracterizem assédio moral ou sexual.

Em 2010, os Guias Socioambientais Setoriais foram aprovados como instrumento de suporte ao processo de concessão de apoio financeiro, estipulando-se o escopo, a estrutura e os procedimentos relativos à elaboração, à aprovação, à atualização e à disponibilização de seu conteúdo.

Dimensão administrativo-organizacional

Para 2010, também no contexto da aprovação da política de RSA, destacam-se algumas iniciativas voltadas às instalações e atividades administrativas. O BNDES realizou um levantamento preliminar de sua emissão de gases de efeito estufa (GEE), o que já ensejou discussões sobre possíveis medidas de redução e compensação. Também já foram iniciadas as discussões sobre uma política de compras sustentáveis.

Em relação aos edifícios ocupados no Rio de Janeiro, avançam as iniciativas e ações conjuntas dos condomínios do Edifício de Serviços do Rio de Janeiro (Edserj) e do Edifício Ventura – nos quais o BNDES passou a ocupar em 2010 um conjunto expressivo de andares –, para melhora da eficiência energética, do consumo de recursos naturais e da destinação dos resíduos sólidos.

Por ser recentemente inaugurado, o Edifício Ventura já tem preocupação com os padrões de sustentabilidade ambiental desde a concepção do projeto. Atualmente, a Área de Administração do BNDES trabalha no condomínio do Ventura para a implantação do sistema de coleta seletiva em padrão semelhante ao existente no Edserj.

No Edserj, continuam em andamento os projetos de cogeração de energia elétrica, troca dos elevadores e modernização da subestação.

O Edserj está saindo do mercado cativo de energia elétrica e migrando para o mercado livre, em que obterá, entre outras vantagens, a utilização de uma matriz de energia mais limpa, pois comprará energia diretamente de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) ou de outras fontes incentivadas, tais como eólica, biomassa ou solar.

Nos banheiros, estão sendo trocadas todas as torneiras antigas, de acionamento manual, por torneiras com acionamento por sensores eletrônicos, o que proporcionará uma economia de cerca de 25% do consumo.

Foram adaptados e reformados mais dois pavimentos, que trocaram o *layout* tradicional pelo *layout* panorâmico.

O programa de coleta seletiva no Edserj vem aprimorando a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, observando a ordem de prioridade de não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, estabelecida pela Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O BNDES e as políticas públicas

Programa de Aceleração do Crescimento

O BNDES consolidou sua posição como importante agente financeiro de projetos de investimento no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007. O objetivo do programa é criar condições para assegurar o crescimento sustentado do país no médio e longo prazos, em complementação às ações derivadas das políticas econômica e social.

Em 2010, a carteira do BNDES no âmbito do PAC compunha-se de 362 projetos no valor de R\$ 157,3 bilhões (75% já contratados ou aprovados), que representam uma alavancagem de investimentos de R\$ 268 bilhões (valor que inclui outras fontes de financiamento). Os valores estão subdivididos da seguinte forma: R\$ 212 bilhões em infraestrutura energética (186 projetos), com destaque para projetos de geração, transmissão e petróleo e gás; R\$ 40 bilhões em logística (89 projetos), principalmente em rodovias, ferrovias e marinha mercante; R\$ 15,7 bilhões em infraestrutura social e urbana (71 projetos), destacando-se os financiamentos a saneamento, urbanização e metrô; e, finalmente, R\$ 217 milhões voltados à administração pública (16 projetos), para implementação do sistema público de escrituração digital (SPED).

A tabela a seguir resume a carteira de projetos em 31 de dezembro de 2010.

Carteira de projetos do PAC

Eixo	Efetiva		Fomento		Carteira do BNDES		Investimento total
	R\$ milhões	Número de projetos	R\$ milhões	Número de projetos	R\$ milhões	Número de projetos	R\$ milhões
Energia	116.890	184	3.592	2	120.482	186	212.158
Logística	26.288	86	1.571	3	27.859	89	39.940
Social e urbana	8.827	71	-	-	8.827	71	15.775
Administração pública	185	16	-	-	185	16	217
Total	152.190	357	5.163	5	157.353	362	268.090

A atuação do BNDES no PAC destaca-se também pela dimensão dos desembolsos, que somaram, até 2010, R\$ 83,9 bilhões (R\$ 16,7 bilhões em 2010), dos quais R\$ 69,2 bilhões em projetos de energia, R\$ 9,2 bilhões em logística e R\$ 5,5 bilhões nas áreas social e urbana e de administração pública. A distribuição regional dos desembolsos é apresentada na tabela a seguir.

Distribuição regional dos desembolsos do PAC (em R\$ milhões)

Região/eixo de atuação	Energia	Logística	Social e urbana	Admin. pública	Total	%
Norte	15.278	54	194	13	15.539	19
Nordeste	17.889	1.743	286	15	19.933	24
Sudeste	7.793	5.211	4.521	21	17.546	21
Sul	5.756	454	417	11	6.638	8
Centro-Oeste	3.541	162	65	15	3.783	5
Inter-regional	18.901	1.600	-	-	20.501	24
Total	69.158	9.224	5.483	75	83.940	100
%	82	11	7	0	100	-

Projetos com destaque em 2010

Eixo infraestrutura energética

Usina Termelétrica Pecém II – implantação da Usina Termelétrica de Pecém II, com capacidade instalada de geração de 360 MW, localizada no complexo industrial e portuário de Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante (CE). Projeto contratado em setembro, no valor de R\$ 737 milhões e investimento total de R\$ 1,4 bilhão.

Gasoduto Urucu-Manaus – construção do GLPduto Urucu-Coari, do gasoduto Coari-Manaus, de ramais de escoamento em sete municípios e de duas estações de compressão. Projeto contratado em fevereiro, no valor de R\$ 692 milhões e investimento total de R\$ 989 milhões.

Abengoa Agro – ampliação da capacidade de cogeração de energia elétrica para 70 MW das unidades São João e São Luiz, situadas nos municípios de São João da Boa Vista (SP) e Pirassununga (SP), além da ampliação da capacidade de moagem da unidade São João para 3,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/safra. Projeto contratado em junho, no valor de R\$ 440 milhões e investimento total de R\$ 799 milhões.

Usina Termelétrica Barra/Cosan – expansão de três unidades de cogeração de energia elétrica, com capacidade instalada de 136 MW, 38 MW e 63,5 MW, anexas às usinas da Barra, Univalem e Ipauçu. Suplementação para conclusão da unidade de Bonfim, com capacidade de 111 MW, e da linha de transmissão associada ao projeto da Usina Termelétrica Barra e apoio a projetos sociais. Projeto contratado em junho, no valor de R\$ 307 milhões e investimento total de R\$ 384 milhões.

Eixo infraestrutura logística

Transpetro/EAS – Atlântico Sul – aquisição de sete embarcações, das quais quatro Suezmax e três Aframax, que serão construídas pelo estaleiro Atlântico Sul S.A. Projeto contratado em julho, no valor de R\$ 2,6 bilhões e investimento total de R\$ 2,9 bilhões.

CBO/20 PSV/Aliança – construção de 20 embarcações do tipo PSV 3000 (*platform supply vessel*), no estaleiro Aliança S.A. Projeto

contratado em junho, no valor de R\$ 1,3 bilhão e investimento total de R\$ 1,4 bilhão.

Regis Bittencourt – OHL – investimentos na segunda etapa do programa de concessão de rodovias federais, por meio da recuperação e da readequação do lote 6 da rodovia BR-116, trecho entre São Paulo (SP) e Curitiba (PR), abrangendo 401,6 km de extensão. Projeto contratado em dezembro, no valor de R\$ 1,1 bilhão e investimento total de R\$ 1,8 bilhão.

Wilson, Sons Offshore S.A. – construção de 13 embarcações, das quais oito supridores e cinco rebocadores/manuseadores de âncoras, destinadas ao segmento de navegação de apoio marítimo. Projeto contratado em setembro, no valor de R\$ 1,1 bilhão e investimento total de R\$ 1,2 bilhão.

Eixo infraestrutura social e urbana

Sabesp – Complexo Baixada Santista – apoio a implantação, ampliação e otimização dos sistemas de esgotamento dos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande. Tais intervenções integram o Programa Onda Limpa, que visa à recuperação ambiental da região da Baixada Santista. Projeto contratado em março, no valor de R\$ 294 milhões e investimento total de R\$ 1,3 bilhão.

Copasa Saneamento – expansão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na região metropolitana de Belo Horizonte. Projeto contratado em abril, no valor de R\$ 181 milhões e investimento total de R\$ 193 milhões.

Município de Belém – implantação de infraestrutura de saneamento e urbanização de caráter complementar na região das sub-bacias três e quatro da bacia hidrográfica da Estrada Nova, no município de Belém (PA). Projeto contratado em dezembro, no valor de R\$ 118 milhões e investimento total de R\$ 129 milhões.

Município de Fortaleza – implantação de redes de escoamento de águas pluviais, para proporcionar proteção contra precipitação e controle de enchentes, além de obras complementares vinculadas para pavimentação das malhas viárias. Projeto contratado em dezembro, no valor de R\$ 88 milhões e investimento total de R\$ 93 milhões.

A Área de Estruturação de Projetos e o PAC

O PAC foi criado com o intuito de acelerar o crescimento econômico do país por meio do estímulo ao investimento público e privado em infraestrutura. Em 2010, foi lançado o PAC 2 como medida de manutenção do ritmo de investimento iniciado na primeira fase do programa. Parte desses investimentos públicos estruturantes foi planejada com vistas a ser viabilizada por meio de concessões públicas ou parcerias público-privadas (PPPs). A Área de Estruturação de Projetos (AEP) tem empregado esforços na etapa de fomento e estruturação desses projetos.

Objetivando executar as ações do PAC, a AEP realizou ao longo de 2010 as seguintes atividades:

- **Trem de Alta Velocidade.** O Decreto Presidencial 6.256, de 13 de novembro de 2007, alterado pelo Decreto 6.816, de 7 de abril de 2009, designou o BNDES como responsável pela contratação e coordenação dos estudos técnicos relacionados ao projeto Trem de Alta Velocidade (TAV) entre os municípios de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa forma, o BNDES trabalhou em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sob a coordenação do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na elaboração de estudos técnicos e na estruturação da modelagem do projeto. Disso resultaram o Edital, a minuta de Contrato de Concessão e seus Anexos, disponibilizados ao público em julho de 2010 nos sítios eletrônicos www.antt.gov.br e www.tavbrasil.gov.br. Ao longo de 2010, o BNDES assessorou o governo federal na condução dos procedimentos necessários à implementação do projeto. O TAV encontra-se inserido no âmbito do PAC, com previsão de realização no primeiro semestre de 2011.
- **Concessões rodoviárias.** Finalizou os estudos para a estruturação da terceira etapa fase 1 do Programa de Concessões de Rodovias Federais (rodovias BR-040, BR-116 e BR-381, localizadas em Minas Gerais). Os estudos estão em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e têm leilão previsto para 2011. Também está assessorando, em parceria com a Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), a ANTT e o Ministério dos Transportes, nos estudos das concessões dos trechos da BR-101 nos estados do Espírito Santo e da Bahia. Os trechos fazem parte da terceira etapa fase 2 do Programa de Concessões de Rodovias Federais.
- **Projeto de irrigação.** Apoiou os estudos realizados pela International Finance Corporation (IFC) da PPP do Projeto Pontal, um perímetro de irrigação com vocação para a fruticultura localizado em Petrolina (PE). O leilão da PPP foi concluído em 23 de setembro de 2010.
- **Concessões aeroportuárias.** Em observância às atribuições que lhe foram conferidas por meio do Decreto 6.373, de 14 de fevereiro de 2008, o BNDES coordenou a elaboração dos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, ambiental e jurídica para estruturação do aeroporto internacional de São Gonçalo do Amarante. Em 6 de agosto de 2010, o BNDES encaminhou formalmente os estudos técnicos à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), responsável pelo processo de desestatização do aeroporto. A Anac submeteu o projeto à apreciação do TCU em 12 de dezembro de 2010. Após a análise do tribunal, o projeto estará apto a ser levado à licitação, o que deverá acontecer no primeiro semestre de 2011.

Política de Desenvolvimento Produtivo

Criada em maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) tem como objetivos centrais fortalecer a competitividade da economia brasileira e ampliar os investimentos para conferir sustentabilidade ao crescimento.

A política tem 34 programas setoriais, divididos em cinco subgrupos: programas mobilizadores em áreas estratégicas, programas para fortalecer a competitividade, programas para consolidar e expandir a liderança, destaques estratégicos e ações sistêmicas.

A execução dos programas, que pressupõe uma interlocução permanente e sistemática com o setor privado, foi confiada a comitês executivos formados por representantes de diversos órgãos de governo, com o intuito de integrar e convergir as ações dos programas com as políticas em curso.

O BNDES tem papel ativo em sua formulação e gestão. O Banco participa da Secretaria Executiva da PDP; coordena os programas para consolidar e expandir a liderança; faz a gestão dos programas de petróleo, gás e petroquímica e indústria aeronáutica; e participa como membro dos comitês executivos dos demais programas.

O Banco tem também importante papel no financiamento do investimento dos programas para sistemas produtivos. Em 2010, o BNDES consolidou uma carteira da PDP de R\$ 180 bilhões em saldo a desembolsar, representando 79% da carteira total. Os principais destaques seguem especificados no quadro a seguir.

Principais setores da carteira da PDP – saldo a desembolsar (em R\$ milhões)

<u>Área de atuação</u>	<u>Valor</u>	<u>Área de atuação</u>	<u>Valor</u>
Programas mobilizadores em áreas estratégicas		Programas para consolidar e expandir a liderança	
Tecnologia da informação e comunicação	4.721	Complexo aeronáutico	7.397
Programas para fortalecer a competitividade		Petróleo, gás natural e petroquímica	8.847
Complexo automotivo	3.759	Bioetanol	5.312
Bens de capital	27.147	Mineração	4.453
Construção civil	30.049	Siderurgia	6.045
Complexo de serviços	52.938	Destaques estratégicos	
Indústria naval e cabotagem	19.779	Exportações	30.681
Agroindústria	12.464	Regionalização	54.677

Fonte: BNDES.

* Dados até dezembro de 2010.

Os desembolsos totalizaram R\$ 152,6 bilhões em 2010, correspondendo a 91% do total do Banco, com destaque para os seguintes setores: tecnologia de informação e comunicação (R\$ 2,7 bilhões); bens de capital (R\$ 60,2 bilhões); complexo de serviços (R\$ 16,5 bilhões); agroindústria (R\$ 26,8 bilhões); petróleo, gás natural e petroquímica (R\$ 31,2 bilhões); bioetanol (R\$ 5,8 bilhões). Além disso, apresentaram excelente desempenho os destaques estratégicos voltados às exportações (R\$ 19,6 bilhões) e MPEs (R\$ 23,7 bilhões). A tabela a seguir traz as metas fixadas e os desembolsos efetivamente realizados no âmbito da PDP.

Metas e desembolsos – 2008-2010 (em R\$ milhões)

Ano	Meta	Varição %	Realizado	Varição %
2008	62,5	-	80,4	-
2009	70,2	12,3	121,4	51,0
2010	77,7	10,7	152,6	25,7
Total	210,4	-	354,4	-

Fonte: BNDES.

A PDP deverá ter continuidade no período 2011-2014 porque uma política industrial precisa ser um instrumento permanente, que vise a resultados de longo prazo. Seu novo ciclo dará mais ênfase às agendas setoriais e à inovação, procurando fazer com que a busca de dinamismo produtivo seja uma prática incorporada na rotina das empresas brasileiras.

Inovação

A importância da inovação ganha crescente destaque no atual cenário econômico-social brasileiro em razão de seus impactos no crescimento econômico do país e na formação de economias mais competitivas.

Por reconhecer a grande importância desse instrumento de fomento e incentivo à economia, o BNDES assume um papel fundamental no desenvolvimento da Política Nacional de Apoio à Inovação, tendo, ao longo dos últimos anos, procurado intensificar e aprimorar os instrumentos de apoio a iniciativas inovadoras.

Os desembolsos destinados às linhas e programas de apoio à inovação no ano de 2010 superaram as metas estabelecidas e atingiram o montante de R\$ 1,4 bilhão, valor superior ao de 2009, quando alcançaram cerca de R\$ 563 milhões. Em 2010, o valor destinado à aquisição de máquinas e equipamentos industriais para micro e pequenas empresas foi de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões.

Desembolsos 2010 (em R\$ mil)

Linhas, programas, fundos e Cartão BNDES	Desembolsos
Linhas transversais*	210.768
Programas setoriais**	1.005.190
Outros – desenvolvimento tecnológico***	115.774
Fundo Tecnológico – BNDES Funtec	40.296
Cartão BNDES	2.354
Total geral	1.374.382

*Compreende as linhas Capital Inovador, Inovação Tecnológica, Inovação P,D&I e Inovação Produção.

**Compreende os programas Engenharia Automotiva, Proengenharia, Profarma Inovação, Prosoft Empresa, ProTVD Fornecedor e Proaeronáutica.

***Inclui Criatec e fundos de investimento.

Em 2010, deu-se continuidade ao processo iniciado em 2008 de ampliação do acesso de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) aos instrumentos de financiamento direcionados à inovação.

O apoio à inovação de MPMEs foi reforçado em 2009, quando o Cartão BNDES passou a financiar a contratação de serviços de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), além de conceder apoio às contrapartidas financeiras exigidas em programas executados pela Finep (Sibratec) e pelo Sebrae (Sebraetec). O número de operações direcionadas à inovação nesse instrumento teve crescimento substantivo em 2010, atingindo o montante de 163.

Outra iniciativa foi a inclusão do financiamento a P,D&I entre os empreendimentos apoiáveis pelo BNDES Automático.

Tradicionalmente, o BNDES tem apoiado operações de menor monta por intermédio de agentes financeiros, aproveitando-se de sua capilaridade para alcançar empresas de menor porte em todo o território nacional. A expectativa é de que a iniciativa resulte na ampliação e na massificação do apoio a projetos de inovação de menor risco oriundos de MPMEs.

Ao longo do ano de 2010, manteve-se a redução das taxas de juros para as linhas de apoio à inovação praticada em 2009. As taxas de juros mais baixas foram praticadas em 2010 no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), que conta com a equalização de juros pelo Tesouro Nacional.

Em 2010, o Fundo Tecnológico (BNDES Funtec), não reembolsável, priorizou projetos que objetivaram estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o país, direcionados aos seguintes temas: bioenergia e meio ambiente.



Gestão de Riscos e Controles Internos

O ano de 2010 foi de elevado crescimento para a economia brasileira. Em contraposição ao ano de 2009, a criação de empregos formais foi significativa, atingindo 2,5 milhões. Nesse contexto, um papel crucial coube ao BNDES – ressaltando-se, nesse sentido, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a operação de capitalização da Petrobras.

Tanto o PSI quanto a capitalização da Petrobras foram viabilizados por recursos obtidos no Tesouro Nacional. No que se refere ao risco de mercado, as captações implicam descasamentos temporários entre as taxas que remuneram os ativos recebidos (títulos indexados a taxas de mercado, tais como prefixados e índices de preços) e o passivo assumido perante o Tesouro, uma dívida indexada à taxa de juros de longo prazo (TJLP). Apesar de implicarem descasamentos entre taxas do ativo e do passivo, essas operações não trazem risco de mercado para o BNDES. Isso porque as taxas que remuneram o passivo são inferiores à remuneração dos ativos correspondentes, e os prazos médios do passivo são superiores aos dos respectivos ativos. Além disso, como o BNDES empresta recursos para viabilização dos investimentos da economia, são criados ativos em TJLP, o que faz desaparecer a potencial fonte de risco.

Em suma, as captações no Tesouro Nacional permitem apoiar as empresas brasileiras em prazos muito superiores aos do mercado, contribuindo para a formação bruta de capital da economia, sem prejuízo da saúde financeira do BNDES.

Cabe ainda ressaltar que o BNDES se mantém sem descasamentos cambiais significativos e não tem exposições diretas em *commodities*. Por fim, o fato de as ações do BNDES não terem por objetivo central o ganho de capital, não fazendo parte da carteira de negociação, permite ao Banco apoiar o desenvolvimento do mercado de capitais, sem comprometer seus resultados financeiros com oscilações de curto prazo. No que se refere à gestão, ao longo de 2010 deu-se continuidade à implantação de um sistema de gestão de risco de mercado e liquidez, que entrou em fase de operação assistida em janeiro de 2011.

Quanto à evolução do risco de crédito do Banco, houve, ao longo de 2010, crescimento da parcela de capital regulamentar associada ao total dos ativos (carteira de crédito e títulos e valores mobiliários que não são adquiridos para a negociação ativa em mercado). Essa parcela subiu de R\$ 33,4 bilhões, em dezembro de 2009, para R\$ 48,2 bilhões, em dezembro de 2010. De um lado, a trajetória reflete o próprio crescimento dos empréstimos contratados e dos compromissos de crédito assumidos. De outro, demonstra o efeito provocado pela entrada em vigor das regras 38, 39 e 40 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38); Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39); e Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40). Esses normativos alteraram a mensuração da carteira de ações e debêntures da BNDESPAR de seus valores históricos para valores de mercado.

Embora a parcela de capital acima mencionada tenha aumentado, não houve piora na qualidade da carteira ou aumento da inadimplência.

A participação dos créditos com classificação de risco AA ou A (*investment grade*) apresentou, ao contrário, trajetória ascendente, alcançando mais de 85% da carteira em dezembro 2010. O índice de inadimplência fechou o ano em 0,15%.

O BNDES vem concentrando esforços na construção de um modelo interno para a gestão do risco de crédito, por meio da elaboração de estimativas próprias para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos. A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na frequência histórica, as taxas de recuperação são calculadas com base nos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes e são construídas matrizes de migração de estados para horizontes diversos. Entre os trabalhos da gestão do risco de crédito, destacam-se a aquisição de *software* específico, cuja implantação deverá ser concluída até o fim do exercício de 2011, e a aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, em atendimento à Resolução CMN 3721/09.

Tendo em vista a perspectiva de aumento da atuação do BNDES no mercado externo e dada a necessidade de se precificar tais operações, foi estruturado o Departamento de Risco de Crédito Internacional, órgão vinculado à Área de Crédito, que assegurará a segregação de atividades e rigor na análise de operações internacionais.

Outro destaque do ano de 2010 foi o volume de crédito recuperado em operações em Curso Problemático, que atingiu a marca de R\$ 912,5 milhões, representando incremento de 216% em relação ao ano anterior.

A parcela de capital regulamentar para risco operacional também teve uma elevação de R\$ 562 milhões, em dezembro de 2009, para R\$ 762 milhões, em 2010. Esse aumento reflete o incremento do coeficiente regulamentar aplicado a essa parcela de capital (de 0,8, até dezembro de 2009, para 1,0, em janeiro de 2010), além do crescimento da receita líquida da intermediação financeira e não financeira. Não houve no ano, todavia, qualquer evento de expressivo risco operacional.

Entre os destaques da unidade voltada para a gestão do risco operacional, está o processo licitatório que objetiva a contratação de consultoria especializada para implantação de Sistema de Gestão da Continuidade de Negócios. Ao longo de 2010, ressaltam-se ainda os trabalhos, envolvendo distintas áreas do Banco, para avaliação contínua e ações de mitigação do risco operacional em processos-chave de risco. Dedicou-se especial atenção ao aprimoramento da metodologia de avaliação de riscos e do banco de dados de perdas operacionais.

Ao longo de 2010, também foram realizados diversos trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos do Banco. Tais trabalhos têm por objetivo mitigar os riscos dos processos, bem como propor medidas para corrigir eventuais deficiências de controle. Destacam-se ainda as atividades realizadas para sensibilizar os empregados quanto à relevância dos controles internos e ao papel de cada um nesse processo, a fim de fortalecer o ambiente e a cultura de controles internos no Banco.



Apoio à Cultura

Desde 1995, o BNDES apoia de forma sistemática ações na área da cultura, notadamente em patrimônio histórico, acervos e cinema, e também investimentos nas atividades da economia da cultura, com destaque para as cadeias produtivas do audiovisual e editorial. Desde 2006, todas essas ações são de competência da Área Industrial, sob a responsabilidade do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo (AI/DECULT), criado com o objetivo de reunir em uma única unidade operacional todos os instrumentos e ações de suporte ao setor cultural.

O DECULT tem por missão estratégica desenvolver as cadeias produtivas da economia da cultura. Isso requer que as ações do BNDES no setor cultural sejam conduzidas com base em um enfoque de estruturação e desenvolvimento sustentável de suas atividades econômicas. Essa abordagem tem demandado a criação de mecanismos de financiamento mais adequados às necessidades da economia da cultura e uma nova abordagem diante dos projetos apoiados com recursos não reembolsáveis. O programa BNDES Procult, os Fundos de Financiamento à Indústria Cinematográfica (Funcines), a adoção de novas modalidades de garantia e a combinação de financiamento com recursos não reembolsáveis são alguns exemplos dessa nova atuação do BNDES no setor cultural.

A criação do Fundo Cultural permitiu a expansão da ação do Banco no campo da preservação e da revitalização do patrimônio cultural brasileiro. Com esses novos recursos, tornou-se possível apoiar investimentos que conjuguem as necessidades de restauração de bens do patrimônio público com oportunidades de dinamização econômica, como por meio do turismo, e de revitalização urbana locais. Assim, esses projetos tornam-se instrumentos de promoção do desenvolvimento e de melhoria da gestão e do uso público das edificações restauradas.

A estruturação da cadeia produtiva do audiovisual

O BNDES apoia o setor de audiovisual de forma abrangente, alocando recursos na produção de filmes, inclusive de animação, na distribuição, na infraestrutura e ainda na expansão e na descentralização das salas de exibição do país. Os principais instrumentos financeiros de que o BNDES dispõe para promover a estruturação da cadeia produtiva do audiovisual no Brasil são os financiamentos do programa BNDES Procult, os investimentos em Fundos de Investimento da Indústria Cinematográfica (Funcines) e os Editais de Cinema.

A partir de 2010, o BNDES também passou a operar o programa Cinema Perto de Você, uma ação coordenada do Ministério da Cultura e da Agência Nacional de Cinema (Ancine), que utiliza recursos do Fundo Setorial do Audiovisual. O programa visa ampliar e desconcentrar o parque exibidor brasileiro.

Desde 1995, os Editais de Cinema do BNDES apoiam a produção cinematográfica brasileira por meio de recursos provenientes da aplicação da Lei do Audiovisual (Lei 8.685/93, alterada pela Lei 11.437/06). Em 2010, foi lançada a 15ª edição do Edital de Cinema, contemplando investimentos em projetos de ficção, animação e documentário, nas categorias Produção e Finalização, com valores de até R\$ 1,5 milhão por projeto.

Apoio à preservação do patrimônio histórico nacional

O BNDES é uma das empresas brasileiras que mais investem na preservação do nosso patrimônio histórico. Com a utilização de aplicações não reembolsáveis dedutíveis como incentivos fiscais (Lei Rouanet) e também com recursos de seu Fundo Cultural, o BNDES tem viabilizado a implementação de projetos dessa natureza. No ano de 2010, foram aprovados 24 novos projetos, no valor total de R\$ 65 milhões, e desembolsados R\$ 36 milhões para as obras de restauração.

Foi aprovada em 2010 uma significativa alteração no regulamento de apoio a projetos de preservação de patrimônio histórico, visando tratá-los com um viés de desenvolvimento e não mais como um simples patrocínio. O objetivo passa a ser, mais do que apenas recuperar o patrimônio, estimular e facilitar o usufruto do bem restaurado, promover sua melhor utilização pela sociedade e estimular o maior dinamismo econômico local, tornando o patrimônio histórico uma âncora para o desenvolvimento institucional, econômico, turístico e urbano da localidade onde se encontra.

Edital de acervos

Também com recursos de natureza não reembolsável oriundos do Fundo Cultural, o BNDES desenvolve desde 2004 o Programa de Preservação de Acervos, destinado a ações de preservação de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos de relevância cultural e histórica, abrangendo catalogação, higienização e acondicionamento, restauração, gerenciamento ambiental, instalação de sistemas de segurança e investimentos em infraestrutura. O programa é operacionalizado por meio de edital público de seleção anual. Em 2010, foi lançado um novo edital para preservação dos acervos. A principal novidade dessa edição foi a criação da modalidade Âncora, visando ao apoio a investimentos de escopo mais abrangente. Nessa modalidade, pode-se buscar replicar o apoio em diversos pontos de uma rede de ação ou em acervos independentes, aglutinados por algum elemento comum.

Patrocínio a eventos e publicações culturais

Em 2010, o BNDES concedeu patrocínio a 33 projetos culturais, em um investimento total de R\$ 7,4 milhões. Dentre as iniciativas apoiadas, destacam-se festivais de cinema, música, dança e literatura, exposições e publicações, que compõem um panorama da diversidade cultural brasileira e ajudam a levar ao público das diferentes regiões do país o mais recente da produção nacional.

Integrando a música clássica e instrumental às ações de revitalização do patrimônio histórico nacional, o Banco apoiou eventos como a Mostra Internacional de Música de Olinda, Música no Museu, Rio Folle Journée e o Festival Villa-Lobos, que promovem concertos em igrejas, museus e locais históricos em diferentes regiões do país.

Na área cinematográfica, receberam patrocínio do BNDES os principais festivais do Brasil – Festival do Rio, Cine PE, Anima Mundi, É Tudo Verdade e Cine Ceará, entre outros –, que são vitrine para a exibição da safra mais recente da produção audiovisual. Isso sem mencionar eventos voltados para formação de público, como o Festival Internacional de Cinema Infantil, e para o estímulo a novos realizadores, como Visões Periféricas. Nesse segmento, destaca-se o apoio ao Fest Cine Amazônia, festival itinerante realizado na Região Norte que privilegia a exibição de filmes com a temática ambiental.

A dança, em suas diferentes vertentes, recebeu apoio por meio do Panorama de Dança, no Rio de Janeiro, e da Bienal de Dança de Par em Par, no Ceará, enquanto a literatura teve apoio em feiras literárias como Fliporto, em Recife, e Fórum das Letras de Ouro Preto.

Em comemoração aos 50 anos de Brasília, o Banco patrocinou também a exposição Lucio Costa – Arquiteto, que relembrou sua trajetória e a concepção do Plano Piloto.

Espaço BNDES

Em 2010, o Espaço BNDES completou 25 anos de atividade. Concebido em 1985 como instrumento de *marketing* institucional do Banco, o Espaço é formado pela galeria, situada no andar térreo do Edifício de Serviços do Rio de Janeiro (Edserj), pelo auditório Arino Ramos Ferreira e pelo *foyer* Paulo Rachid, situados no primeiro subsolo.

Galeria 2010

No ano passado, foram realizadas as primeiras exposições organizadas pelo Banco nos últimos cinco anos, com uma média de público de 1,5 mil pessoas. A primeira foi a mostra 25 anos do Espaço BNDES, de 24 de junho a 30 de julho, sobre a história do espaço e os principais *shows* e exposições.

As exposições seguintes foram Fresta (agosto), do pintor neoconcretista Kakati, Integração da arte (setembro/outubro), que reuniu artistas brasileiros e finlandeses, e Graffiti (novembro), com grafites pintados em telas por alunos da Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek.

Foram recebidas, ainda, as exposições As Artes de Cristina (abril/maio), bem como a 18ª Exposição de Arte Fotográfica do BNDES (junho/julho) e a 26ª Expoarte (dezembro), organizadas pela Associação de Empregados do BNDES.

A expectativa é de que, a partir de 2011, a galeria volte a ter exposições contratadas pelo Banco. Em outubro de 2010, a Diretoria aprovou o regulamento do concurso para escolha de projetos culturais de artistas brasileiros.

Quintas no BNDES 2010

Aberta pelo sambista Monarco, a temporada 2010 do projeto Quintas no BNDES foi marcada pela renovação no público. Ao longo do ano, novas gerações de amantes da música foram incorporadas à audiência do projeto.

Contribuiu para isso a veiculação de anúncios nas estações do metrô e nos jornais, que ajudou a atrair 8,5 mil pessoas. Na média, o público dos 37 *shows* foi de 230 espectadores.

A afluência de público revelou que o Quintas está integrado à programação artística e cultural da cidade, seguindo a proposta inicial do Espaço BNDES (onde se originou em 1993) de ampliar a integração entre os empregados e aproximar o Banco da comunidade e da sociedade em geral.

CENTRAL DO BRASIL

50



50



Desempenho Operacional

Área de Capital Empreendedor

A Área de Capital Empreendedor (ACE) é responsável pelas operações de apoio financeiro a pequenas e médias empresas (PMEs) nacionais, com a utilização de instrumentos financeiros de renda variável. Participa das etapas de fomento, estruturação, investimento, acompanhamento e desinvestimento desses ativos na carteira da BNDESPAR, além de apoiar as demais áreas operacionais do Sistema BNDES na utilização desses instrumentos financeiros em suas operações.

É importante destacar que as decisões de investimento em participação acionária consideram o compromisso das empresas com a responsabilidade socioambiental. Em relação aos aspectos sociais, as decisões de investimento consideram, em particular, o grau de “celetização” dos colaboradores das empresas a serem investidas. No processo de acompanhamento da carteira de investimentos, procura-se também estimular os administradores das empresas a adotar práticas de gestão que aumentem o grau de “celetização” de suas companhias.

No que concerne aos aspectos ambientais, cumpre ressaltar o trabalho que é realizado, ao longo do processo de acompanhamento, de verificação e exigência de cumprimento da legislação ambiental por parte das empresas investidas.

No fim do exercício de 2010, era a seguinte a carteira de ativos de renda variável da BNDESPAR administrados pela ACE, composta de ações, bônus, debêntures (participações diretas) e fundos de investimento (participações indiretas):

Carteira da ACE em 2010

Número de empresas	157
Número de fundos	29
Valor estimado de mercado (R\$ milhões)	R\$ 1.797

Em 2010, o Departamento de Investimentos em Pequenas e Médias Empresas Inovadoras concluiu com sucesso três operações de investimento, com desembolso total de R\$ 36,8 milhões. Houve também o desembolso no valor de R\$ 50 milhões relativos ao investimento na Linx, aprovado pela diretoria no fim de 2009.

A carteira de participações diretas da BNDESPAR em pequenas e médias empresas encerrou 2010 com um total de 34 participações.

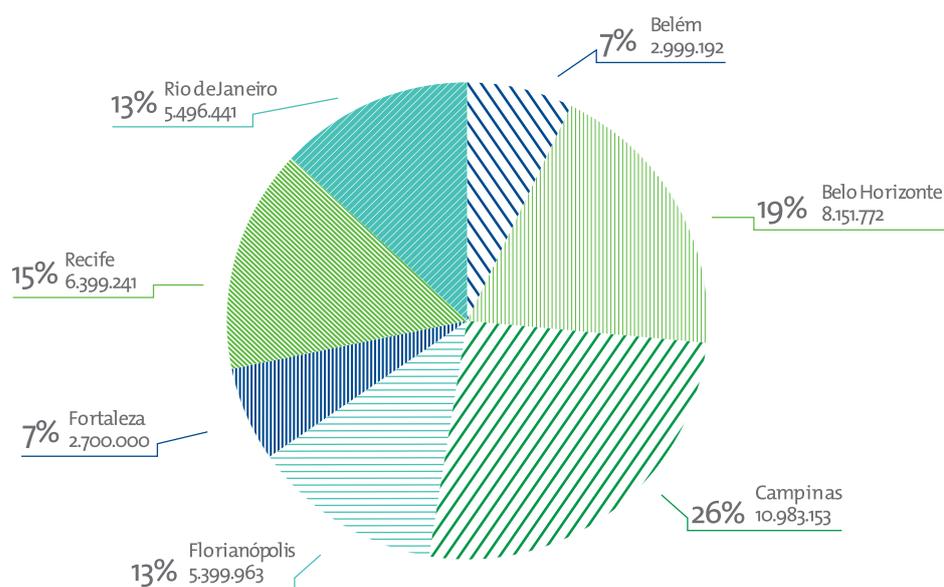
Já nas participações em fundos de investimento, a ACE integralizou cotas em 20 fundos, representando desembolso para 33 novos investimentos, e amortizou ou resgatou cotas em 11 fundos, representando desinvestimento em nove empresas. Foi realizada

mais uma chamada para um novo fundo, no âmbito do Programa de Fundos de Investimento do BNDES, instituído pela Resolução 1.627/2008, de 8 de julho de 2008. A chamada pública foi realizada para a seleção de um Fundo de Investimento em Participações (FIP) focado em investimentos no setor de infraestrutura logística. O Fundo de Investimento em Participações BR ILOS Logística, estruturado numa parceria de cogestão entre a BR Capital Partners Ltda. e o Instituto ILOS Logística, foi pré-selecionado pelo Comitê de Mercado de Capitais e concluído em novembro de 2010, quando o FIP foi enquadrado no Sistema BNDES. O fundo terá capital comprometido mínimo de R\$ 500 milhões, podendo chegar a R\$ 600 milhões, e o BNDES poderá aportar até 20% desse valor.

Ao longo do ano de 2010, o programa Criatec, voltado para atender à necessidade de capitalização das pequenas empresas inovadoras, aprovou mais sete novos investimentos, cujo montante total foi de R\$ 9,9 milhões. Dessa forma, o fundo aprovou até o momento 31 empresas, perto da meta revisada de 36 investimentos a serem aprovados até o 48º mês de funcionamento do fundo. Essa medida está relacionada à constatação do Grupo de Acompanhamento de que o fundo deve concentrar suas atenções na aceleração das empresas até o momento investidas, em vez de se dedicar somente às atividades de prospecção e contratação de novas operações. Além disso, foi realizada a primeira alienação, na qual o fundo vendeu a totalidade da participação acionária que detinha na empresa Usix, obtendo uma rentabilidade entre 88% e 114% ao ano.

O programa Criatec atua em diversas regiões geográficas por meio dos seus gestores regionais, como mostra o gráfico a seguir.

Investimentos aprovados por região



Região	Valor aprovado	Quantidade de empresas
Belém	2.999.192	2
Belo Horizonte	8.151.772	6
Campinas	10.983.153	8
Florianópolis	5.399.963	4
Fortaleza	2.700.000	2
Recife	6.399.241	5
Rio de Janeiro	5.496.441	4
Total	42.129.762	31

Além do programa Criatec, o BNDES também apoia a ampliação da capacidade de inovação nas pequenas e médias empresas, tanto por meio de investimentos diretos em participação acionária, quanto indiretamente, por intermédio de fundos de *venture capital* e *private equity*.

Área de Comércio Exterior

Em 2010, as linhas de apoio à exportação do BNDES completaram 20 anos em meio à recuperação de uma das piores crises do comércio internacional. Os seus desembolsos alcançaram US\$ 11,3 bilhões, o maior valor anual em toda a história das linhas, que representou crescimento de 35% sobre 2009, o recorde anterior. Os financiamentos do BNDES desempenharam relevante papel no apoio às exportações brasileiras no momento de retomada dos fluxos comerciais no mundo.

Nos financiamentos pré-embarque, continuou a ser atendido o setor de bens de capital por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Nos dois últimos anos, foram alocados recursos ao financiamento à produção para exportação de máquinas rodoviárias, industriais, agrícolas, equipamentos de telecomunicação, ônibus e caminhões. Em meados do ano passado, abriu-se a possibilidade de apoio no PSI para as exportações de calçados, têxteis, móveis, alimentos, fármacos e eletrônicos de consumo, entre muitos outros.

O outro componente importante do apoio à exportação é o financiamento pós-embarque, no qual se destaca o apoio à exportação de aeronaves, serviços de engenharia e outros bens de capital. O produto oferece financiamentos de médio e longo prazos à comercialização no exterior e conta atualmente com uma carteira superior a US\$ 25,0 bilhões de operações em amortização, aprovadas ou em análise.

Para o setor de fabricação de aeronaves, em 2010 foram desembolsados US\$ 1,3 bilhão em financiamentos pós-embarque, que ocorreram para destinos diversificados: Estados Unidos, Argentina, Reino Unido, França, Holanda, Espanha, Montenegro, El Salvador e Emirados Árabes Unidos. Em dezembro do ano passado, foram concluídas as negociações de uma nova revisão do entendimento setorial para o setor de aeronaves na Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que regula as condições de apoio pelas agências de crédito à exportação, papel desempenhado no Brasil pelo BNDES. O Brasil é um dos maiores fornecedores de aeronaves comerciais do mundo e faz parte do acordo setorial desde 2007.

Os desembolsos referentes a bens e serviços de engenharia brasileiros destinados a projetos de infraestrutura no exterior somaram US\$ 835 milhões no ano passado. A carteira de operações é formada por amplo conjunto de operações na América Latina e na África, relacionadas a gasodutos, metrô, hidrelétricas, linhas de transmissão, portos, aeroportos, rodovias, aquedutos, obras de saneamento e abastecimento de água.

Em 2010, foram aprovadas a terceira e a quarta linhas de financiamento para a República de Angola, por meio de protocolos de entendimento firmados entre os governos dos dois países. Os projetos priorizados pelo governo angolano são, em sua maioria, relacionados a obras de construção de rodovias, mas estão presentes também linhas de transmissão, uma hidrelétrica, aeronaves e um aeroporto. Os desembolsos já realizados acumulam US\$ 1,6 bilhão nas duas primeiras linhas desde seu início há três anos.

Além das exportações relacionadas a projetos de infraestrutura, outro destaque foi o apoio à exportação de ônibus para Argentina, Chile e África do Sul, cujos desembolsos somaram US\$ 224 milhões no ano passado. Os financiamentos são realizados para a exportação de ônibus de forma isolada ou associados a sistemas integrados de transporte (*bus rapid transit*), tal como vem sendo realizado nas operações destinadas ao Chile. Em 2010, foram financiadas, nessa modalidade, as exportações de ônibus brasileiros utilizados na Copa do Mundo de Futebol na África do Sul.

No que diz respeito a financiamentos pós-embarque de bens não relacionados a projetos de maior porte, foi assinado o primeiro contrato com um banco no exterior na linha denominada Exim Automático. O produto visa oferecer um mecanismo ágil para a comercialização de bens brasileiros por meio de uma rede de bancos no exterior, aproveitando a proximidade deles com potenciais clientes dos exportadores brasileiros. No fim do ano passado, já existia uma carteira em perspectiva de cerca de US\$ 600 milhões com 19 bancos no exterior, situados nos Estados Unidos, na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Paraguai, na Colômbia, no Peru e no Panamá.

Área de Estruturação de Projetos

A superação de gargalos de infraestrutura e restrições de capacidade produtiva dependem, em sua maioria, de investimentos públicos estruturantes, que podem ser, em parte, viabilizados por meio de concessões públicas ou parcerias público-privadas (PPPs). Tendo em vista que tais empreendimentos demandam um trabalho complexo de elaboração de projetos pelo setor público, o BNDES tem concentrado seus esforços nessa etapa de fomento e estruturação, prestando assessoria técnica e suporte aos governos para o desenvolvimento e a concretização de políticas públicas.

Esses projetos representam investimentos vultosos, que envolvem diversos riscos para o ente público, para o investidor privado e para o agente financiador. Por essa razão, o sucesso do empreendimento exige grande esforço na fase de estruturação. É necessário um trabalho rigorosamente técnico, com a adoção das melhores práticas de mercado, para dimensionar os investimentos necessários, utilizando projeções e análises prospectivas, mitigação de riscos e repartição de responsabilidades entre os participantes. Além disso, é indispensável conferir transparência e impessoalidade ao processo, em respeito ao interesse público e à segurança jurídica do futuro empreendimento.

O BNDES, por meio da Área de Estruturação de Projetos (AEP), procura identificar, fomentar, apoiar e realizar a estruturação de concessões públicas e PPPs, criando as condições para viabilizar projetos de infraestrutura com a participação de recursos privados. Para atingir esses objetivos, foram desenvolvidos o Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), a Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), em parceria com oito instituições financeiras nacionais, e um Fundo Multilateral, no qual o BNDES conta com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, cujas atribuições são complementares, conforme descrito a seguir.

Instrumentos e parceiros do BNDES para estruturação de projetos

	Descrição	Foco
Fundo de Estruturação de Projetos (FEP)	Fundo estatutário do orçamento de aplicações do BNDES http://www.bndes.gov.br/programas/outros/fep.asp	Estudos ou pesquisas técnicas que, direta ou indiretamente, propiciem a geração de projetos de caráter estratégico e estruturante
Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP)	Sociedade anônima de capital fechado com participação de bancos privados e da BNDESPAR http://www.ebpbrasil.com	Projetos de infraestrutura com atratividade para o setor privado Requer o pagamento da estruturação do projeto à EBP pelo licitante vencedor da concessão (art. 21 da Lei 8.987/95)
Fundo Multilateral (BNDESPAR, IFC e BID)	Fundo administrado pelo IFC com recursos da BNDESPAR e dos organismos multilaterais	Projetos-piloto de concessões ou PPP

Durante o ano de 2010, além das atividades relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), também podem ser destacadas as seguintes atividades de estruturação de projetos do BNDES:

- **Setor aéreo.** Por meio dos acordos de cooperação técnica celebrados com o Ministério da Defesa, a Infraero e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o BNDES financiou, com recursos do BNDES Fundo de Estruturação de Projetos (BNDES FEP), um estudo para diagnóstico e proposição de políticas públicas para o setor de transporte aéreo no Brasil, envolvendo os aspectos jurídicos-regulatórios, de infraestrutura e de competição em serviços aéreos e em administração aeroportuária. O estudo foi publicado em junho de 2010 e está disponível no portal do BNDES.
- **Reestruturação da Infraero.** No âmbito do Termo de Cooperação Técnica celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Defesa, o BNDES contratou empresa de consultoria para realização de estudos técnicos especializados para elaboração de projeto de reestruturação da Infraero, com o objetivo de preparar a empresa para a abertura de capital, assim como propor modelos alternativos de gestão e/ou de configurações empresariais. Os estudos foram concluídos e enviados à Secretaria de Aviação Civil (SAC) em 29 de novembro de 2010.
- **Setor portuário.** Em decorrência de Termo de Cooperação Técnica celebrado com a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), foi lançada, em 30 de agosto de 2010, Chamada Pública BNDES/FEP Prospecção 01/2010, tendo como objetivo apoiar pesquisas e estudos técnicos relativos ao setor portuário brasileiro. Tal estudo terá duração de nove meses e será realizado ao longo de 2011.
- **Corredor Ferroviário Bioceânico.** Trata-se de um estudo técnico financiado no âmbito do BNDES FEP, categoria prospecção, que tem por objetivo propor recomendações e políticas públicas que viabilizem o transporte ferroviário de cargas entre portos no Sul/Sudeste do Brasil e portos no Chile e incrementem a utilização, pelos países compreendidos no estudo, do modal ferroviário no transporte de cargas.

Projetos estaduais e municipais

- **Saúde.** O BNDES, com recursos do Fundo Multilateral, concluiu os estudos da primeira PPP de saúde do país, com a concessão do Hospital do Subúrbio, na região metropolitana de Salvador. Em parceria com a EBP, foram concluídos os estudos para a

concessão do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte, que culminaram na publicação do Edital de Licitação em 1º de dezembro de 2010 e abertura das propostas marcada para 18 de janeiro de 2011. Outro projeto em andamento, com recursos do Fundo Multilateral, é a PPP para qualificação da infraestrutura da rede de atenção primária de saúde de Belo Horizonte, envolvendo 147 unidades básicas de saúde da cidade.

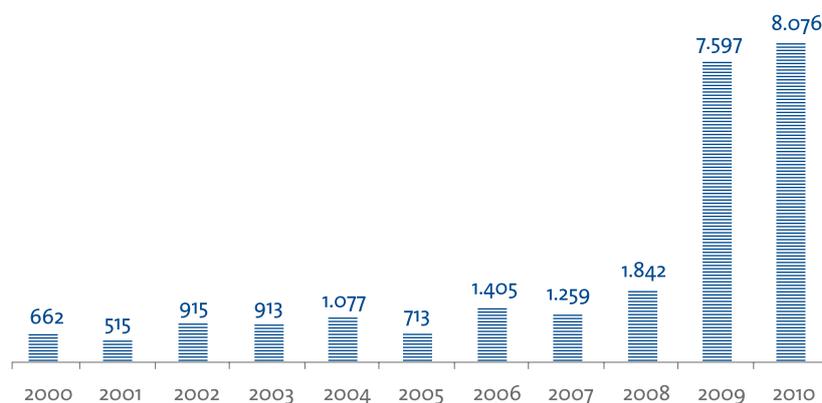
- **Concessão rodoviária.** Foram finalizados os estudos técnicos para estruturação da concessão do Sistema Rodoviário Estadual BA 093 – malha rodoviária na região metropolitana de Salvador –, com recursos do Fundo Multilateral. O leilão foi realizado em maio de 2010.
- **Complexo do Mineirão.** Foram concluídos os estudos para a concessão administrativa do Mineirão, que envolve a adequação necessária para a Copa do Mundo de 2014 e a exploração comercial do equipamento por 27 anos. O contrato de concessão foi assinado no dia 22 de dezembro de 2010.
- **Convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte.** Assinado para apoiar a estruturação de concessões públicas e PPPs no âmbito de Belo Horizonte. Em decorrência desse convênio, foram elaborados junto com a EBP o mencionado projeto do Hospital Metropolitano, o projeto da Nova Rodoviária, que já teve seu edital de licitação publicado, e os projetos já iniciados de duas estações do BHBus e de Estacionamentos.
- **Saneamento.** Estão em fase de estudos, em parceria com a EBP, os projetos de saneamento da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro (AP-5), que atenderão 1,8 milhão de habitantes, e da Região Metropolitana de Vitória, que abrange uma população total de 1,7 milhão.
- **Resíduos sólidos.** Está em fase de estudos, em parceria com a EBP, um projeto voltado para construção e operação de um incinerador de resíduos sólidos com recuperação energética em São José dos Campos (SP).
- **Estacionamentos em São Paulo.** Estima-se iniciar ainda em 2011, em parceria com a EBP, o estudo para construção e operação de estacionamentos na cidade de São Paulo.
- **Circuito de compras em São Paulo.** Em fase de estudos, junto com a EBP, esse projeto de parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo tem como objetivo equacionar a logística do turismo de compras e desenvolver economicamente a região central da cidade, pela geração de infraestrutura e serviços agregados para os usuários.

Área de Inclusão Social

Em consonância com seu mapa estratégico, as ações implementadas pela Área de Inclusão Social (AS) em 2010 tiveram os seguintes objetivos: (i) ampliar a carteira de projetos de infraestrutura urbana, economia e serviços públicos; (ii) aprimorar e ampliar a atuação em gestão pública e microcrédito; (iii) contribuir para a formulação e a implementação de políticas públicas; e (iv) priorizar o fomento nas Regiões Norte e Nordeste e entornos de grandes projetos.

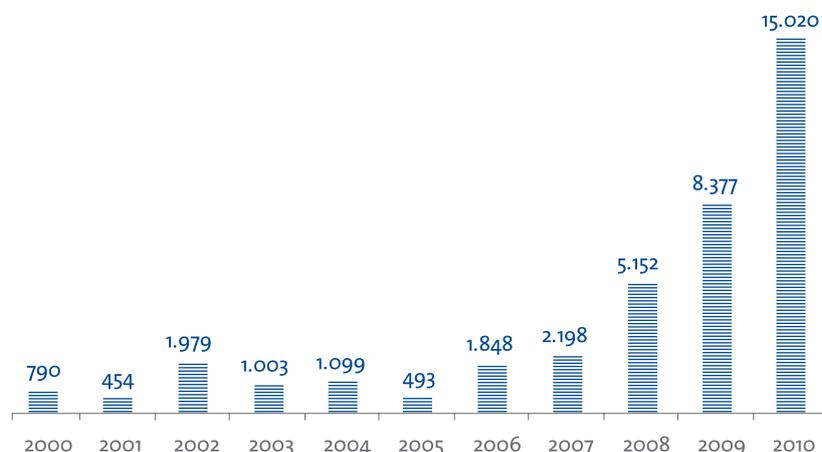
A AS encerrou o ano de 2010 com contratações no valor de R\$ 15,0 bilhões e desembolsos de R\$ 8,1 bilhões, valores 75% e 6% superiores aos registrados em 2009, respectivamente, o que representa um recorde desde a criação da área. O crescimento das contratações e desembolsos foi acompanhado de melhoria no perfil de distribuição regional, com um incremento substancial da participação relativa das Regiões Norte e Nordeste. Essas duas regiões foram responsáveis por pouco menos da metade das liberações efetuadas no ano (cerca de 48% do total liberado).

Histórico de desembolsos da AS (em R\$ milhões)



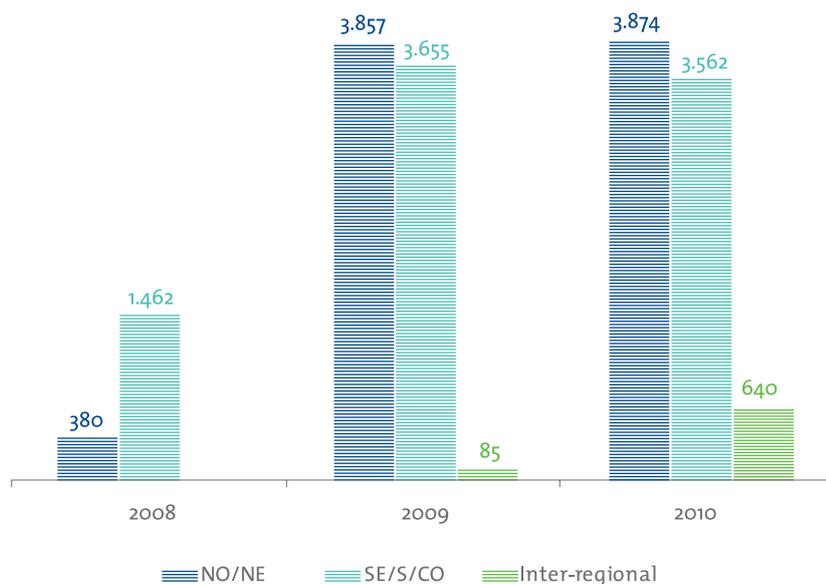
Fonte: BNDES.

Histórico de contratações da AS (em R\$ milhões)



Fonte: BNDES.

Liberações por região (em R\$ milhões)



Fonte: BNDES.

Os desembolsos e contratações estiveram centrados no financiamento aos programas de desenvolvimento dos governos estaduais, na melhoria das condições de saneamento e transporte urbano, bem como em ações nas áreas de saúde, educação, trabalho e renda e de melhoria da gestão pública. Em 2010, ganhou relevo, ainda, a aprovação das primeiras operações de reforma de estádios para a Copa do Mundo de 2014.

Entre as ações institucionais executadas em 2010, destacam-se a revisão do Programa BNDES – Microcrédito, a criação do Programa BNDES Saúde, do Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 (ProCopa Arenas) e do Programa de Apoio a Projetos Executivos – BNDES Cidades, além da implementação do Programa PMAT Automático. Esses programas visam atender a novas demandas de investimento, dar maior agilidade aos financiamentos e suprir algumas lacunas observadas em programas já operados pela AS.

Ao longo do ano, foram ainda consolidados diversos trabalhos de fomento e reorganização iniciados em 2009, entre eles a implementação do Programa BNDES Estados, das parcerias na área de trabalho e renda e de apoio aos arranjos produtivos locais (APL) por meio dos entes federativos.

Entre as operações que marcaram 2010, destacam-se as seguintes:

Mobilidade urbana

Em dezembro de 2010, foi contratado entre o BNDES e o município do Rio de Janeiro o financiamento para a implantação do Sistema BRT Transcarioca, que interliga a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, cruzando bairros importantes e populosos

do subúrbio carioca, como Madureira e Penha. O financiamento, no valor de cerca de R\$ 1,2 bilhão, contempla investimentos na infraestrutura física do sistema de transporte, que contribuirão significativamente na melhoria da qualidade do transporte público da região, por meio de vias exclusivas para circulação de ônibus, pontos de parada fechados, com cobrança externa e embarque em nível, e redução do tempo de viagem dos passageiros. Além disso, o projeto prevê a utilização de ônibus de melhor desempenho ambiental.

Apoio financeiro a complexos prisionais

Em dezembro de 2010, foi aprovada a operação de financiamento para construção de complexo prisional em Ribeirão das Neves (MG). O projeto compreende cinco unidades prisionais que comportam até 3.040 detentos. O valor total dos investimentos é de R\$ 212 milhões, com apoio de R\$ 143,8 milhões do BNDES.

Trata-se de um projeto no modelo de parceria público-privada que constitui, juntamente com outro projeto semelhante conduzido pelo estado de Pernambuco, experiência inovadora no sistema prisional brasileiro, no que diz respeito ao modelo de gestão. O parceiro privado responde pela construção e pela operação do complexo pelo prazo de 27 anos e deve cumprir uma série de obrigações relacionadas à gestão do complexo.

O projeto é vantajoso para o Estado, em virtude de seus méritos econômicos (gasto 25% menor do que no modelo operado diretamente pelo Estado) e da qualidade dos serviços prestados, sobretudo no que diz respeito à ressocialização dos presos, pois o contrato prevê compromissos como assistência à saúde, assistência jurídica, assistência educacional, profissionalizante, cultural e recreativa, bem como apoio à recolocação no mercado de trabalho.

Programa ProCopa Arenas

Como parte do esforço do governo federal para preparar o país para a Copa do Mundo de 2014, o BNDES criou o Programa ProCopa Arenas, que estabelece as diretrizes para financiar a construção e a reforma de arenas esportivas que serão usadas no torneio. Em 2010, foram contratados financiamentos para construção ou reforma das arenas das cidades-sede de Manaus, Cuiabá, Salvador e Fortaleza.

O Programa BNDES ProCopa Arenas tem orçamento de R\$ 4,8 bilhões a serem utilizados na construção e na reforma dos estádios que receberão jogos da Copa de 2014 e em investimentos relacionados à urbanização de seus entornos. Poderá financiar até 75% do custo total dos projetos de reforma ou construção dos palcos dos

jogos, limitado a R\$ 400 milhões (o que for menor) por projeto. Os projetos deverão abranger melhorias no entorno, para promover a acessibilidade e a integração com o espaço urbano.

O objetivo do Banco é que o evento deixe como legado equipamentos executados segundo as melhores práticas de conservação de energia e utilização de recursos naturais e que, após o torneio, sejam integrados às cidades e apropriados por toda a população.

Os projetos devem ser aprovados por entidade certificadora de qualidade ambiental reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo Sinmetro e têm prazo de contratação até 31 de dezembro de 2011.

Saneamento ambiental

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2010 o BNDES contratou financiamento à Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), no valor de R\$ 155,6 milhões, para a execução da segunda etapa da Estação de Tratamento de Água Oeste (ETA Oeste), localizada na zona oeste da Região Metropolitana de Fortaleza (CE), e para ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba (SAA Ibiapaba), no estado do Ceará.

Apoio a empreendimentos de baixa renda com parceiros estratégicos

O modelo de atuação da AS por meio de parcerias vem possibilitando ao BNDES reunir sinergias no apoio a empreendimentos de baixa renda, por potencializar méritos específicos, relacionados às particularidades e à *expertise* de cada parceiro, e ampliar a abrangência de seu apoio.

Com o poder público, foram contratados projetos em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e com o estado do Acre no atendimento às famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, do governo federal. Foram contratadas também parcerias com os estados do Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas no apoio a empreendimentos produtivos coletivos de baixa renda. O BNDES firmou ainda convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro para inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis.

Com instituições de direito privado sem fins lucrativos, foram firmadas parcerias com a Fundação Banco do Brasil, com o Instituto Votorantim e com o Instituto Camargo Corrêa, sempre com foco na inclusão socioprodutiva da população apoiada. Com organizações não governamentais (ONGs) e organizações de sociedade civil de

interesse público (OSCIPs), citam-se a parceria com a Cáritas Brasileira e a recente aprovação do projeto do Instituto Cooperforte.

Programa BNDES PMAT Automático

No intuito de simplificar o acesso dos municípios brasileiros ao crédito para projetos de melhoria na gestão pública, tradicionalmente apoiados por meio da linha de financiamento Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (BNDES PMAT), em 2010 foi criado o Programa BNDES PMAT Automático. O novo programa, destinado a municípios de até 150 mil habitantes (cerca de 97% dos municípios brasileiros), é operacionalizado na modalidade indireta automática, utilizando a capilaridade da rede de instituições financeiras credenciadas pelo BNDES em todo o país.

BNDES Saúde

Em 2010, o BNDES firmou parceria com o Ministério da Saúde (MS), com o objetivo de viabilizar a criação do Programa BNDES de Apoio a Instituições de Saúde (BNDES Saúde).

O programa conta com um orçamento de R\$ 2 bilhões e visa fortalecer a capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), financiando a ampliação dos projetos de apoio ao seu desenvolvimento institucional e a modernização da rede de instituições de saúde portadoras de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. O subprograma Desenvolvimento Institucional atenderá instituições de excelência habilitadas pelo Ministério da Saúde e que tenham celebrado termo de ajuste com esse órgão para o desenvolvimento institucional do SUS. Para ter acesso ao crédito, essas instituições, em caráter adicional aos recursos já pactuados com o MS, devem se comprometer a aplicar recursos próprios em novos projetos de relevância para aquele órgão no valor mínimo de 5% do valor financiado pelo BNDES. Já o subprograma Atendimento SUS abrange instituições que comprovem a prestação dos seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%. Existem cerca de 1.800 hospitais privados filantrópicos que prestam atendimento no âmbito do SUS.

Programa Nacional de Recuperação dos Hospitais Universitários (REHUF)

Os hospitais universitários federais (HUFs) são polo importante de atendimento ao SUS, além de contribuírem para a formação de profissionais da saúde e para a pesquisa no país. Criado

pelo Ministério da Educação, o Programa REHUF tem três eixos estratégicos de revitalização do sistema de saúde. Um deles é a modernização das práticas de gestão dos HUFs, garantindo melhores condições de planejamento da infraestrutura assistencial de acordo com as necessidades da população e a capacitação no âmbito da educação terciária em saúde. O BNDES dará apoio por meio da disponibilização de recursos para a aquisição de equipamentos de informática que permitam a implantação do Aplicativo para Gestão dos Hospitais Universitários (AGHU).

Área de Infraestrutura

No ano de 2010, foram aprovados 74 projetos na Área de Infraestrutura, com financiamento de R\$ 21,4 bilhões e investimentos de R\$ 70,1 bilhões. Desses projetos, 29 eram do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com apoio de R\$ 12,9 bilhões e investimentos de R\$ 28,3 bilhões.

Departamento de Energia Elétrica (DEENE)

Em 2010, o DEENE realizou 34 novas aprovações de crédito, com financiamento associado de R\$ 12,3 bilhões. Para o setor de energia elétrica, os desembolsos foram de R\$ 10,5 bilhões. Assim, mais uma vez o setor elétrico evidencia sua capacidade de prover à economia brasileira investimentos necessários à manutenção do crescimento do PIB.

No segmento de geração de eletricidade, foram aprovados R\$ 9,4 bilhões, para uma expansão de capacidade instalada de 2.070 MW. Em transmissão, o valor aprovado foi de R\$ 1,7 bilhão, dos quais R\$ 764,5 milhões de longo prazo, para expansão de 1.241 km do sistema interligado nacional, e R\$ 947,7 milhões em empréstimos-ponte para quatro concessões de transmissão. Para o segmento de distribuição, foi aprovado o valor de R\$ 1,2 bilhão de financiamento, destinado a sete concessionárias.

O principal destaque foi o projeto da Usina de Angra III, em que o BNDES financiará 58,6% do investimento total (R\$ 6,14 bilhões) e cuja potência instalada será de 1.405 MW. Entre os méritos do projeto, destacam-se os seguintes: (i) manutenção de elevado nível de investimentos na economia brasileira, nos próximos cinco anos; (ii) consolidação e aprimoramento da experiência tecnológica já absorvida pelo país na área nuclear; (iii) suprimento de equipamentos nacionais, orçados em R\$ 1,6 bilhão, movimentando a indústria de bens de capital; (iv) dinamização da economia local durante a construção da usina, com o aumento da demanda por bens e serviços; e (v) contribuição para a melhoria da qualidade do ar, graças ao fato de a energia nuclear não ser geradora de gases de efeito estufa.

Outra aprovação de crédito relevante foi a da Usina Termelétrica de Pecém II (R\$ 737 milhões), instalada no complexo industrial do porto do Pecém, no Ceará, com capacidade de 360 MW e investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental no valor de R\$ 2 milhões. A existência de parques térmicos faz-se necessária para garantir a disponibilidade de energia, sobretudo nos períodos de escassez de chuva.

Em relação às iniciativas de fomento às ações socioambientais no entorno de projetos de infraestrutura, destaca-se a suplementação de crédito à Usina Hidrelétrica de Estreito (1.087 MW). Incluem-se também R\$ 77,1 milhões para ações socioambientais adicionais nos municípios do entorno do projeto, que não estão contempladas nas exigências do licenciamento ambiental.

Departamento de Telecomunicações e Fontes Alternativas de Energia (DETEL)

Ao longo do ano de 2010, o DETEL aprovou 20 projetos, que representam investimentos totais de R\$ 3,3 bilhões e demandarão financiamento de R\$ 2,1 bilhões do BNDES. Já os desembolsos do período corresponderam a R\$ 3,2 bilhões.

Em 2010, os investimentos em telecomunicações representaram 33% dos projetos aprovados no departamento, atingindo R\$ 717 milhões. Já os desembolsos para o setor atingiram R\$ 1,7 bilhão, contemplando operadoras fixas e móveis, TV por assinatura e TV digital.

No segmento de energias alternativas (eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas), foram aprovados projetos no montante de R\$ 1,4 bilhão, o que representa uma capacidade instalada adicional de 424,7 MW. O valor desembolsado no período para os projetos desse segmento chegou a R\$ 1,5 bilhão.

Vislumbrando o potencial de crescimento da geração eólica no país e o adensamento da cadeia produtiva de fornecedores de equipamentos eólicos, novos fabricantes internacionais, além da Wobben Windpower, credenciaram-se na FINAME para o fornecimento de aerogeradores, dentro dos níveis mínimos de nacionalização exigidos pelo BNDES. O ingresso desses fabricantes (Alstom, IMPSA, GE, Gamesa, Siemens, Suzlon e Vestas) proporcionou maior competitividade ao setor de geração eólica nos leilões de venda de energia.

Entre as operações aprovadas no ano de 2010, destacam-se as realizadas com o grupo Renova Energia, no valor de R\$ 588 milhões, correspondendo a 175,5 MW, e com o grupo CPFL, no montante de R\$ 574 milhões, correspondendo a 188 MW.

Os parques eólicos a serem construídos pelo Grupo Renova estão localizados no semiárido baiano, perto dos municípios de Caetitê, Igaporã e Guanambi, todos com índice de desenvolvimento

humano (IDH) abaixo da média do Nordeste. Os projetos visam suprir a grande necessidade de investimentos sociais sustentáveis, para propiciar a criação de novos empregos, renda e melhores condições de vida para a população da região semiárida do Nordeste. A geração de energia apresenta-se, portanto, como mais uma alternativa para o desenvolvimento do semiárido brasileiro. Está incluído também no montante financiado o valor de R\$ 6,4 milhões referente a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental.

Os parques eólicos a serem construídos pelo grupo CPFL estão localizados no povoado de Três Irmãos, em uma região com IDH também abaixo da média do Nordeste, próximo do município de Parazinho e a cerca de 100 km de Natal, no Rio Grande do Norte.

Departamento de Logística e Transportes (DELOG)

Durante o ano de 2010, foram aprovadas 20 novas operações no DELOG, que representaram um financiamento de R\$ 7,0 bilhões, alavancando um investimento total de R\$ 14,7 bilhões.

Destacam-se os investimentos das concessões rodoviárias referentes à segunda etapa do programa federal, que correspondem a um financiamento de cerca de R\$ 1,6 bilhão em projetos previstos no PAC (rodovias Régis Bittencourt, Transbrasiliana e ViaBahia) e os investimentos relativos à segunda etapa do programa de concessões rodoviárias do estado de São Paulo, cujos financiamentos correspondem a R\$ 2,3 bilhões, concedidos às concessionárias CART (sistema Raposo Tavares), Ecovias (sistema Ayrton Senna/Carvalho Pinto) e Rota das Bandeiras (corredor D. Pedro I), que também tem previsão de investimentos sociais no seu entorno, no montante de R\$ 10 milhões. Nesse segmento, cabe destacar, ainda, que o BNDES vem atuando de forma conjunta com o mercado de capitais, por meio de operações de financiamento e emissão de debêntures de longo prazo, com o compartilhamento de garantias. Fomentou-se o desenvolvimento do *project bond*, ou seja, debêntures vinculadas a *project finance*.

No setor ferroviário, destaca-se a aprovação do apoio à construção de locomotivas e vagões na indústria nacional, com a utilização do Programa de Sustentação do Investimento, no montante de R\$ 0,7 bilhão.

No segmento portuário, está previsto o apoio adicional aos investimentos em terminais nos Portos de Itaguaí, Pecém, Santos e Rio Grande, no montante de R\$ 1,3 bilhão.

O desembolso anual teve um crescimento de 22% em relação ao ano de 2009 (R\$ 3,3 bilhões em 2010 e R\$ 2,7 bilhões em 2009),

impulsionado pelos desafios de ampliação e recuperação da infraestrutura logística do país, importante fator de competitividade brasileira.

O segmento de atuação em que houve maior participação relativa foi o ferroviário, com 35% dos desembolsos (R\$ 1,2 bilhão), o que reflete a importância do desenvolvimento desse modal na racionalização da matriz de transportes brasileira. Destacam-se os investimentos na construção da Nova Transnordestina e na ampliação da Ferronorte até Rondonópolis, ambos previstos no PAC, que permitirão maior desenvolvimento socioeconômico nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, além dos significativos investimentos em malha e material rodante das concessionárias ALL e MRS. O BNDES apoiou, também, os investimentos da Cosan, por intermédio da Rumo Logística, relativos à ampliação de capacidade na malha paulista da ALL, para o transporte de açúcar, com previsão de investimentos sociais no entorno do projeto, no valor de R\$ 2,5 bilhões.

O setor rodoviário contou com 32% dos desembolsos (R\$ 1,1 bilhão), por conta, principalmente, dos investimentos nas concessões rodoviárias federais, previstas no PAC, e dos investimentos no programa de concessões rodoviárias do estado de São Paulo, além do apoio direto aos estados, como contrapartida de investimento público.

O segmento de logística que apresentou maior crescimento relativo foi o portuário, com 390% a mais em relação a 2009. O desembolso de R\$ 0,9 bilhão (26% do total) ocorreu na ampliação da oferta de movimentação portuária para diversos tipos de carga: graneis agrícolas, contêineres e minério de ferro. Como destaques, ressaltam-se o apoio à implantação do Porto Sudeste (LLX), em Itaguaí, além da construção/modernização de outros terminais nos Portos de Santos, Pecém, Vitória e Rio Grande.

Finalmente, o segmento da navegação, que contou com R\$ 0,2 bilhão de créditos liberados (7% do total), recebeu investimentos na construção de novos navios graneleiros, porta-contêineres e rebocadores, todos previstos no PAC.

Adicionalmente, foram desenvolvidas ações prospectivas de novos e importantes projetos, juntamente com outras áreas do Banco.

Destacam-se os seguintes: a estruturação, em conjunto com a AEP, da operação de implantação do trem de alta velocidade (TAV), ligando o Rio de Janeiro a Campinas; também em conjunto com a AEP, a elaboração da Chamada Pública do Setor Portuário, para analisar e avaliar a organização institucional e a eficiência da gestão do setor portuário brasileiro; em conjunto com a ACE, a estruturação de um Fundo de Investimentos em Participações voltado especificamente para o segmento de logística, que deverá contar como gestores com o BR Capital e o Ilos Infra, especialista em logística; em conjunto com a AMC, a estruturação da forma de apoio ao projeto de expansão do Rodoanel de São Paulo, trechos

Sul e Leste, publicada anteriormente ao julgamento das propostas do concurso licitatório; e, em conjunto com a APE, o dimensionamento do investimento em logística para os próximos quatro anos (2011-2014).

Por fim, destaca-se que foram autorizados, em 2010, 153 saques nas contas vinculadas do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), referentes à construção e ao reparo de embarcações, totalizando R\$ 62,4 milhões.

Área de Insumos Básicos

Os desembolsos em 2010 da Área de Insumos Básicos (AIB) atingiram R\$ 35,5 bilhões, dos quais R\$ 24,8 bilhões relativos ao programa de capitalização da Petrobras. Dos R\$ 10,7 bilhões restantes, associados ao apoio efetivo a projetos de investimento, 33% foi liberado para o setor de petróleo e gás, 33% para as indústrias de base, 26% para química e petroquímica e 8% para o setor de papel, celulose e produtos florestais.

No exercício, foram aprovados 88 projetos com apoio total de R\$ 20,2 bilhões, correspondendo a investimentos de R\$ 35,0 bilhões. Do montante aprovado, 1,3% destina-se ao apoio de ações socioambientais. Destaque-se o projeto da Suzano referente à construção de unidade industrial de celulose branqueada de eucalipto, em Imperatriz (MA), com apoio socioambiental de R\$ 71,0 milhões.

Setor de indústrias de base

O setor mineiro-metalúrgico, com destaque para a siderurgia, e o parque minerador brasileiros encontram-se atualizados tecnologicamente, apresentando vantagens competitivas por toda a cadeia produtiva. Em 2010, a produção brasileira de aço bruto foi de 35 milhões de toneladas, registrando um aumento de cerca de 32% frente ao ano de 2009, que foi fortemente afetado pela crise mundial. A demanda mundial de minério de ferro manteve a tendência de forte crescimento apresentada nos últimos anos.

As operações aprovadas englobam projetos de expansão da capacidade produtiva de aços longos e planos; investimentos correntes e modernização de siderúrgicas e de unidades de produção de níquel e zinco; implantação de unidades de produção de cimento; e inovação tecnológica.

Setor químico e petroquímico

Em 2010, a indústria química teve uma participação de 2,6% no PIB brasileiro, representando o quarto maior setor da indústria de transformação. No plano global, a indústria química brasileira ocupa a oitava posição em faturamento.

O desembolso para o setor químico aumentou 40% em 2010, em consonância com a elevação dos investimentos do setor. Os principais projetos apoiados foram de modernização, implantação e ampliação de capacidade produtiva nos segmentos de petroquímica e fibras sintéticas, bem como o apoio a novos projetos de química verde, utilizando matérias-primas renováveis, e a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na indústria química.

No âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e do Fórum de Competitividade da Cadeia do Plástico, foi aprovado pelo BNDES o Programa Proplástico, voltado para as empresas transformadoras.

Setor de celulose, papel e produtos florestais

O Brasil manteve-se como o quarto produtor mundial de celulose, atrás apenas de Estados Unidos, China e Canadá.

Um dos projetos a ser destacado foi o da Suzano, no Maranhão, com investimento de R\$ 5,0 bilhões e apoio do BNDES de R\$ 2,7 bilhões, por meio de renda fixa, e de até R\$ 0,6 bilhão, por renda variável.

No setor de papel, um dos destaques foi a venda pela Fibria de sua participação na Conpacel para a Suzano. Outro ponto foi a forte expansão do consumo de papel no país, fruto do crescimento econômico e da expansão de renda.

No segmento de painéis de madeira, após um ano sem investimentos relevantes em 2009, em consequência do último ciclo de expansão do setor, a Berneck iniciou as obras de uma nova planta em Curitiba (SC), com apoio do BNDES de R\$ 178 milhões.

Houve ainda a aprovação de financiamento a projetos de modernização, investimentos florestais e de expansão de papel *tissue*.

Setor de petróleo, gás, cadeia produtiva de P&G e bens de capital sob encomenda

O panorama do setor de petróleo e gás (P&G) para os próximos anos indica uma perspectiva de forte crescimento dos investimentos, que deverá ser sustentada no longo prazo pela futura produção do pré-sal. Assim, o Brasil poderá alavancar o desenvolvimento de sua indústria de equipamentos e da cadeia produtiva de P&G.

Nesse contexto, foi aprovada a criação do Departamento da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás, que teve como principais atividades a gestão da Política de Desenvolvimento Produtivo de P&G, participação no Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), atuação com a Petrobras no estudo das necessidades da cadeia produtiva e realização de ações de fomento. Também foi iniciada a elaboração de programa do BNDES de apoio ao desenvolvimento da cadeia de fornecedores do setor de P&G.

A retomada de investimentos para a renovação da frota a serviço da Petrobras tem ajudado a fomentar o ressurgimento da indústria naval brasileira. Nos últimos anos, destaque-se a determinação de construção no Brasil dos petroleiros da Transpetro e de plataformas de perfuração e produção da Petrobras, bem como o estímulo à utilização de navios de bandeira brasileira, no caso da navegação de apoio marítimo *offshore*.

Como resultado, foi aprovado em 2010 o apoio à construção de 65 embarcações, incluindo 58 embarcações de apoio marítimo *offshore* e sete petroleiros. Esses últimos constituem o primeiro lote do Programa de Modernização e Expansão da Frota II (Promef II). Adicionalmente, foram aprovadas duas operações de financiamento a estaleiros.

Ao longo do ano, também foram definidas as condições de apoio do BNDES à construção, em estaleiros nacionais, de até 28 sondas de perfuração em águas ultraprofundas.

Quanto à inovação, o destaque foi a aprovação do apoio de R\$ 50 milhões à Vale Soluções em Energia, para o desenvolvimento de turbinas com tecnologia bicom bustível.

Área de Meio Ambiente

A Área de Meio Ambiente (AMA) realiza financiamentos a projetos de cunho ambiental, de natureza reembolsável e não reembolsável, operações de participação acionária, diretamente e por meio de participações em fundos de investimento, bem como suporta as demais unidades do BNDES no tocante à análise das questões ambientais inseridas nos diversos projetos apoiados pelo Banco.

Há que se destacar ainda que a gestão do Fundo Amazônia, atribuída ao BNDES por intermédio do Decreto 6.527/08, é conduzida por essa área.

A Área de Meio Ambiente é dividida em três departamentos, além da Gerência Executiva Jurídica.

Departamento de Meio Ambiente (DEMAM)

Responsável, entre outras atribuições, por fomentar, estruturar, contratar e acompanhar operações ambientais e de atividades sustentáveis não reembolsáveis, não relacionadas direta ou indiretamente ao Fundo Amazônia, tais como as operações da Iniciativa BNDES Mata Atlântica, e de pesquisa, desenvolvimento e inovação em meio ambiente. Também está a cargo do DEMAM prover suporte técnico às demais Unidades Fundamentais do BNDES nos aspectos ambientais das operações sob sua responsabilidade. Esse departamento é ainda responsável por elaborar e atualizar os guias de procedimentos socioambientais.

Principais atividades executadas pelo AMA/DEMAM em 2010:

Iniciativa BNDES Mata Atlântica

Em 2010, iniciou-se a análise dos 27 projetos de restauração florestal de áreas de preservação permanente ciliares e Unidades de Conservação, no âmbito da Iniciativa BNDES Mata Atlântica. A modalidade de apoio é não reembolsável e utilizam-se recursos do Fundo Social do BNDES. Três projetos foram aprovados ainda em 2010. Os projetos aprovados objetivam a restauração de: (i) matas ciliares na Fazenda Bulcão, em Aimorés (MG), e da Reserva Ecológica de Itapina, em Colatina (ES), apresentado pelo Instituto Terra; (ii) corredor biológico ligando o Parque Estadual do Morro do Diabo e da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, além de matas ciliares em oito assentamentos rurais, no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, projeto do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ); (iii) mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, em São Paulo, de matas ciliares dos rios Cachoeira, Turvo e seus afluentes, em Turvo (PR), e da Reserva Florestal Embrapa-Epagri, em Caçador (SC), coordenado pela The Nature Conservancy (TNC).

Inovação em meio ambiente

A carteira de projetos de apoio não reembolsável à pesquisa, desenvolvimento e inovação em meio ambiente totalizou R\$ 32,1 milhões, enquadrados com recursos do Fundo Tecnológico (Funtec) e distribuídos entre oito iniciativas relacionadas a tratamentos de efluentes e resíduos, tecnologias florestais e reduções de emissões.

Também foram desenvolvidos acordos de parceria e cooperação técnica com Inmetro e Embrapa com a finalidade de fomento à pesquisa científica e tecnológica em temas percebidos como estratégicos em meio ambiente no Brasil.

Política socioambiental

O BNDES desenvolveu atividades conforme os princípios e diretrizes estabelecidos no novo Protocolo Verde, compromisso de responsabilidade socioambiental firmado entre os bancos públicos em agosto de 2008, com a participação do Ministério do Meio Ambiente. Esse protocolo aborda os compromissos ligados às linhas e aos critérios de apoio socioambiental, assim como a cooperação com seus demais signatários, visando à harmonização de procedimentos, cooperação e integração de esforços na implementação dos compromissos.

Em 2010, o BNDES reformulou sua Política Ambiental, com o principal objetivo de incorporar a dimensão social. Tal iniciativa decorreu do processo de fortalecimento da abordagem integrada das dimensões social e ambiental na estratégia de atuação do BNDES, em consonância com o Planejamento Corporativo 2009-2014. A nova Política Socioambiental consolida as práticas já existentes na instituição em relação à dimensão social e incorpora os novos instrumentos que abordam as dimensões social e ambiental nas atividades relacionadas ao apoio financeiro do BNDES.

Políticas socioambientais setoriais

O BNDES estabeleceu políticas setoriais, com critérios de apoio específicos para determinados setores da economia. Esse processo iniciou-se em 2009, com o estabelecimento de critérios de apoio para os segmentos de pecuária bovina de corte e de geração termelétrica a carvão, óleo diesel ou combustível e gás natural. Já em 2010, foi criada a política socioambiental para o setor de açúcar e álcool, que, além de garantir a observância do Zoneamento Agroecológico da Cana nas operações de financiamento do setor, criou critérios de apoio adicionais aos estabelecidos na legislação, tais como a manutenção de um cadastro de fornecedores pelas usinas de processamento de cana.

Com o objetivo de ter uma atuação setorial complementar à fixação de critérios de apoio, a Diretoria do BNDES aprovou, em 2010, a criação dos Guias Socioambientais. Esses instrumentos têm como objetivo apoiar tecnicamente as unidades operacionais do Banco na análise socioambiental de projetos, por meio da sistematização dos riscos socioambientais intrínsecos à execução de determinada atividade econômica e da compilação de melhores práticas disponíveis para elevação do patamar de sustentabilidade dos diversos setores da economia.

Departamento de Operações de Meio Ambiente (DEOPE)

Responsável por fomentar, estruturar e acompanhar operações de renda variável, tanto de maneira direta quanto por meio de fundos de investimento com foco em meio ambiente, bem como propor a criação de programas de fundos de investimento que contemplem o apoio a projetos ligados ao meio ambiente. Além disso, analisa operações de financiamento para projetos voltados à eficiência energética, ao desenvolvimento tecnológico dirigido ao meio ambiente, à mitigação das mudanças climáticas, às florestas ou a outras atividades sustentáveis, bem como de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e daqueles que contribuam para o desenvolvimento dos mercados de carbono. Entre as suas atribuições está também a de estruturar novos produtos de mercado de capitais voltados para o meio ambiente.

Principais atividades executadas pelo DEOPE em 2010:

Renda variável

Operação direta: em dezembro de 2010, a BNDESPAR tornou-se acionista da Amata S.A., empresa do setor florestal especializada na produção de madeira certificada e produtos florestais oriundos do manejo sustentável de florestas nativas. A Amata concentrará suas atividades na Região Amazônica, onde já possui uma concessão pública para a realização de manejo florestal na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

Com o investimento na Amata, o BNDES amplia suas ações no combate às emissões e no sequestro de gases de efeito estufa, atuando inclusive como um complemento às ações em curso no âmbito do Fundo Amazônia. A operação contribui para o desenvolvimento de uma atividade produtiva, o manejo de florestas nativas, que, além de atuar na conservação da biodiversidade da Amazônia, preserva e atribui valor à floresta em pé, criando uma fonte de riqueza e de oportunidades, sobretudo para as populações que vivem nessas regiões e que tradicionalmente sobrevivem do desmate e de atividades predatórias.

A operação de capitalização envolveu, além da BNDESPAR, que deterá 13% do capital da companhia, três outros investidores, dos quais dois fundos de *private equity* brasileiros e o fundo alemão Aquila.

Fundos de investimento: o DEOPE é responsável, atualmente, pelo acompanhamento de três fundos de investimento: (i) o Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental; (ii) o Brasil Sustentabilidade Fundo de Investimento em Participações, constituído no âmbito do Programa BNDES Desenvolvimento Limpo para o apoio a projetos com potencial de gerar créditos de carbono; e (iii) o Vale Florestar Fundo de Investimento em

Participações, cujo objetivo é investir em empresas do setor florestal e financiar a implementação do Projeto Vale Florestar no sudeste do Pará. Os dois últimos entraram em atividade no ano de 2010.

O patrimônio comprometido dos três fundos é de cerca de R\$ 1,425 bilhão, dos quais cerca de R\$ 390 milhões são da BNDESPAR. Em 2010, os Comitês de Investimento dos três fundos, que contam com a participação de membros do BNDES e dos demais investidores, aprovaram o investimento em quatro empresas:

(i) Renova Energia S.A., que atua no setor de energia renovável, mais especificamente de energia eólica e PCH; (ii) Haztec Planejamento e Tecnologia Ambiental S.A., que atua no setor de consultoria e gestão ambiental; diagnóstico e remediação ambiental; gestão de resíduos: aterros sanitários, incineração, coprocessamento, exploração do gás; tratamento de efluentes, equipamentos e sistemas; (iii) Amata S.A., que atua no setor de manejo florestal (operação realizada em conjunto com a BNDESPAR e outros investidores); e (iv) Vale Florestar S.A., empresa que atua no setor florestal. No total, foram aprovados investimentos nessas empresas no valor de cerca de R\$ 462 milhões.

Em setembro de 2010, a Diretoria do BNDES aprovou a criação do Programa BNDES Empresas Sustentáveis na Amazônia, programa de seleção de gestor e estruturação de fundo de investimento com foco, por meio de renda variável, no apoio a empreendimentos produtivos sustentáveis na Região Amazônica. A operação procura agregar a experiência do BNDES em operações de mercado de capitais, particularmente na estruturação e acompanhamento de fundos de *private equity* e *venture capital*, com o conhecimento acumulado sobre a Amazônia, adquirido na experiência de gestão do Fundo Amazônia. A K&C Investimentos foi selecionada para ser a gestora do fundo a ser estruturado no âmbito do referido programa.

Produtos estruturados em mercado de capitais

Índice Carbono Eficiente (ICO₂): em dezembro de 2010, o BNDES e a BM&FBovespa lançaram oficialmente a primeira carteira teórica do Índice Carbono Eficiente (ICO₂) no Brasil. O lançamento internacional do (ICO₂) realizou-se em 7 de dezembro de 2010 durante a 16ª Conferência das Partes da ONU no México.

Estruturado a partir do IBrX 50, a metodologia de cálculo do ICO₂ considera a relação entre a emissão de gases de efeito estufa (GEE) das empresas e suas respectivas receitas na definição da composição da carteira teórica do índice. O ICO₂ será um importante instrumento econômico para estimular as maiores empresas brasileiras com ações em Bolsa a levantar e divulgar suas emissões de gases causadores do efeito estufa, primeiro passo para a adoção de práticas de gerenciamento das mesmas.

Além do impacto positivo nas empresas e no meio ambiente, o ICO₂ criará oportunidades para o desenvolvimento de produtos financeiros voltados aos investidores interessados nas questões ambientais, fator cada vez mais importante na avaliação dos investimentos.

Com a iniciativa do ICO₂, o BNDES e a BM&FBovespa dão importante passo para difundir uma cultura corporativa ambientalmente sustentável no mercado de capitais brasileiro, ajudando a preparar as empresas para o futuro em uma economia de baixo carbono.

Departamento de Gestão do Fundo Amazônia (DEFAM)

Responsável pela gestão do Fundo Amazônia, o que inclui fomento, estruturação e acompanhamento do desenvolvimento de projetos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento previstos na legislação aplicável ao Fundo Amazônia. O DEFAM exerce também as atividades de secretaria executiva do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e atua na captação de doações destinadas ao Fundo Amazônia. É responsável pela elaboração de relatórios de prestações de contas e gerenciais sobre as operações financiadas com recursos do Fundo Amazônia.

Carteira de projetos

Desde junho de 2009, com o recebimento das primeiras propostas, o Fundo Amazônia já aprovou 13 projetos, no valor total de R\$ 190 milhões, dos quais cinco em 2009 e oito em 2010. Os projetos, que em linhas gerais visam à contenção do desmatamento na Floresta Amazônica, estão sendo implantados em sete estados da região,

envolvendo mais de 200 municípios e beneficiando populações tradicionais como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, povos que habitam a floresta e dela tiram seu sustento.

Em sua concepção, os projetos aprovados têm abordagens distintas, mas com ações que contribuem direta ou indiretamente para reduzir a emissão de CO₂ decorrente da degradação e do desmatamento, sempre em linha com as políticas públicas de gestão ambiental. O conjunto de projetos atende aos critérios e mecanismos que preveem a participação social, o benefício final de pequenos empreendimentos de base comunitária e associativista, o pagamento por serviços ambientais e o fomento a atividades produtivas sustentáveis. São também contemplados o incentivo e o apoio à regularização ambiental e fundiária e à ampliação do monitoramento de propriedades rurais, a partir da construção de base de dados a ser disponibilizada ao setor público.

Número de projetos aprovados

Ano	Projetos aprovados	Valor do apoio (R\$)
2009	5	70,3 milhões
2010	8	119,9 milhões
Total	13	190,2 milhões

Projetos aprovados em 2010

Olhos d'Água da Amazônia – financiamento no valor de R\$ 2,7 milhões, destinado ao fortalecimento da gestão ambiental no município de Alta Floresta, localizado no estado do Mato Grosso, por meio das seguintes ações: realização do diagnóstico ambiental, viabilização do processo de registro de pequenas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR); e fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas, próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades.

Projeto do estado do Acre – financiamento no valor de R\$ 60 milhões, destinado a consolidar a estratégia de gestão territorial do estado, baseada no Zoneamento Ecológico-Econômico, e a fomentar as cadeias produtivas florestais e agroflorestais. Essa ação de fomento tem como objetivo reduzir o desmatamento nas áreas sob influência direta das obras da rodovia BR-364.

Projeto do estado do Amazonas – com valor financiado pelo BNDES de R\$ 20 milhões, tem como objetivo apoiar o fortalecimento da gestão ambiental por meio da regularização fundiária, o licenciamento ambiental da produção sustentável, a elaboração de normas técnicas para o CAR e a recuperação das áreas desmatadas. Essas ações serão realizadas nos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã, que estão sob intensa pressão de desmatamento.

Instituto Floresta Tropical (IFT) – no valor de R\$ 7,5 milhões, esse projeto prevê a realização de ações para qualificação de mão de

obra, disseminação das vantagens econômicas, sociais e ambientais, e geração e disseminação de conhecimento técnico do manejo florestal sustentável. As atividades realizadas no âmbito desse projeto estão localizadas nos estados do Amazonas, Pará e Rondônia.

Recupera Marcelândia – com apoio do BNDES de R\$ 669 mil, a Prefeitura de Marcelândia (MT) irá recuperar a mata ciliar no entorno de 50 nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missú e melhorar a infraestrutura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, equipando-a e capacitando seus empregados com objetivo de aperfeiçoar as ações de controle, fiscalização e prevenção do desmatamento na região.

Secretaria de Meio Ambiente do Pará – o financiamento no valor de cerca de R\$ 15,9 milhões visa contribuir para o fortalecimento da gestão ambiental no estado do Pará, por meio do provimento de instrumentos para emissão do CAR, da capacitação de recursos humanos e da estruturação física e operacional da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Universidade do Estado do Amazonas – com financiamento de R\$ 4,6 milhões, o projeto visa realizar o mapeamento social de 27 comunidades tradicionais da Amazônia.

Museu da Amazônia – o financiamento de R\$ 8,45 milhões tem como objetivo apoiar a implantação do Museu da Amazônia (Musa) e de um centro de treinamento para disseminar conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, ambos no estado do Amazonas.

Doação do governo da Alemanha

O BNDES e o banco alemão de desenvolvimento KfW assinaram contrato de doação de até € 21 milhões (equivalentes a US\$ 27,8 milhões). O acordo foi formalizado durante a 16ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-16), em Cancun, no México. A Alemanha é o segundo país a doar recursos para o Fundo Amazônia. O primeiro foi a Noruega, cujo contrato, assinado em 2009, prevê doações de US\$ 1 bilhão até 2015. Se a primeira doação sinalizou a confiança da Noruega no projeto, a adesão da Alemanha demonstrou a aprovação ao trabalho que vem sendo realizado pelo Fundo Amazônia.

Prêmio Alide Verde

O Fundo Amazônia recebeu o Prêmio Alide Verde, em cerimônia realizada durante a 40ª Reunião Anual da Assembleia Geral da Alide. A Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo (Alide), órgão representativo dos bancos públicos de desenvolvimento da região, incluiu no Prêmio Alide a categoria “Alide Verde” como forma de incentivar seus membros

a implementar estratégias de financiamento a projetos “verdes”. Essa categoria especial visa reconhecer as iniciativas financeiras para o combate e a adaptação às mudanças climáticas, que são, segundo essa organização, uma das principais ameaças para o crescimento da América Latina e Caribe, e, portanto, um dos grandes desafios do sistema financeiro latino-americano.

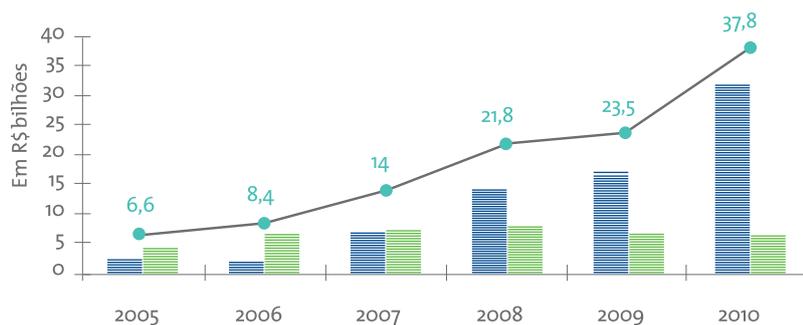
Área de Mercado de Capitais

Giro e remuneração da carteira de renda variável atingem recorde em 2010

Em 2010, a carteira de investimentos de renda variável do Sistema BNDES apresentou expressiva remuneração, que inclui dividendos, juros sobre o capital próprio e juros e prêmios de debêntures, no total de R\$ 4,6 bilhões no ano, volume recorde da série, que representa 4,2% do valor médio de mercado da carteira.

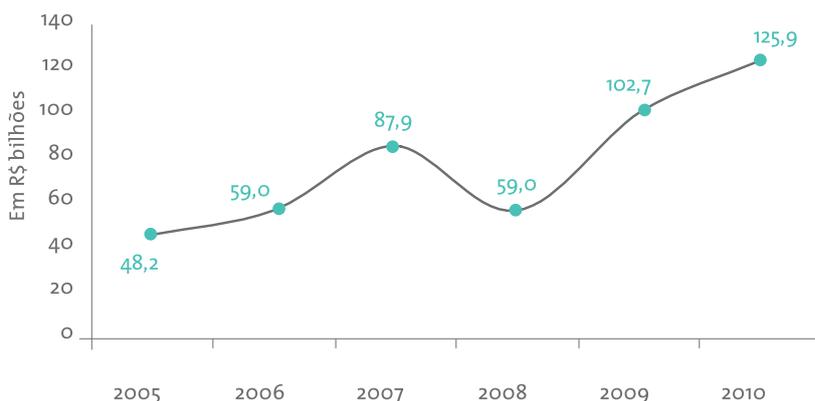
O giro da carteira de renda variável também foi destaque, novamente superando o ano anterior, ao passar de R\$ 23,5 bilhões, em 2009, para R\$ 37,8 bilhões, em 2010. O resultado foi puxado pelo investimento realizado na capitalização da Petrobras, reforçando a representatividade da carteira de renda variável perante os ativos totais do Sistema BNDES.

Carteira de renda variável – investimentos/desinvestimentos/giro



Como resultado dos fortes investimentos dos últimos anos e da valorização dos ativos, o valor de mercado alcançou aproximadamente R\$ 126 bilhões, conforme a evolução ilustrada a seguir.

Carteira de renda variável – evolução do valor de mercado



No âmbito da carteira da BNDESPAR, o Sistema BNDES estava representado, no fim do ano, em 10 conselhos fiscais, 31 conselhos de administração e 33 comitês de fundos de investimento, bem como era signatário de acordos de acionistas em 58 das 152 empresas em que mantinha participação acionária, contribuindo para a melhoria da transparência e da governança das empresas apoiadas.

Composta de um Departamento de Investimentos, dois Departamentos de Acompanhamento de Empresas, um Departamento de Mercado de Capitais, um Departamento Jurídico e uma Gerência de Controle, a Área de Mercado de Capitais (AMC) atua no fomento e na estruturação de apoio financeiro por meio de participações acionárias, debêntures conversíveis/permutáveis, fundos de investimentos e outros instrumentos de renda variável, em conjunto com as demais áreas do Banco. Além disso, é responsável pelo acompanhamento de grandes empresas que integram a carteira da BNDESPAR e pelo desinvestimento desses ativos em ofertas estruturadas, leilões e vendas em pregão.

Adicionalmente, além da carteira da BNDESPAR, a AMC administra as carteiras de renda variável do FPS, FGI e BNDES/FINAME, esta última depositada no Fundo Nacional de Desestatização (FND), segundo o Decreto 1.068/1994, as quais encerraram o ano com a seguinte posição:

Carteiras de renda variável

	BNDESPAR		FPS		FGI		BNDES		AMC*	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Número de empresas	189	198	35	41	7	7	32	31	158	167
Número de fundos	38	31	-	1	-	-	-	-	2	2
Valor de mercado (em R\$ bilhões)	118,5	102,7	1,26	1,75	0,65	0,7	7,4	0,6	126,0	104,0

* A AMC acompanha as grandes empresas da carteira da BNDESPAR, assim como as empresas que integram as carteiras do FPS, FGI e BNDES/FINAME (Decreto 1.068/94).

Principais operações e atividades

Entre as operações realizadas pela AMC em 2010, podem ser destacadas as seguintes, no âmbito dos respectivos setores econômicos:

Alimentos. As operações no setor foram marcadas pelo apoio a estratégias de consolidação setorial e internacionalização. Destaca-se o investimento de R\$ 2,5 bilhões na Marfrig, por meio de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações ordinárias, visando apoiar a aquisição da Keystone e o reforço da estrutura de capital da companhia. Ressalte-se que a companhia comprometeu-se em contrato a cumprir os compromissos previstos na Resolução BNDES 1.854/09, a qual visa induzir a adoção das melhores práticas socioambientais, não somente no âmbito das atividades de frigorífico, mas também em toda a cadeia de fornecedores.

Logística e transportes. Destaca-se o investimento de R\$ 200 milhões, por meio de participação acionária adquirida em oferta pública de ações ordinárias, no grupo EcoRodovias, com objetivo de financiar a aquisição e o desenvolvimento de novos negócios e de projetos de infraestrutura logística integrada, inclusive oportunidades no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. Vale destacar também o ingresso, em outubro de 2010, da primeira companhia do setor de logística no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, a América Latina Logística (ALL), que contou com a participação ativa da BNDESPAR, como acionista relevante e signatária do seu acordo de acionistas.

Petróleo, gás e petroquímica. O sistema BNDES participou da capitalização da Petrobras ocorrida em setembro de 2010, investindo R\$ 24,7 bilhões em ações preferenciais e ordinárias por meio da oferta pública da companhia, de forma a apoiar o plano de investimentos da companhia, que totaliza US\$ 224 bilhões entre 2010 e 2014. No setor petroquímico, destaca-se o investimento, por meio de aumento de capital, de R\$ 240 milhões em ações preferenciais da Braskem, no contexto da aquisição da Quattor (antiga controladora da Rio Polímeros). A operação permitiu a consolidação do setor petroquímico nacional e o posicionamento da Braskem como a maior empresa petroquímica das Américas em capacidade de resinas termoplásticas.

Biocombustíveis. Nesse setor, destaca-se o investimento de R\$ 250 milhões em ações ordinárias da Brenco *Holding S.A.*, por ocasião da associação com a ETH Bioenergia. O aporte contribuiu para o surgimento de uma nova companhia (com a mesma denominação ETH Bioenergia), que deverá ser uma das líderes em produção de etanol e cujo porte permitirá maior acesso aos mercados de capitais, relevantes ganhos de sinergia e melhor posicionamento perante movimentos estratégicos do setor.

Outras operações de investimento/desinvestimento. A BNDESPAR realizou investimento de R\$ 1,1 bilhão na Hypermarchas, por meio da aquisição de debêntures simples de emissão da companhia, acopladas a bônus de subscrição de ações, com objetivo de reforçar sua estrutura de capital, apoiar a estratégia de crescimento e o plano de aquisições, em especial a aquisição da farmacêutica NeoQuímica, apoiando a consolidação da indústria farmacêutica nacional, de acordo com as orientações da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

No âmbito do Programa de Apoio a Ofertas Públicas de Debêntures, o BNDES subscreveu debêntures simples de várias companhias em ofertas públicas, investindo R\$ 1 bilhão no ano, principalmente em companhias do setor elétrico e de concessões rodoviárias. Em dezembro de 2010, os ativos dessa carteira totalizavam uma posição de R\$ 2,1 bilhões.

Com relação às operações de desinvestimento, que alcançaram um total de R\$ 5 bilhões em monetizações, destacam-se as vendas pulverizadas em pregão da BM&FBovespa no montante de R\$ 2,2 bilhões e a alienação de ações ordinárias do Banco do Brasil, no total de R\$ 1,5 bilhão, em oferta pública realizada em conjunto com o próprio BB, alcançando o objetivo de elevar o capital em circulação (*free float*) das ações do banco para acima de 25%, percentual mínimo exigido pelas regras do segmento Novo Mercado da BM&FBovespa. A oferta pública atraiu mais de 100 mil investidores pessoas físicas.

Iniciativas socioambientais

Como regra, as companhias postulantes a apoio financeiro mediante a utilização de instrumentos de renda variável passam por uma análise ampla da regularidade ambiental. Nessa análise, são exigidas as licenças ambientais de todos os projetos da companhia, e não apenas aqueles apoiados pelo Sistema BNDES.

Com relação às companhias que já fazem parte da carteira de investimentos da BNDESPAR e nas quais esta tem assento no Conselho de Administração, a atuação e a influência dos conselheiros indicados pelo Sistema BNDES, em linha com as prioridades e diretrizes estratégicas do próprio Banco, traduzem-se em incentivos a práticas e projetos de cunho socioambiental nos setores de atuação dessas empresas, além das atribuições legais regulares que os conselheiros têm.

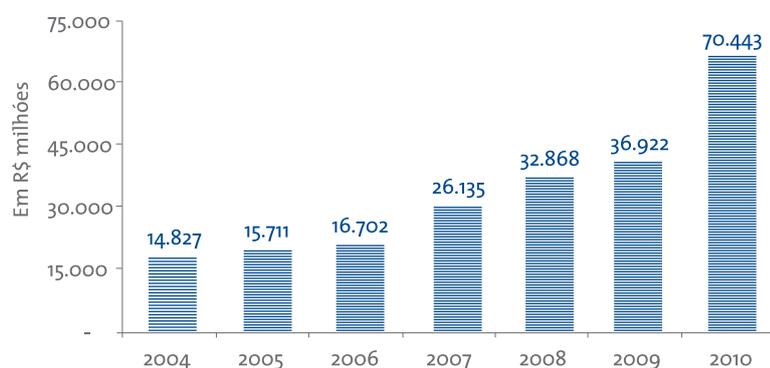
No setor de pecuária bovina (abate e/ou fabricação de produtos de carne), além de todos os requisitos legais, a companhia postulante deve atender a diretrizes e critérios socioambientais definidos na Resolução 1.854/2009 – BNDES, de 27 de outubro de 2009. A resolução visa induzir a adoção das melhores práticas socioambientais, não só no âmbito da atividade do frigorífico, mas também em toda a cadeia de fornecedores. A resolução prevê, ainda, a apresentação de relatórios semestrais de auditoria independente para o acompanhamento do atendimento dos compromissos assumidos e de outras cláusulas socioambientais.

Área de Operações Indiretas

A Área de Operações Indiretas (AOI) é responsável pelo financiamento à aquisição ou à produção de máquinas e equipamentos e a projetos de investimento no valor de até R\$ 10 milhões, por intermédio de agentes financeiros credenciados no BNDES.

Os desembolsos totais da AOI alcançaram R\$ 70,4 bilhões em 2010, com uma participação de 41,8% do total desembolsado pelo BNDES e com um crescimento de 90,8% em relação a 2009.

Desembolsos da AOI



Os desembolsos distribuem-se por regiões, porte de empresas e diversos setores, conforme o perfil do beneficiário. A ênfase é dada ao atendimento às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) por meio de diversas modalidades de produtos administrados pela área: BNDES Finame (financia a produção e a comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES e capital de giro associado); BNDES Finame Leasing (destinado a operações de arrendamento mercantil); BNDES Finame Agrícola (máquinas e equipamentos destinados ao setor agropecuário); BNDES Automático (projetos de investimento de até R\$ 10 milhões); e Cartão BNDES (crédito rotativo voltado a micro, pequenas e médias empresas); além dos Programas Agrícolas do governo federal.

Produtos

Em 2010, o principal destaque em relação ao ano anterior foi o BNDES Finame, com taxa de crescimento de 126,1% no período, seguido pelo BNDES Finame Agrícola, com crescimento de 90,6%, e pelos Programas Agrícolas, com 84,1%. Em termos absolutos, o destaque foi, também, o BNDES Finame, por conta das operações com o Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

Essa modalidade de produto registrou um crescimento de R\$ 26,1 bilhões nos desembolsos, saltando de R\$ 20,7 bilhões, em 2009, para R\$ 46,8 bilhões, em 2010.

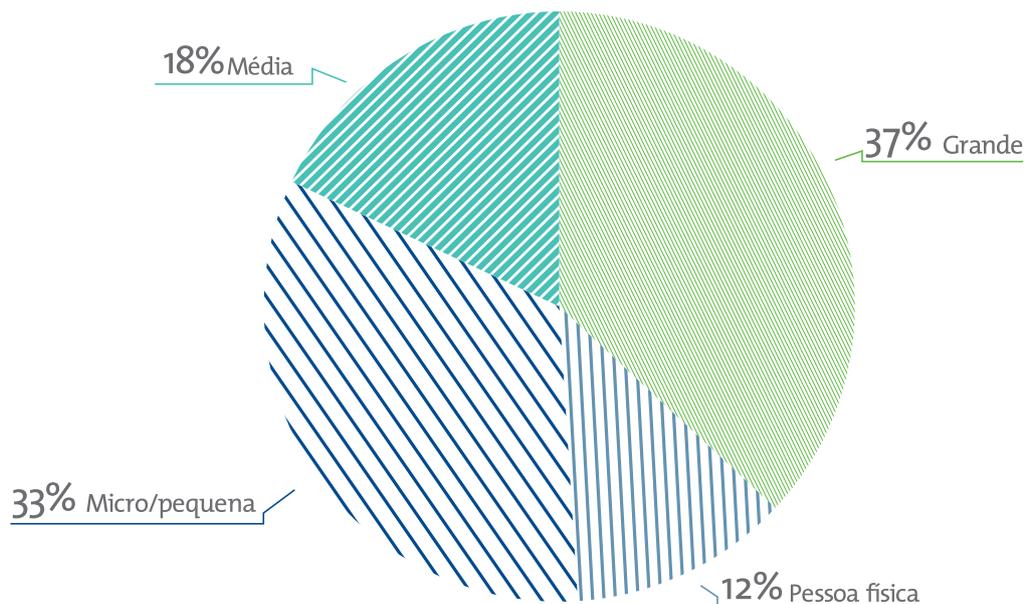
Desembolsos da AOI por produto (em R\$ milhões)

Produto	2009	%	2010	%	Δ%
BNDES Finame	20.678	56,0	46.759	66,4	126,1
BNDES Finame Agrícola	2.814	7,6	5.361	7,6	90,6
BNDES Finame Leasing	636	1,7	601	0,9	-5,4
BNDES Automático	6.354	17,2	6.117	8,7	-3,7
Programas Agrícolas	3.961	10,7	7.290	10,3	84,1
Cartão BNDES	2.479	6,7	4.314	6,1	74,1
Total da AOI	36.922	100	70.442	100	90,8

Porte

Os desembolsos direcionados às pessoas físicas e às micro, pequenas e médias empresas alcançaram, em 2010, R\$ 44,5 bilhões, com um crescimento de 94,0% em relação ao ano anterior. Apesar das contínuas ações de fomento às operações com pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas promovidas pela AOI, sua participação nos desembolsos da área manteve-se praticamente estável, em torno de 63% dos desembolsos totais.

Distribuição dos desembolsos da AOI por porte (2010)



Equipamentos

Os desembolsos para máquinas e equipamentos por meio dos produtos BNDES Finame, BNDES Finame Leasing e BNDES Finame Agrícola representaram 74,8% do total dos desembolsos da AOI em 2010 (R\$ 52,7 bilhões, num total de R\$ 70,4 bilhões). Por conta da recuperação da economia brasileira, todos os grupos (transporte, não transporte e agrícolas) apresentaram crescimento superior a 100% nos desembolsos, em relação ao ano anterior, com destaque para equipamentos não transporte, que teve crescimento de 166,1% no período.

Desembolsos da AOI por equipamentos: BNDES Finame,
BNDES Finame Leasing e BNDES Finame Agrícola (em R\$ milhões)

Equipamentos	Desembolsos				
	2009	%	2010	%	Δ %
Transporte	14.955,6	62,0	29.954,6	56,8	100,3
Caminhão	11.760,2	48,7	24.220,9	45,9	106,0
Ônibus	2.785,8	11,5	4.311,0	8,2	54,7
Aeronaves	139,7	0,6	666,5	1,3	376,9
Outros	269,9	1,1	756,3	1,4	180,2
Não transporte	5.855,7	24,3	15.584,3	29,6	166,1
Máquinas rodoviárias	1.559,1	6,5	3.730,2	7,1	139,3
Caldeiraria	283,9	1,2	1.144,2	2,2	303,1
Máquinas-ferramenta	517,0	2,1	1.100,3	2,1	112,8
Máquinas para movimentação de carga	416,6	1,7	1.066,4	2,0	156,0
Outros	3.079,2	12,8	8.543,2	16,2	177,4
Equipamentos agrícolas	3.316,2	13,7	7.182,8	13,6	116,6
Tratores agrícolas	1.185,5	4,9	2.452,6	4,7	106,9
Implementos agrícolas	803,9	3,3	2.157,0	4,1	168,3
Colheitadeiras	952,4	3,9	1.517,9	2,9	59,4
Outros	374,4	1,6	1.055,3	2,0	181,8
Total	24.127,6	100,0	52.721,7	100,0	118,5

Nota: Os dados referentes aos totais foram obtidos por soma, considerando-se todas as casas decimais.

Atendimento ao cliente

Pelos canais de comunicação utilizados, os clientes da AOI tomam ciência do andamento de suas operações, esclarecem dúvidas sobre as normas dos diversos produtos e programas operacionalizados pela área e se informam sobre os procedimentos necessários para a realização das operações e os credenciamentos de produtos e fabricantes no BNDES Finame e no Cartão BNDES. Toda a equipe técnica da AOI subsidia as respostas às questões que necessitam de mais aprofundamento.

Em razão das diversas campanhas publicitárias para divulgar os produtos e programas da AOI, especialmente aquelas direcionadas à promoção do Cartão BNDES, o número de atendimentos em 2010 registrou aumento de 62,5% em relação ao ano de 2009.

Número de atendimentos pelo AOI/DESCO por assunto

Assunto	2010
Cartão geral (não senha)	208.642
Cartão senha	62.772
Posição de liberação	528.856
Credenciamento	12.359
Outros/não classificados	59.730
Total	872.359

Ações de fomento

O Departamento de Relacionamento com Agentes Financeiros e Outras Instituições (DERAI) tem como objetivos o fomento dos produtos e programas do BNDES, o treinamento de agentes financeiros e o contato com parceiros que possam contribuir para a disseminação de informações sobre as linhas de financiamento do Banco.

Os eventos incluem ações de fomento, treinamento, palestras, feiras e outros tipos de atividades, como reuniões com parceiros ou entidades representativas. No ano de 2010, foram realizados 107 eventos em 65 municípios, de 15 unidades federativas.

Número de eventos em 2010 e comparação com 2009

Evento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total 2010	Total 2009	Evolução (em %)
Ação de fomento	-	2	2	-	3	-	2	-	-	1	-	-	10	19	-47,4
Feira	-	-	-	3	2	2	2	1	2	1	-	-	13	15	-13,3
Palestra	-	4	10	2	18	19	1	-	1	4	9	1	69	55	25,5
Treinamento	1	-	2	-	2	1	2	2	2	-	2	1	15	11	36,4
Total	1	6	14	5	25	22	7	3	5	6	11	2	107	100	7,0

Público dos eventos em 2010 e comparação com 2009

Evento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total 2010	Total 2009	Evolução (em %)
Ação de fomento	-	49	107	-	8	-	73	-	-	25	-	-	262	89	194,4
Feira	-	-	-	536	501	230	337	19	194	102	-	-	1.919	1.232	55,8
Palestra	-	255	1.513	235	2.156	1.638	42	-	65	224	767	50	6.945	7.017	-1,0
Treinamento	18	-	57	-	61	80	45	122	56	-	55	33	527	463	13,8
Total	18	304	1.677	771	2.726	1.948	497	141	315	351	822	83	9.653	8.801	9,7

Postos de informações

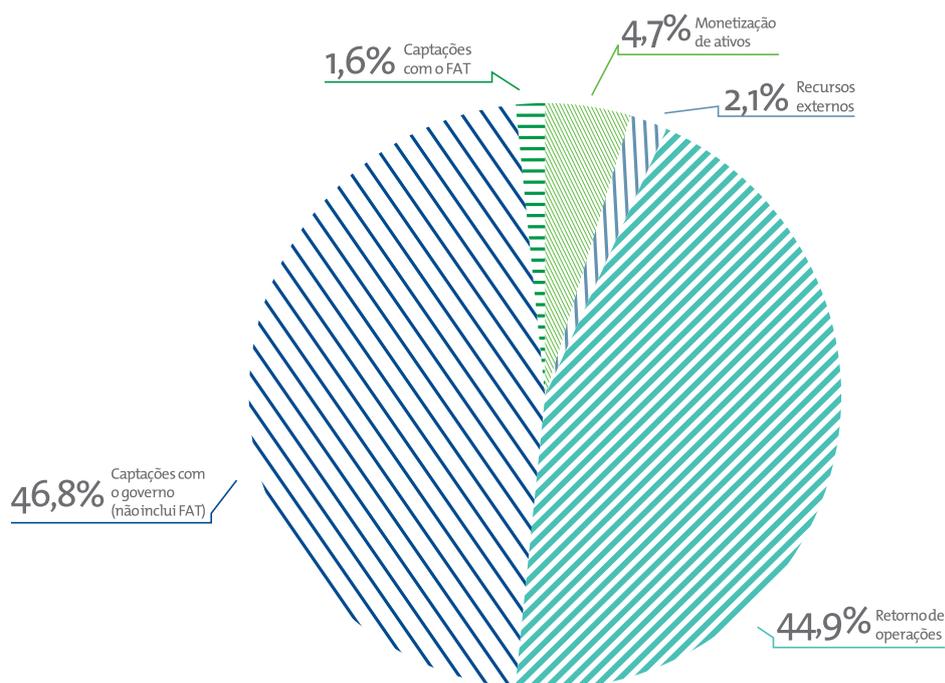
A principal parceria externa do DERA são os Postos de Informações. São 55 postos, distribuídos por 25 unidades federativas, responsáveis por prestar atendimento ao empresariado local (sobretudo às MPMEs), esclarecer suas dúvidas e informar quais produtos e programas atendem com mais precisão às suas necessidades de investimentos. No conjunto, os postos foram responsáveis por mais de 9.000 atendimentos individuais, representando um aumento de 10% em relação ao ano anterior. Além disso, têm papel fundamental na grande maioria das ações de fomento realizadas pela AOI/DERAI, por meio da identificação de oportunidades de fomento, do apoio material e logístico, ou como palestrantes em seminários, encontros e feiras.

Área Financeira

Fluxo de caixa

Os recursos líquidos gerados pelo BNDES em 2010 foram de cerca de R\$ 172,1 bilhões, distribuídos de acordo com o gráfico a seguir.

Contribuição líquida das fontes de recursos (2010)



Fonte: BNDES.

Nota: O retorno de operações de crédito é o recebimento do serviço de créditos, sem distinção das fontes de recursos. Da contribuição líquida das fontes, foram deduzidas as saídas das fontes correspondentes. Saídas sem uma correspondência bem definida foram descontadas de maneira proporcional às contribuições líquidas listadas.

As captações com o governo destacaram-se como a principal fonte de recursos em 2010, participando com 46,8% da geração líquida de recursos e como a fonte adicional que tornou possível a realização de volume de desembolsos recorde.

O retorno de operações de crédito representou a segunda maior contribuição, com 44,9% da geração de recursos em 2010, o que evidencia a importância do volume e da qualidade da carteira de crédito do Banco para financiar o orçamento de desembolsos.

A receita líquida proveniente dos rendimentos e da monetização de ativos de renda variável e renda fixa e os recursos externos representaram, respectivamente, 4,7% e 2,1% da geração líquida de recursos em 2010.

Finalmente, a contribuição líquida do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), expressa pelas entradas de novos recursos descontadas do serviço da respectiva dívida, representou 1,6% da geração líquida de caixa do BNDES.

Estrutura de capital (DEPCO)

Das fontes de recursos que compõem a estrutura de capital, destaca-se o peso das de origem governamental, que representam a parcela predominante da estrutura de financiamento. Desde 2009, com a entrada dos recursos captados ao amparo da Lei 11.948/09, no total de R\$ 100 bilhões, o Tesouro Nacional tornou-se o principal credor do BNDES, seguido pelo FAT. Em 2010, foram captados outros R\$ 105 bilhões.

A decomposição da estrutura de capital antecipa, com algum grau de incerteza e de defasagem temporal, a estrutura de fontes do retorno de crédito.

Fontes de recursos do Sistema BNDES (saldo em 31 de dezembro)

Fonte de recursos	2010		2009	
	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%
Tesouro Nacional	253.058	46,1	144.213	37,4
FAT	132.263	24,1	122.497	31,8
PIS-Pasep	30.828	5,6	30.043	7,8
Empréstimos no exterior	19.778	3,6	16.463	4,3
Outros	47.194	8,6	44.624	11,6
Patrimônio líquido	65.899	12,0	27.628	7,2
Passivo total	549.020	100,0	385.468	100,0

Captação com o Tesouro Nacional

Em 2010, o BNDES captou R\$ 104,75 bilhões com o Tesouro Nacional, sob a forma de títulos públicos federais, dos quais R\$ 80 bilhões autorizados pela Lei 12.249/2010 e R\$ 24,75 bilhões pela Medida Provisória 505/2010. O custo de captação em ambos os casos foi referenciado à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de recursos do FAT no BNDES era de R\$ 132,25 bilhões. Desse total, R\$ 110,68 bilhões constituíam o saldo do FAT Constitucional e R\$ 21,57 bilhões, o saldo do FAT Depósitos Especiais.

Ao longo de 2010, ingressaram no BNDES R\$ 12,23 bilhões de recursos novos oriundos do FAT, dos quais R\$ 11,38 bilhões do FAT Constitucional e R\$ 850 milhões do FAT Depósitos Especiais (R\$ 750 milhões alocados no Programa FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas e R\$ 100 milhões no Pronaf Investimento).

Fundo PIS-Pasep e FSA

Em 31 de dezembro de 2010, o total de recursos do Fundo PIS-Pasep no BNDES era de R\$ 30,8 bilhões. Ao longo de 2010, o BNDES recebeu o valor total de R\$ 342,9 milhões de comissões, incluindo taxa de risco e comissão de administração, referente à aplicação dos recursos do fundo.

O saldo de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) no BNDES era de R\$ 46,8 milhões, em 31 de dezembro de 2010. Ao longo de 2010, ingressaram no BNDES R\$ 5,1 milhões de recursos novos oriundos do FSA, para aplicação em programa destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual.

Captações por meio de debêntures

Em dezembro, a BNDESPAR concluiu a sua quinta e maior oferta pública de debêntures simples com foco na distribuição pulverizada, inclusive com pequenos investidores (varejo). A emissão teve volume de R\$ 2,025 bilhões e alcançou a expressiva demanda de R\$ 5,5 bilhões pelos papéis, dos quais mais de R\$ 3 bilhões foram direcionados para a grande inovação da oferta: a série flutuante estruturada como operação piloto da “Libor brasileira”.

As debêntures foram emitidas em três séries: a primeira, no valor de R\$ 500 milhões, tem remuneração prefixada de 12,51% a.a.; a segunda, no valor de R\$ 1 bilhão, tem remuneração flutuante trimestralmente (Libor brasileira), que equivalerá à taxa prefixada negociada do contrato de DI Futuro de três meses acrescido de 0,30% a.a.; e a terceira, no valor de R\$ 525 milhões, pagará juros de 6,2991% a.a., acrescidos de atualização monetária pelo IPCA. A primeira e a segunda séries vencerão em janeiro de 2014 e a terceira série tem vencimento em janeiro de 2017.

Essa operação, principalmente pelo forte caráter inovador na sua estruturação, cumpriu mais uma vez os objetivos do BNDES de contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais e consolidar a parceria com os participantes de mercado no propósito de abrir novos canais de financiamento do desenvolvimento.

Operações de proteção financeira no mercado local (DEFIX e DEPOL)

Em 2010, foram executadas diversas operações de *hedge* por meio de instrumentos derivativos na BM&FBovespa e em instituições financeiras locais. No fim desse ano, a posição detida pelo BNDES em derivativos alcançava cerca de R\$ 10,7 bilhões.

Aplicação das normas internacionais de contabilidade (IFRS)

Em 31 de dezembro de 2010, o BNDES concluiu seu primeiro conjunto de demonstrações contábeis preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) – normas internacionais de contabilidade –, atendendo ao Comunicado Bacen 14.259/06 e à Resolução Bacen 3.786/09. Foi um desafio que envolveu grandes esforços, não só de empregados da instituição como também de consultores e auditores independentes. Os principais impactos, líquidos dos respectivos efeitos tributários, resultaram da aplicação do IAS 28 – Investimentos em Coligadas, do IAS 12 – Impostos sobre a Renda e do IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Outro aspecto que mereceu atenção foi o atendimento ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação, que alterou qualitativa e quantitativamente as informações sobre instrumentos financeiros a serem divulgadas. A Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do BNDES apresenta os principais efeitos de forma detalhada.

No mesmo caminho, a BNDESPAR concluiu o processo de implementação dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM para aplicação obrigatória em 2010. Os principais impactos, líquidos dos respectivos efeitos tributários, resultaram da aplicação dos CPCs 38, 15 e 18 e estão representados por: (a) ajuste a valor justo da carteira de participações societárias em não coligadas, as quais passaram a ser classificadas como “disponíveis para venda”; e (b) designação a “valor justo através do resultado” das debêntures com derivativos embutidos. A Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis da BNDESPAR apresenta os principais efeitos de forma detalhada.

Área Industrial

Em 2010, a indústria brasileira apresentou forte recuperação, após o impacto sofrido em 2009 em função da crise financeira internacional. Nesse período, a atuação da Área Industrial (AI) teve como foco o apoio à ampliação da oferta e à promoção de uma estrutura produtiva diversificada, sustentável e competitiva, desempenhando papel de destaque no suporte à inovação.

Os desembolsos da área atingiram R\$ 16,5 bilhões em 2010, dos quais R\$ 11,4 bilhões foram de renda fixa e R\$ 5,1 bilhões de renda variável. Ainda em 2010, a Diretoria do BNDES aprovou operações de apoio financeiro que totalizaram R\$ 18,2 bilhões. Desembolsos em inovação tecnológica somaram R\$ 654 milhões.

Entre os setores, destaca-se a agroindústria, que obteve a maior participação nos desembolsos em renda variável (74%) e no total da área (33%). Em renda fixa, o setor sucroenergético teve a maior

participação nos desembolsos de renda fixa (34%), seguido de perto pelo setor de bens de consumo e comércio e serviços (26%).

Em relação ao setor agroindustrial, cujos desembolsos atingiram R\$ 5,9 bilhões em 2010, foi dada continuidade ao apoio à implantação, à ampliação e à modernização de unidades industriais para empresas privadas e cooperativas de produção agropecuária, com atuação em diversos segmentos (frangos, suínos, grãos, laticínios etc.). Destaque para a atuação conjunta com as Áreas de Meio Ambiente e Mercado de Capitais, no fomento de adoção de melhores práticas socioambientais por parte dos frigoríficos de bovinos, e com a Área de Capital Empreendedor, no apoio à consolidação do setor de laticínios brasileiro.

No âmbito da indústria pesada, foram apoiados projetos de modernização e ampliação de indústrias do setor de máquinas e equipamentos, cujo efeito benéfico impacta os demais segmentos da economia nacional. Também foi apoiado projeto de internacionalização, por meio do financiamento à implantação de unidade industrial no exterior, atestando a competitividade de parte das indústrias do setor. O apoio do BNDES também contribuiu para aumentar a competitividade da indústria automobilística nacional, financiando investimentos fixos e em engenharia relacionados ao lançamento de diversos modelos de veículos leves e pesados, além do desenvolvimento de motores, visando à melhoria do desempenho ambiental. Os projetos aprovados no Programa BNDES Proengenharia somaram R\$ 533 milhões em financiamento, com investimentos totais de R\$ 1,2 bilhão.

Em relação ao complexo eletrônico, a área apoiou a inovação das empresas por meio do Fundo Tecnológico (BNDES Funtec), das Linhas de Inovação – Capital Inovador, Inovação Tecnológica e Inovação Produção – e do Programa BNDES Prosoft Empresa. No ano de 2010, a carteira de inovação no setor somou 103 operações aprovadas ou contratadas, representando um comprometimento total de recursos de R\$ 1,9 bilhão.

No setor sucroenergético, houve significativo aumento do apoio do BNDES, o que pode ser evidenciado pelo crescimento dos desembolsos, que superaram R\$ 7,5 bilhões, dos quais R\$ 4 bilhões de forma direta, cifra quase 20% superior ao ano passado. Tal crescimento demonstra que os fundamentos de longo prazo do setor continuam válidos e, conseqüentemente, o apetite dos investidores pelo setor sucroenergético se manteve. Tais investimentos, que se destinaram principalmente à ampliação e à implantação de unidades de processamento de cana-de-açúcar, também foram motivados, em boa medida, pelo maior interesse na expansão da produção de bioeletricidade com base no bagaço da cana, o que tem viabilizado maior participação de uma fonte renovável na matriz elétrica brasileira.

Os setores de bens de consumo e comércio e serviços compreendem uma grande diversidade de segmentos apoiados pelo BNDES, com uma característica marcante: a intensa geração de empregos formais, em especial o primeiro emprego. O ano de 2010, cujos desembolsos somaram R\$ 3,0 bilhões, foi marcado pela retomada dos investimentos pelas empresas do segmento de bens-salário, após a desaceleração de 2009. Além disso, destacaram-se os desembolsos para os segmentos de varejo e *shopping centers*, que superaram R\$ 1,5 bilhão, impulsionados pelo aumento significativo do consumo no país.

No âmbito do complexo industrial da saúde, merece destaque a aprovação de projetos de inovação com elevado conteúdo tecnológico, em áreas consideradas prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. O desenvolvimento e a produção de células-tronco e de medicamentos de base biotecnológica para o tratamento de doenças oncológicas e autoimunes e a construção de infraestrutura para realização de testes pré-clínicos no país são exemplos de projetos contratados em 2010 pelos programas BNDES Profarma-Inovação e BNDES Funtec. O BNDES demonstra, assim, sua prioridade para o desenvolvimento da indústria da saúde: buscar a convergência da dimensão econômica, de uma base industrial competitiva e inovadora, com a social, de atendimento às necessidades de saúde do país.

ProCopa Turismo

Em 2010, o BNDES, num esforço conjunto com o governo federal para preparar o país para a Copa do Mundo de 2014, lançou o ProCopa Turismo, programa de apoio ao setor hoteleiro e com o objetivo de aumentar a capacidade e a qualidade da hospedagem oferecida aos turistas do Brasil e do exterior que devem assistir à competição.

O BNDES ProCopa destinará, até 2014, R\$ 1 bilhão para construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis. No ano de 2010, foram aprovados financiamentos para três projetos hoteleiros, no valor de R\$ 232 milhões, dos quais R\$ 31 milhões já desembolsados.

Área Internacional

As ações da Área Internacional (AINT) vêm se destacando positivamente no cenário internacional pós-crise, pautando-se por eixos de ampliação e diversificação das operações de captação, de desenvolvimento do relacionamento institucional internacional, de apoio à internacionalização e de elaboração de propostas para atuação estratégica. Assim, vem acumulando inteligência para atuação internacional do BNDES, coordenando o relacionamento

com instituições privadas e governamentais estrangeiras, em especial organismos e agências financeiras. A AINT tem ainda identificado oportunidades de apoio à internacionalização, acompanhando ações voltadas ao investimento direto, à integração produtiva e à cooperação industrial, promovendo cooperação técnica com organismos e instituições.

A AINT dedica esforços à estruturação de novas atividades no exterior, inclusive por meio das unidades externas do BNDES (a subsidiária em Londres e o escritório em Montevidéu), o que mostra um cenário de trabalho mais robusto para os próximos anos. Além disso, mantém interface com a Área de Planejamento do BNDES para elaboração de instruções para solicitação de apoio, criação de programas e produtos, inclusive de apoio a investimentos na América Latina, na África e em outras regiões.

No campo das captações no mercado internacional por meio de emissão de títulos e ofertas de renda variável, em parceria com a Área Financeira, a AINT atuou em 2010 no controle e na aplicação dos recursos provenientes das captações, elaborando relatórios e acompanhamentos periódicos. Trabalhou na avaliação da evolução do mercado de renda fixa e na coordenação de estudos e desenvolvimento de sistema de informações sobre ambientes macroeconômico e político externos. Atuou também na estruturação da participação do Banco em fundos soberanos, desenvolvendo especialmente a modelagem financeira de funcionamento.

A AINT realizou captações nos mercados de dólares norte-americanos e de euros, de US\$ 1 bilhão (janeiro) e € 750 milhões (setembro). Em ambas, a demanda foi superior às ofertas e atraiu grande número de investidores de diferentes perfis, o que demonstrou confiança no risco de crédito do BNDES. O sucesso de tais captações consolida a presença no mercado e reforça o diálogo com investidores externos. Foram realizados *road shows* para apresentar a qualidade do crédito do BNDES a investidores europeus, reuniões com investidores na Ásia, além de encontros durante eventos de finanças internacionais e na sede do BNDES.

No campo do relacionamento institucional e da captação de recursos perante organismos multilaterais e agências governamentais, a AINT coordenou em 2010 a formatação e a formalização de cooperações com Qatar Holding LLC, Abu Dhabi Investment Authority, China Development Bank, Vnesheconombank, India Eximbank, African Export-Import Bank e Banque Ouest Africaine de Développement. Ainda no âmbito do relacionamento com essas instituições, a AINT realizou captações institucionais de US\$ 1,128 bilhão, dos quais: US\$ 1 bilhão perante o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Segundo Convênio de Linha de Crédito Condicional, já desembolsado às operações de apoio ao Programa de Crédito Multissetorial às Pequenas e Médias Empresas; US\$ 68 milhões perante o Kreditanstalt

für Wiederaufbau (KfW), para o apoio à implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs); e US\$ 60 milhões perante o Nordic Investment Bank (NIB), já desembolsados às operações de apoio a projetos de investimentos que envolvam empresas nórdicas, com sede nos países membros do NIB. Tais captações mostraram preocupação maior com questões ambientais, como sustentabilidade empresarial e energias renováveis.

No que diz respeito à internacionalização, a AINT apoiou projetos internacionais de empresas brasileiras e construiu inteligência e estratégia internacionais, além de ter gerido e estruturado as atividades das unidades externas em Londres e Montevidéu.

Por meio do Escritório de Montevidéu, a AINT vem implantando e consolidando ações no âmbito do Mercosul e da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), apoiando missões governamentais, reuniões e rodadas de negócios na região, coordenadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O escritório atua ainda no âmbito empresarial, prospectando oportunidades para desenvolvimento de programas e produtos financeiros.

A BNDES Limited, subsidiária integral em Londres constituída como uma *holding company*, tem como objetivo principal a implementação da política de apoio à internacionalização de empresas brasileiras e, futuramente, captação e gestão de recursos próprios e de terceiros. Em fase de estruturação de suas atividades, a subsidiária atuou durante o ano de 2010 no fortalecimento da representação institucional e na inserção no ambiente de negócios internacional.



Gestão de Pessoas

Em 2010, o BNDES desenvolveu várias ações visando à valorização das pessoas. Foi um ano de forte renovação do quadro funcional, com 84 aposentadorias e 314 empregados contratados, o que representou um crescimento de 14,06% do corpo funcional em relação a 2009 e uma renovação de cerca de 12% do quadro de pessoal do Banco. As contratações objetivaram a reposição de aposentadorias e o aumento do quantitativo, consequência da aprovação da Portaria 09/2010 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Área de Recursos Humanos (ARH) empenhou-se em promover a transmissão de conhecimento e a disseminação dos valores organizacionais, para sustentar tal renovação. Os empregados contratados participaram do Programa de Desenvolvimento de Novos Empregados, que tem por objetivo acelerar a integração dos empregados recém-contratados aos processos de trabalho, assim como fornecer uma noção geral do BNDES, para ampliar a visão institucional e transmitir a cultura organizacional.

A fim de preservar a excelência de seu corpo funcional e a transmissão de conhecimento e de princípios para os novos empregados, a ARH implementou o Projeto Valores, com o objetivo de declarar e disseminar os valores do BNDES: ética, compromisso com o desenvolvimento, espírito público e excelência.

Dada a relevância do tema para a instituição, 2010 foi escolhido pela Alta Administração como o Ano dos Valores. O grupo de trabalho responsável pelo projeto promoveu ações como: a Semana de Valores, com grupos de discussão sobre os valores; o Concurso Literário, que resultou na publicação de um livro com os textos produzidos pelos empregados sobre a prática dos valores; e o Cine Valores, com projeções de filmes selecionados seguidas de debates. Em continuidade ao projeto, a ARH realizou encontros específicos para aprofundar a reflexão sobre a prática dos valores em cada uma das áreas do Banco.

A atuação da ARH junto aos empregados tornou-se mais próxima em 2010 com a reformulação e a ampliação do canal de comunicação e atendimento dedicado aos empregados, que passou a ser denominado Canal RH. Da mesma forma, a interface da ARH com os gestores foi intensificada por meio da atuação dos Parceiros de Negócio, no entendimento da atuação e das necessidades específicas de cada área.

Com base nas diretrizes estratégicas definidas no Planejamento Corporativo, a ARH estruturou o Programa Gestão Estratégica de Pessoas, fundamentado em quatro pilares: gestão por competências, educação corporativa, gestão de carreira e gestão de desempenho. Em 2010, foi concluído o mapeamento das competências comportamentais e iniciaram-se o mapeamento das competências técnicas e as discussões sobre gestão de carreira. Todas essas

atividades são realizadas com a participação dos empregados, por meio de grupos de modelagem formados por representantes de todos os estratos da organização.

Para analisar o ambiente de trabalho e a satisfação dos empregados com relação a diversos aspectos da organização, foi implementada a Gestão de Clima Organizacional – Atmosfera, iniciando o ciclo 2010-2012. A pesquisa de clima de 2010 teve adesão de 70% dos empregados. Após a investigação, teve início a estruturação de planos de ação para melhoria do clima, abrangendo ações específicas para cada área e ações gerais para todo o Banco.

A fim de minimizar a desigualdade social de seu entorno e oferecer uma nova possibilidade de futuro a jovens que vivem à margem da sociedade, o BNDES promove desde 2007 o programa Menor Aprendiz. Em 2010, 44 jovens de baixa renda com até 18 anos de idade, estudantes de nível médio ou fundamental, participaram do programa coordenado pela Fundação São Martinho. Durante a participação no programa, os jovens precisam manter bom rendimento escolar e, além de receberem uma bolsa-auxílio pelas atividades de apoio desempenhadas no BNDES, contam também com aulas de formação profissional.

Equidade de gênero e valorização da diversidade humana

As ações do BNDES voltadas para as questões de gênero e valorização da diversidade humana têm como objetivo principal contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, na remuneração, na ascensão e na permanência no emprego.

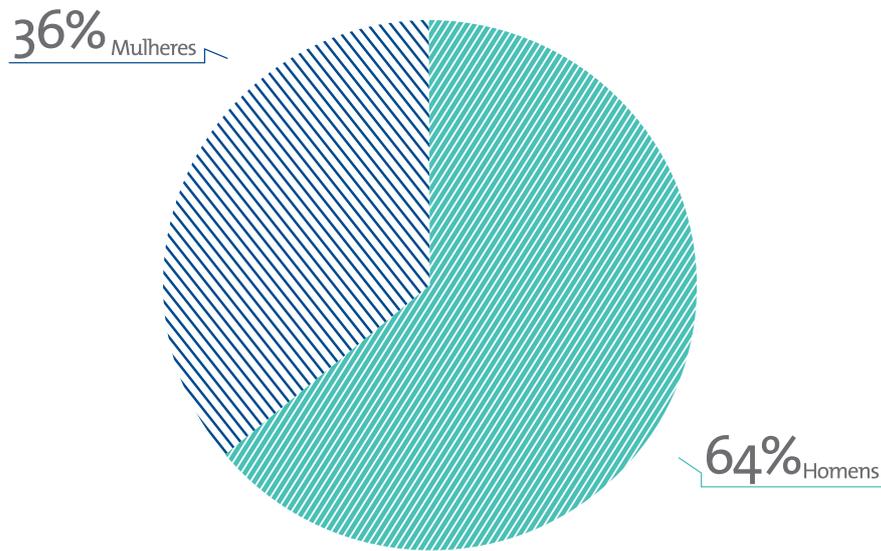
• Pró-equidade de gênero

Ciente do seu compromisso de estabelecer um ambiente de trabalho que valorize a diversidade humana, o BNDES participa voluntariamente do Programa Pró-Equidade de Gênero, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República.

• Estatísticas de gênero

O ingresso ao quadro de empregados do BNDES realiza-se por meio de concursos públicos. Nos últimos anos, tem sido possível identificar uma tendência de crescimento da participação de mulheres no corpo funcional do Banco, o que confirma a importância do estabelecimento de ações voltadas para a equidade entre os gêneros.

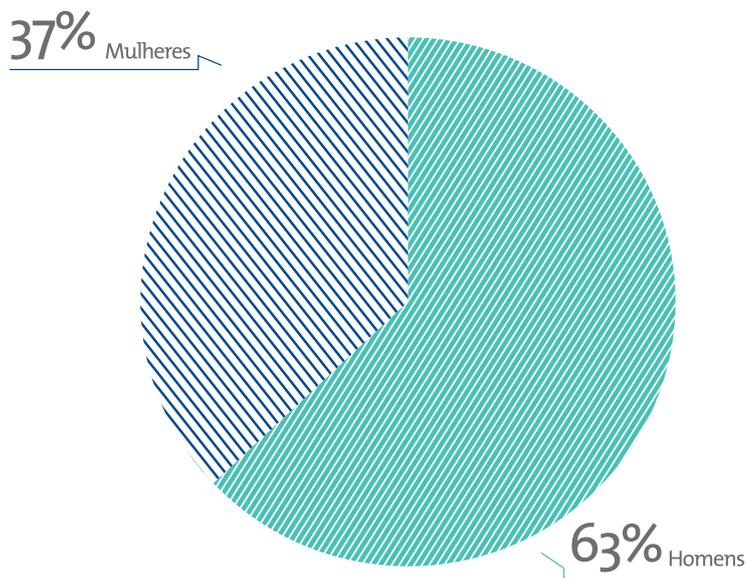
Distribuição do corpo funcional do BNDES por gênero



Fonte: BNDES

Base de dados: 31.12.2010

Distribuição de função de confiança do BNDES por gênero



Fonte: BNDES.

Base de dados: 31.12.2010.

• Selo Pró-Equidade de Gênero

Em reconhecimento ao cumprimento do plano de ação voltado para as questões de gênero, o BNDES recebeu o Selo Pró-Equidade de Gênero outorgado pela SPM. É a segunda vez consecutiva que o Banco é incluído na seleta lista de organizações que têm o direito de usar o selo em sua comunicação institucional.

- **Ação de destaque: Espaço Deleite**

O funcionamento da Sala de Apoio ao Aleitamento Materno – Espaço Deleite – tem possibilitado às empregadas lactantes armazenar o leite durante o horário de trabalho, para levá-lo para casa e manter o aleitamento após o término da licença-maternidade. Também é possível doá-lo para o Banco de Leite Humano do Instituto Fernandes Figueira. Valorizar a amamentação é importante para a saúde do bebê e traz tranquilidade às mães para que continuem suas carreiras profissionais. A iniciativa já beneficiou 29 mães desde a sua inauguração, em 3 de setembro de 2009.

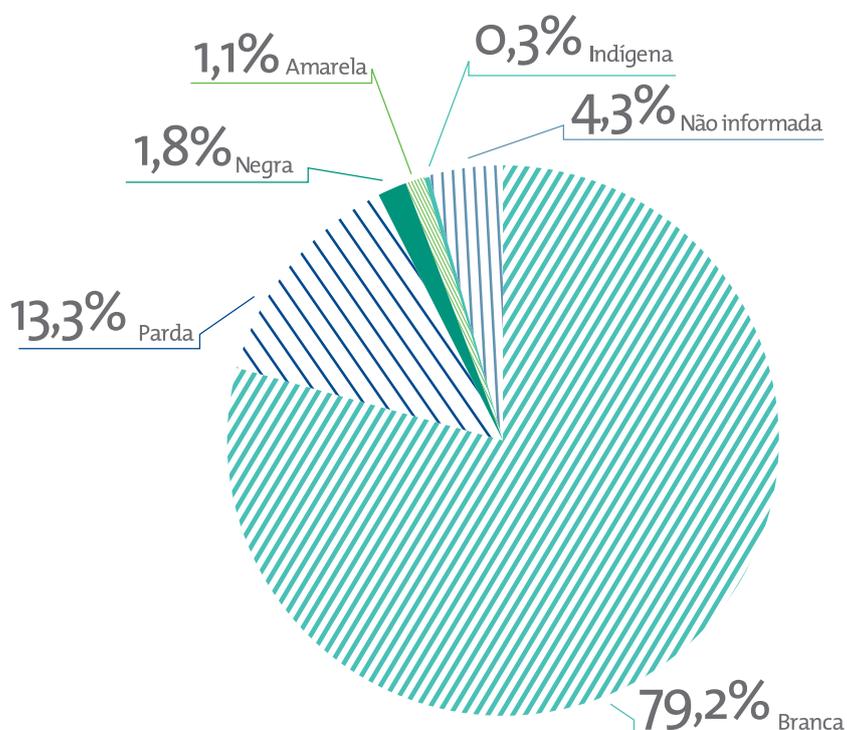
- **Valorização da diversidade humana**

No âmbito da diversidade, merecem destaque a criação da opção de raça/cor no cadastro de pessoal de cada empregado, a inclusão de companheiros e companheiras de uniões estáveis homoafetivas como dependentes no plano de saúde e o oferecimento de vagas para deficientes nos concursos públicos.

Tanto a valorização da diversidade quanto o combate à discriminação são princípios expressos no Código de Ética do Sistema BNDES.

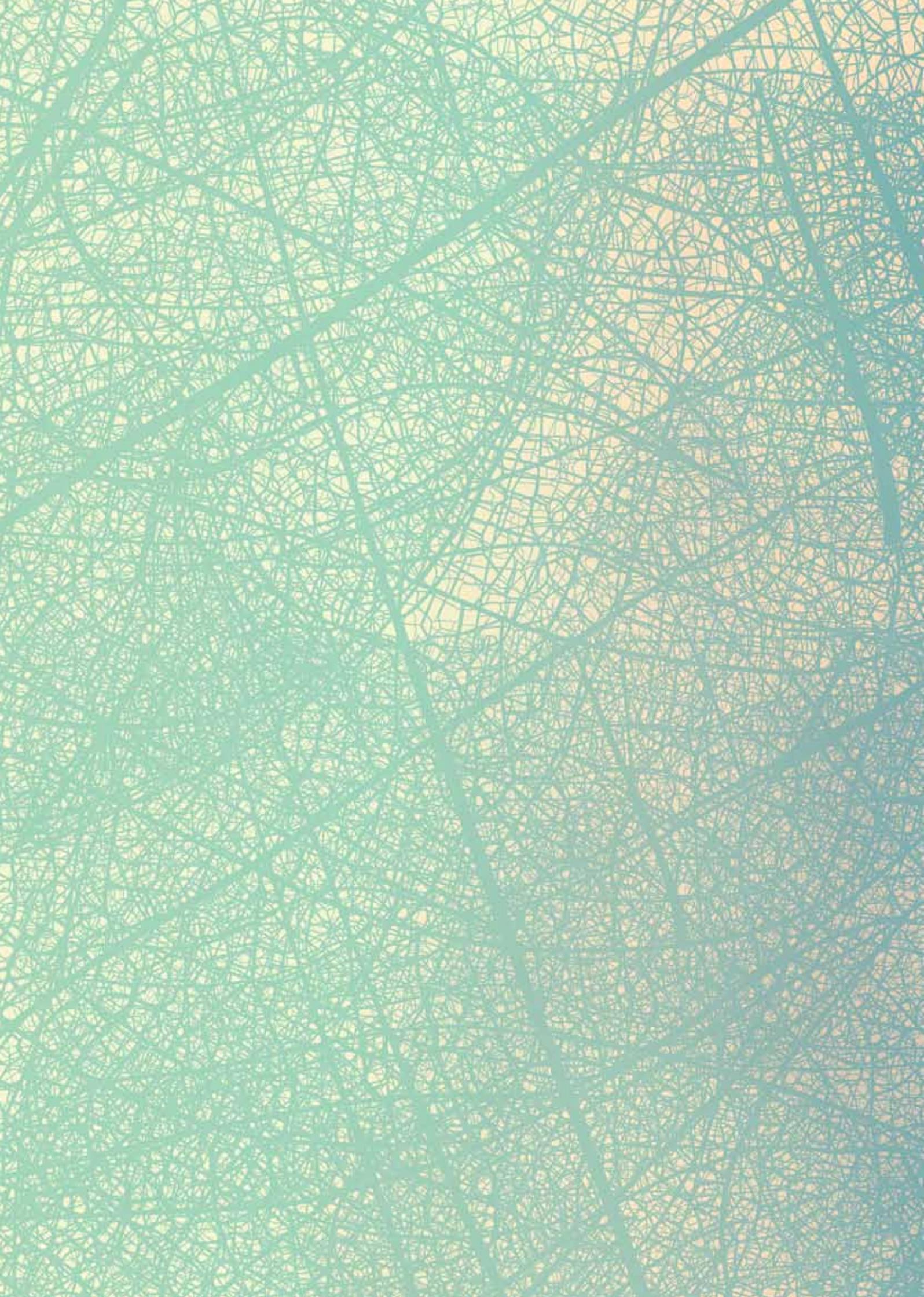
- **Estatísticas de raça/cor**

Distribuição do corpo funcional do BNDES por raça/cor

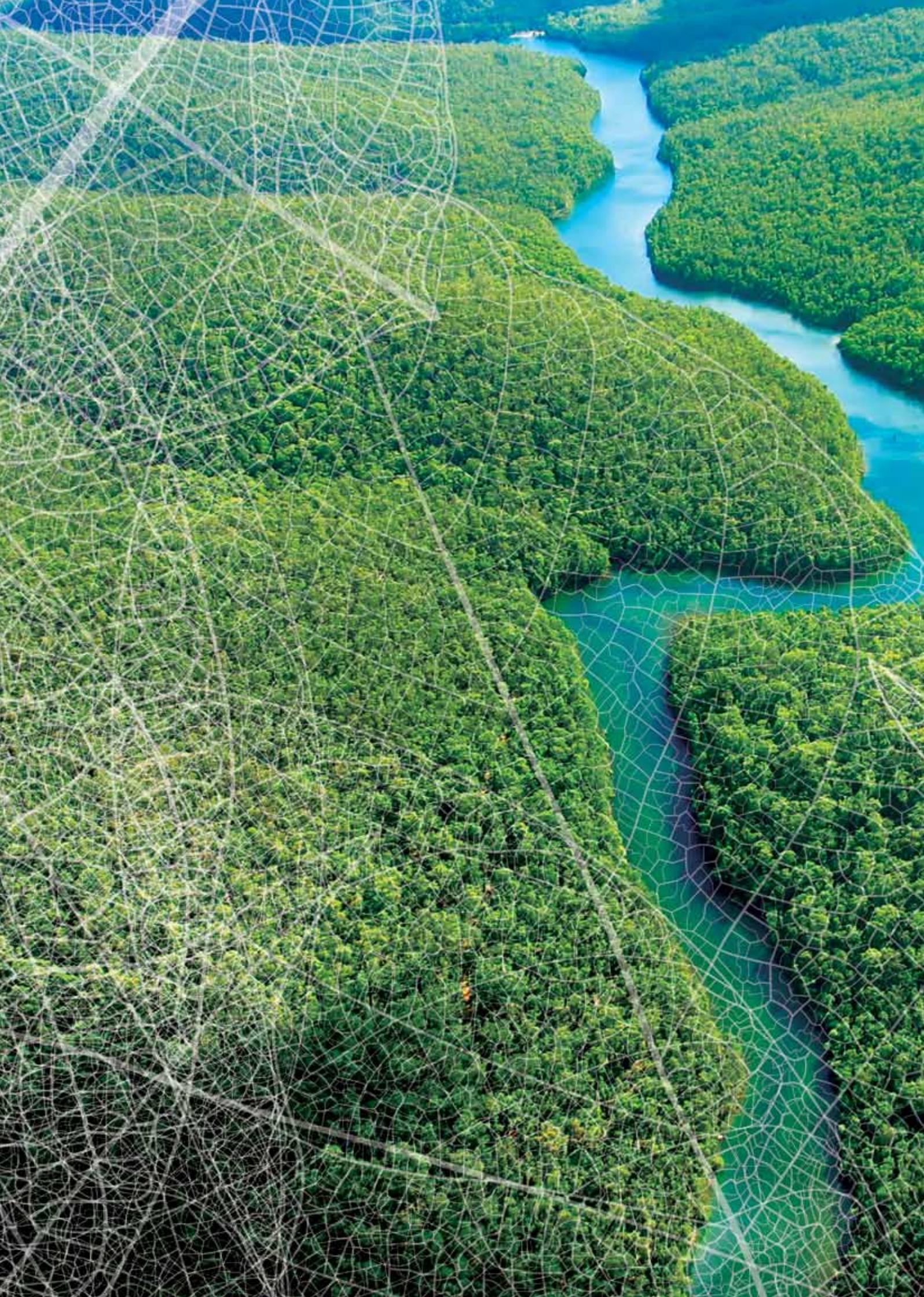


Fonte: BNDES.

Base de dados: 31.12.2010.



Em reconhecimento ao cumprimento do plano de ação voltado para as questões de gênero, o BNDES recebeu o Selo Pró-Equidade de Gênero outorgado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Miguel Jorge

BNDES

Conselho de Administração

Presidente

Miguel Jorge

Vice-Presidente

Luciano Coutinho

Conselheiros

Alessandro Golombiewski Teixeira

Carlos Roberto Lupi

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira

Artur Henrique da Silva Santos

Paulo Bernardo Silva

Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva

Pedro Luiz Carneiro de Mendonça

Conselho Fiscal

Reginaldo Braga Arcuri

Carlos Eduardo Esteves Lima

André Luiz Barreto de Paiva Filho

Clayton Campanola

Francisco Moreira da Cruz Filho

Eduardo Coutinho Guerra

Comitê de Auditoria

João Paulo dos Reis Velloso

Attilio Guaspari

Paulo Roberto Vales de Souza

Chefe de Auditoria

Ricardo Fróes de Lima

BNDESPAR

Conselho de Administração

Miguel Jorge

Luciano Coutinho

Ivan João Guimarães Ramalho

João Paulo dos Reis Velloso

Roberto Teixeira da Costa

Martim Ramos Cavalcanti

Conselho Fiscal

Cleber Ubiratan de Oliveira

Ricardo Schaefer

Cláudio de Almeida Neves

André Proite

Fábio Estorti de Castro

Jorge Kalache Filho

FINAME

Junta de Administração

Luciano Coutinho

Maurício Borges Lemos

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira

Gabriel Jorge Ferreira

Maria Luisa Campos Machado Leal

Luiz Cláudio Portela Ferreira

Luiz Aubert Neto

Francisco de Assis Crema

Helena Kerr do Amaral

Roberto Smith

DIRETORIA

Presidente

Luciano Coutinho

Vice-Presidente

Armando Mariante Carvalho Junior

Diretores

Eduardo Rath Fingerl

Elvio Lima Gaspar

João Carlos Ferraz

Luiz Fernando Linck Dorneles

Maurício Borges Lemos

Wagner Bittencourt de Oliveira

Chefe de Gabinete

da Presidência

Marcos Paulo Veríssimo

Superintendentes

Caio Marcelo de Medeiros Melo

Carlos Roberto Lopes Haude

Cláudia Pimentel Trindade Prates

Claudio Bernardo Guimarães de Moraes

Cláudio Figueiredo Coelho Leal

Ernani Teixeira Torres Filho

Fábio Sotelino da Rocha

Gil Bernardo Borges Leal

Henrique Amarante da Costa Pinto

Hugo Ribeiro Ferreira

Julio César Maciel Ramundo

Luciana Giuliani de Oliveira Reis

Luciene Ferreira Monteiro Machado

Margarida Maria Sá Freire

Nelson Fontes Siffert Filho

Paulo de Sá Campello Faveret Filho

Ricardo Luiz de Souza Ramos

Roberto Zurli Machado

Selmo Aronovich

Sergio Eduardo Weguelin Vieira

Sergio Foldes Guimarães

Sérgio Nogueira da Franca

William George Lopes Saab

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Av. República do Chile, 100
20031-917 Rio de Janeiro – RJ
Tel. (21) 2172-7447 Fax (21) 2172-8961

ESCRITÓRIOS

Brasília

Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco J – 13º andar
70076-900 Brasília – DF
Tel. (61) 3204-5600 Fax (61) 3204-5635

São Paulo

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510
5º andar – Vila Nova Conceição
04543-906 - São Paulo – SP
Tel. (11) 3512-5100 Fax (11) 3512-5199

Recife

Rua Antônio Lumack do Monte, 96 - 6º andar
Ed. Empresarial Center II – Boa Viagem
51020-350 – Recife – PE
Tel. (81) 2127-5800 Fax (81) 2127-5806

Londres

BNDES Limited
1 Cornhill – EC3V 3ND
Londres – Reino Unido
Tel. (44) 20 3008 6741
Fax: (44) 20 3008 6742
bndeslimited@bndes.gov.br

Montevideú

BNDES Uruguai
Avenida Luiz Alberto de Herrera 1248,
Torre II – 3º piso
World Trade Center Montevideo
11300 – Montevideo – Uruguay
Tel. (59) 82 6228875
bndesuruguay@bndes.gov.br

www.bndes.gov.br
faleconosco@bndes.gov.br

Editado pelo Gabinete da Presidência

Departamento de Divulgação

Projeto Gráfico e Diagramação

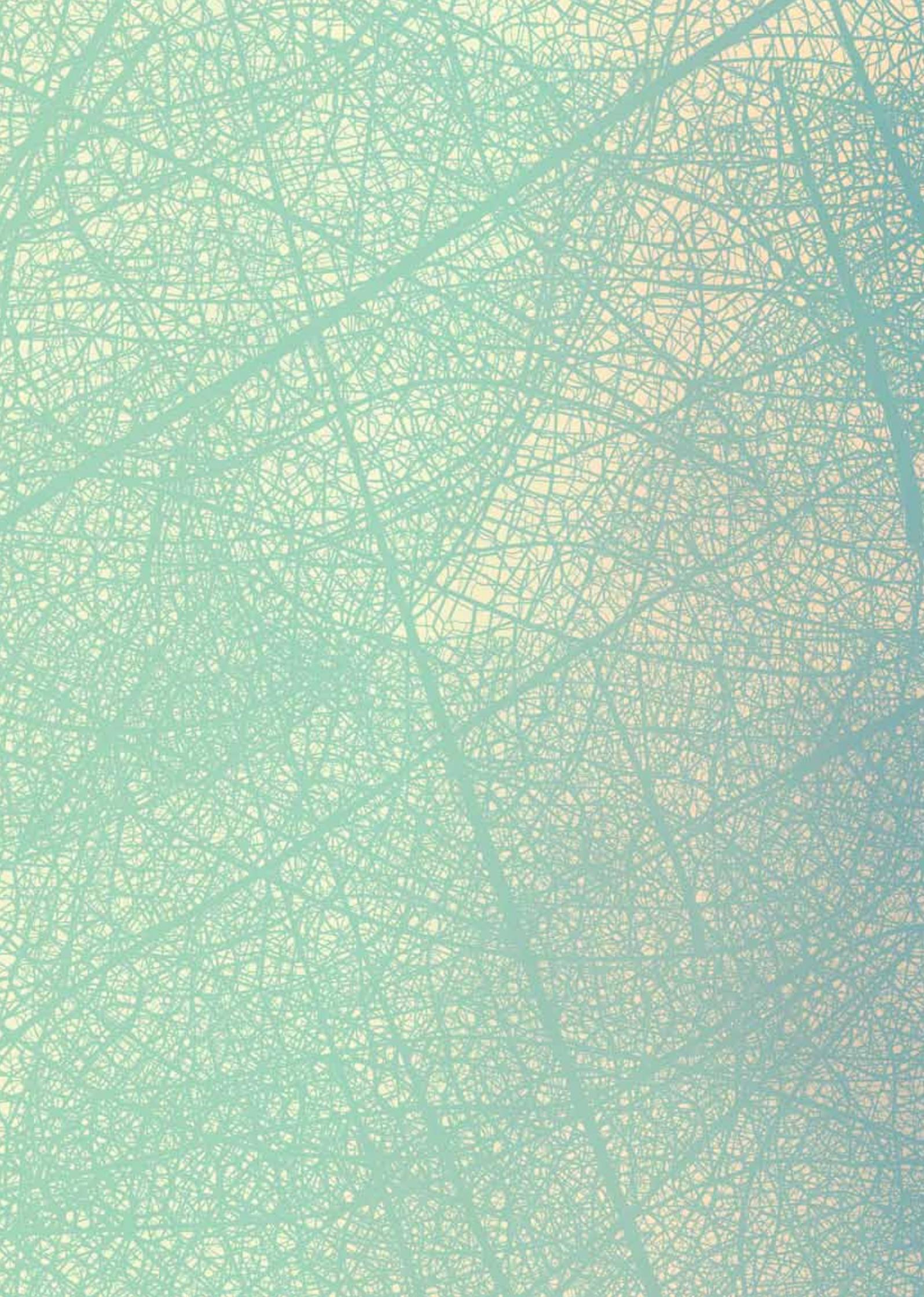
Refinaria Design

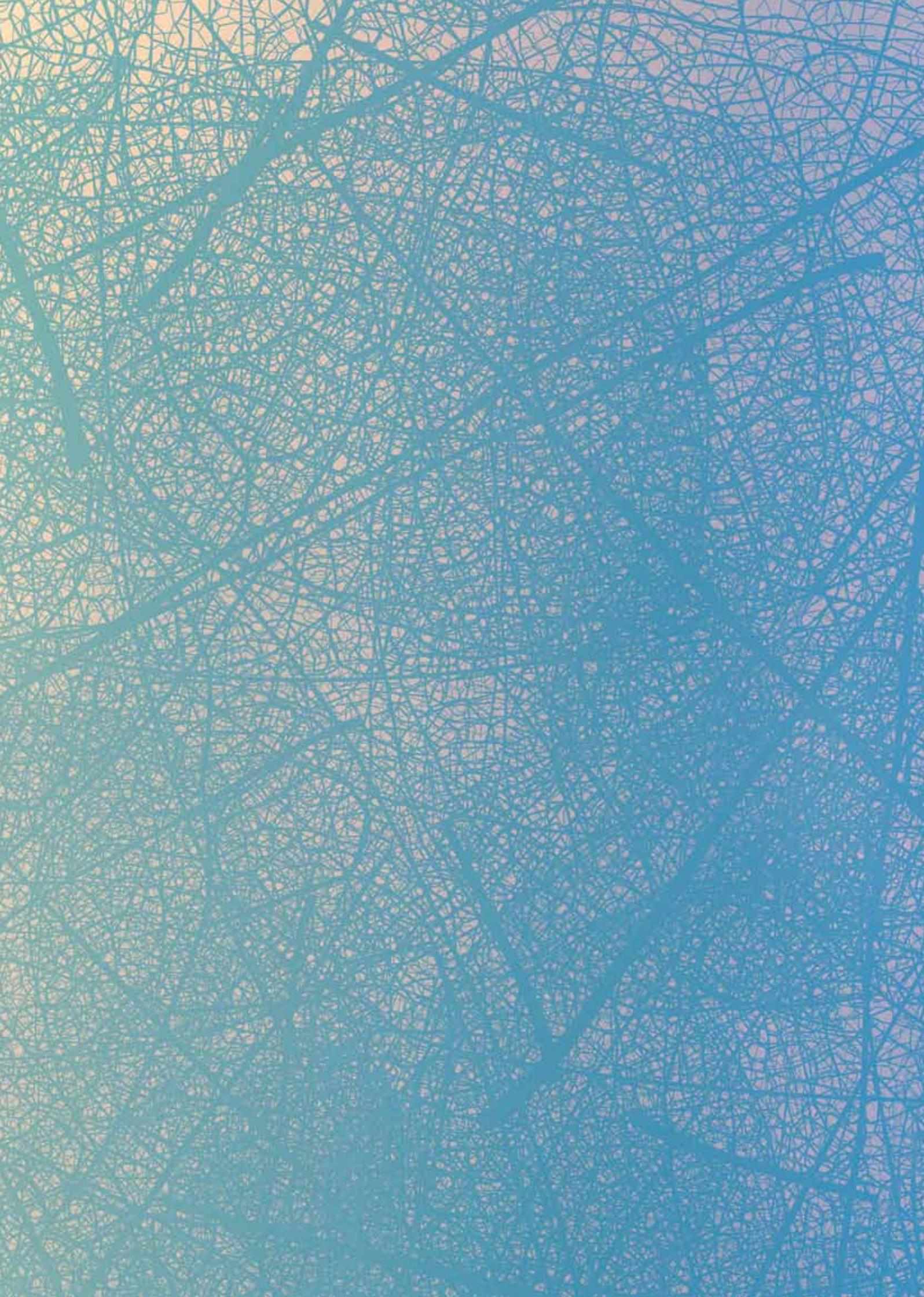
Produção Editorial

Expressão Editorial

Impressão

Golden Graff







Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

